

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO

LEANDRA DA SILVA SOUSA

**DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS NA INTERSECÇÃO DE RAÇA E GÊNERO:
UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE IGUALDADE RACIAL E DA
MULHER NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA/SC NO PERÍODO 2017-2019**

Criciúma - SC

2020

LEANDRA DA SILVA SOUSA

**DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS NA INTERSECÇÃO DE RAÇA E GÊNERO:
UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE IGUALDADE RACIAL E DA
MULHER NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA/SC NO PERÍODO 2017-2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado – Área de concentração em Direitos Humanos e Sociedade, Linha de pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Novos Direitos da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda da Silva Lima.

Criciúma - SC

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S725d Sousa, Leandra da Silva.

Direitos das mulheres negras na intersecção de raça e gênero : um estudo da atuação dos Conselhos de Igualdade Racial e da Mulher no município de Criciúma/SC no período 2017-2019 / Leandra da Silva Sousa. - 2020.
203 p. ; il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Direito, Criciúma, 2020.

Orientação: Fernanda da Silva Lima.

1. Negras - Políticas públicas - Criciúma (SC). 2. Negras - Identidade racial. 3. Direitos das mulheres. 4. Direitos humanos. 5. Feminismo. 6. Feministas negras. I. Título.

CDD. 22. ed. 341.2726

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC


LEANDRA DA SILVA SOUSA

**“DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS NA INTERSECÇÃO DE RAÇA E
GÊNERO: UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE IGUALDADE
RACIAL E DA MULHER NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA/SC NO PERÍODO
2017-2019”**


Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 27 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Fernanda da Silva Lima
(Presidente e Orientador (a) – UNESC)


Prof.ª. Dra. Grazielly Alessandra
Baggenstoss
(Membro Externo– UFSC)


Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira
(Membro – Unesc)

Prof.ª. Dra. Giovana Iika Jacinto Salvaro
(Membro Suplente – Unesc)


Leandra Da Silva Sousa
(Discente)


Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer
Coordenador do PPGD – UNESC
Portaria 42/2016/REITORIA UNESC

A minha mãe, Alaci Margarida da Silva (*in memoriam*),
mulher guerreira, mulher maravilhosa, cheia de luz,
pelo seu amor incondicional, que
sempre esteve ao meu lado
me apoiando e me incentivando.

Que no último dia em que estivemos juntas
disse para eu não desistir desse meu sonho e
me incentivou a continuar dizendo:

“Um dia de cada vez, um dia após o outro e
a cada dia vencemos um”.

Obrigada mãe! Todo o meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

A conquista deste mestrado é a realização de mais um sonho. Mas para essa vitória, contei com pessoas fundamentais, razão pela qual deixo aqui meus agradecimentos.

Ao meu filho Arthur, meu menino, razão do meu viver. Obrigada por ser essa criança tranquila, que com seus quase 04 aninhos me ensina muito e me faz querer acordar todos os dias.

Ao meu marido Celso, agradeço pelo conforto nos momentos mais difíceis, pelo carinho, companheirismo e paciência que teve comigo ao longo desta trajetória, contribuindo para mais uma conquista na minha vida. Sem você não teria conseguido.

Ao meus pais José e Alaci (eternamente em meu coração), pelo amor, incentivo, força e apoio incondicional. Vocês que me estimularam a chegar aqui.

À minha irmã, Alessandra, pelo constante carinho e cuidado e, pelas palavras de conforto nessa fase tão difícil das nossas vidas. Aos meus sobrinhos Cleber, Maria Eduarda e Gabriela, pelo carinho e torcida.

Aos meus sogros Celso e Jane, meus cunhados Wendell, Ivana e Cristina e minha sobrinha Maria Fernanda por compreenderem a minha ausência em vários compromissos de família e, principalmente, pelo estímulo constante.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Fernanda da Silva Lima, pela sabedoria, pelos ensinamentos, pela competência em conduzir a orientação, pela dedicação. Apreendi muito e saio do mestrado outra pessoa, uma pessoa melhor e com uma visão crítica do mundo. Fica aqui minha gratidão, admiração e respeito.

Aos Professores, Dr. Reginaldo de Souza Vieira e Dra. Grazielly Alessandra Baggenstoss, pelas considerações apresentadas por ocasião da qualificação da presente dissertação e apoio dispensado.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, por oportunizarem saberes para uma visão crítica das situações sociais.

Aos colegas de mestrado, especialmente, Angélica e Paula, pela contribuição nessa caminhada.

À Amiga Fabiana, parceira de mestrado e de profissão, pelas contribuições, pelo material compartilhado, pelas horas de conversas, pelos momentos de risadas e, principalmente, pela força nos momentos de desânimo.

RESUMO

Embora o Brasil, a partir da década de 1980, tenha empreendido ações de diminuição das desigualdades sociais, os indicadores sociais apontam que as mulheres negras ainda seguem posicionadas na base da pirâmide social. Há muito o que fazer em relação as desigualdades entre homens e mulheres e, muito o que fazer sobre as desigualdades entre as próprias mulheres. Há que se reconhecer que as mulheres negras são privadas de direitos dos mais básicos. Para garantir os direitos e a vida das mulheres negras é primordial que mecanismos e soluções atuem sobre as vivências e necessidades específicas deste grupo populacional, introduzindo a perspectiva de enfrentamento ao racismo e sexismo e suas consequências sociais, econômicas e psicológicas na vida dessas mulheres. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo geral analisar se os direitos das mulheres negras, a partir da atuação dos Conselhos de Igualdade Racial e dos Direitos da Mulher no município de Criciúma, no período 2017-2019, estão sendo cumpridos/pensados à luz da garantia da igualdade racial e de gênero, a partir do planejamento de políticas públicas no enfrentamento ao racismo e sexismo. O problema de pesquisa se relaciona com o objetivo geral e consiste em verificar se os direitos das mulheres negras estão sendo planejados/pensados pelas políticas públicas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo a partir da atuação do Conselho de Promoção da Igualdade Racial-COMPIRC e do Conselho dos Direitos da Mulher – CMDM do município de Criciúma/SC, no período compreendido entre 2017 e 2019? Para responder ao problema de pesquisa foi delineada a seguinte hipótese: As mulheres negras ainda não são ouvidas e nem reconhecidas nas suas especificidades como sujeito político identitário, e o resultado é a sua invisibilidade. Logo, seus direitos, sob perspectiva das demandas de raça e gênero, ainda não são garantidos de forma plena, e igualmente não são pensados nas políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo; não estando, portanto, representadas em nenhum dos dois Conselhos, Igualdade Racial e dos Direitos da Mulher, do município de Criciúma. A pesquisa apresenta três objetivos específicos e correspondem a cada um dos capítulos: a) compreender as categorias de raça e gênero na perspectiva interseccional a partir dos estudos da decolonialidade e dos Direitos Humanos no Brasil; b) estudar a importância da atuação dos conselhos de igualdade racial e da mulher, na proposição de políticas públicas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo; e, c) analisar a atuação dos conselhos de igualdade racial e da mulher no município de Criciúma, no período entre 2017-2019, a partir do planejamento de políticas públicas para o enfrentamento do racismo e do sexismo. A hipótese apresentada restou confirmada. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, e o de procedimento monográfico, envolvendo a técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Conselhos de Direitos; Direitos Humanos; Feminismos Negros; Mulheres Negras; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Although Brazil, since the 1980s, has undertaken actions to reduce social inequalities, social indicators indicate that black women are still positioned at the bottom of the social pyramid. There is a lot to do about inequalities between men and women and a lot to do about inequalities between women themselves. It must be recognized that black women are deprived of the most basic rights. To guarantee the rights and lives of black women, it is essential that mechanisms and solutions act on the specific experiences and needs of this population group, introducing the perspective of fighting racism and sexism and their social, economic and psychological consequences in the lives of these women. In this sense, the research has the general objective of analyzing whether the rights of black women, from the performance of the Councils of Racial Equality and Women's Rights in the municipality of Criciúma, in the period 2017-2019, are being fulfilled / thought in the light of guarantee of racial and gender equality, from the planning of public policies in the fight against racism and sexism. The research problem is related to the general objective and consists of verifying whether the rights of black women are being planned / thought by public policies to combat racism and sexism based on the work of the Council for the Promotion of Racial Equality - COMPIRC and the Council for the Rights of Women - CMDM of the municipality of Criciúma / SC, in the period between 2017 and 2019? In order to answer the research problem, the following hypothesis was outlined: Black women are not yet heard or recognized in their specificities as an identity political subject, and the result is their invisibility. Therefore, their rights, from the perspective of the demands of race and gender, are not yet fully guaranteed, and they are not considered in public policies to combat racism and sexism; therefore, they are not represented in any of the two Councils, Racial Equality and Women's Rights, in the municipality of Criciúma. The research has three specific objectives and correspond to each of the chapters: a) to understand the categories of race and gender in the intersectional perspective from the studies of decoloniality and Human Rights in Brazil; b) to study the importance of the role of the racial equality and women's councils in proposing public policies to combat racism and sexism; and, c) to analyze the performance of the racial equality and women's councils in the municipality of Criciúma, in the period between 2017-2019, based on the planning of public policies to face racism and sexism. The hypothesis presented was confirmed. The method of approach used was the deductive, and the monographic procedure, involving the technique of bibliographic and documentary research.

Keywords: Rights Councils; Human rights; Black Feminisms; Black Women; Public policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População negra dos municípios da região	116
Tabela 2 – Marcadores e Categorias de análise	128
Tabela 3 – Marcadores selecionados	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera
CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
COMPIRC – Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial
COPIRC – Coordenadoria de Promoção de Igualdade Racial
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAS – Centro e Referência Especializado de Assistência Social
CRFB/1988 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
DEPCAMI – Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e ao Idoso
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano
IGP – Instituto Geral de Perícias
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
M/C – Grupo Modernidade/Colonialidade
ONU – Organização das Nações Unidas
NUPEC – Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 RAÇA E GÊNERO: UMA ABORDAGEM DECOLONIAL SOBRE A GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL	17
2.1 RADICALIZANDO O DISCURSO PÓS-COLONIAL NA AMÉRICA LATINA POR MEIO DA PERSPECTIVA DE GIRO DECOLONIAL	18
2.2 TEORIA DA RAÇA NO BRASIL E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL	33
2.3 PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO NO BRASIL	43
3 CONSELHOS DE DIREITOS COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTOS AO RACISMO E SEXISMO	61
3.1 CIDADANIA PARTICIPATIVA: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO	62
3.2 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DA CIDADANIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	76
3.3 CONSELHOS DE DIREITOS COMO INSTITUIÇÃO PARTICIPATIVA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	93
4 AS DELIBERAÇÕES DOS CONSELHOS DE IGUALDADE RACIAL E DA MULHER NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA NO PERÍODO 2017-2019 A PARTIR DAS GARANTIAS DE DIREITOS HUMANOS NA INTERSECÇÃO DE RAÇA E GÊNERO	110
4.1 SITUANDO O MUNICÍPIO DE CRICIÚMA	111
4.1.1 O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma - COMPIRC	118
4.1.2 O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Criciúma – CMDM	122
4.2 METODOLOGIA	126
4.2.1 Marcadores de análise	129
4.2.2 Categorias de análise	130
4.3 ANÁLISE DAS ATAS DE DELIBERAÇÃO DOS CONSELHOS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIRC E DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM	132
4.3.1 Análise geral das atas e identificação dos marcadores	133

4.3.2 Análise com base nas categorias – correspondência, intersetorialidade e transversalidade	135
5 CONCLUSÃO	143
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE A – Descrição das atas de deliberações do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma – COMPIRC do período 2017-2019	168
APÊNDICE B – Descrição das atas de deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do período 2017-2019	186

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema da pesquisa foi motivado após realizar, no primeiro semestre de 2017, a disciplina isolada de Direitos Humanos, Igualdade e Reconhecimento, sob a supervisão da Prof^a. Dr^a. Fernanda da Silva Lima, depois do estudo teórico e conceitual acerca dos fundamentos que embasam a teoria das relações raciais no Brasil.

Conforme íamos avançando na disciplina, adquirindo conhecimento com os temas apresentados, questionamentos e reflexões eu me fazia. Dentre alguns: Somos todos iguais? Somos racistas? O problema do racismo é só dos negros? Se as mulheres de modo geral sofrem discriminação de gênero, imagina as mulheres negras que sofrem duas opressões, a de gênero e de ser negra.

Vivemos numa sociedade racista e preconceituosa, e o problema do racismo é de todos nós, é da sociedade.

O racismo é hoje, seguramente, um dos maiores problemas que marcam profundamente as relações sociais no Brasil. Possui profundas raízes cultivadas no colonialismo e na escravidão, e se nutrem diariamente. São raízes que se infiltram e carregam consigo consequências materiais e subjetivas de subjugação de pessoas que foram racialmente inferiorizadas.

É preciso compreender como a sociedade prejudicou, estereotipou e marginalizou a população negra através da História. Reconhecer que a atual condição de pobreza e de invisibilidade social enfrentada pelas pessoas negras no Brasil no exercício de seus direitos fundamentais é consequência do racismo, do preconceito e da discriminação racial, ainda impregnados na sociedade brasileira. A busca pela igualdade racial ainda é um desafio a ser conquistado.

Então, a partir dessas reflexões, surgiu o interesse no estudo dos direitos das mulheres negras, estas que contribuíram de forma incessante na construção do país, como sujeito histórico participativo, que nunca deixaram de lutar por sua liberdade e atualmente lutam por igualdade e melhores condições de vida, organizando-se em movimentos sociais e enfrentando a cultura do patriarcado e o preconceito de raça, gênero e classe, os quais constituem-se em mais um eixo articulador do colonialismo e da escravidão, e portando, como constructos centrais da desigualdade social.

Embora o Brasil, a partir da década de 1980, tenha empreendido ações de diminuição das desigualdades sociais, os indicadores sociais apontam que as mulheres negras ainda seguem posicionadas na base da pirâmide social. Há muito ainda o que fazer em relação as desigualdades entre homens e mulheres e, muito o que fazer sobre as desigualdades entre as próprias mulheres. Há que se reconhecer que as mulheres negras são privadas de direitos dos mais básicos.

Para garantir os direitos e a vida das mulheres negras é primordial que mecanismos e soluções atuem sobre as experiências e necessidades específicas deste grupo populacional, reconhecendo o direito à sua diferença e, introduzindo a perspectiva de enfrentamento ao racismo e sexismo e suas consequências sociais, econômicas e psicológicas na vida dessas mulheres.

Assim, destaca-se o papel fundamental dos Conselhos de Direitos em âmbito local como instrumentos de expressão, representação e de participação da população, voltados à formulação e promoção das políticas públicas para melhores condições sociais de vida, cidadania e, para as mulheres negras, também marcadas pela identidade de raça, etnia e gênero.

Políticas públicas, portanto, como conjunto de ações e decisões sancionadas pelo Estado a serviço da sociedade, que visa elaborar uma diretriz para combater um problema público reconhecido enquanto tal na agenda política, para a melhoria da qualidade de vida.

Diante dessas considerações, essa pesquisa parte do seguinte problema: Verificar se os direitos das mulheres negras estão sendo planejados/pensados pelas políticas públicas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo a partir da atuação do Conselho de Promoção da Igualdade Racial- COMPIRC e do Conselho dos Direitos da Mulher – CMDM do município de Criciúma/SC, no período compreendido entre 2017 e 2019?

Para responder o problema de pesquisa foi delineada a seguinte hipótese: As mulheres negras ainda não são ouvidas e nem reconhecidas nas suas especificidades como sujeito político identitário, e o resultado é a sua invisibilidade. Logo, seus direitos, sob perspectiva das demandas de raça e gênero, ainda não são garantidos de forma plena, e igualmente não são pensados nas políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo; não estando, portanto, representadas em nenhum dos dois Conselhos, Igualdade Racial e dos Direitos da Mulher, do município de Criciúma.

A pesquisa tem como objetivo geral, analisar se os direitos das mulheres negras, a partir da atuação dos conselhos de igualdade racial e da mulher no município de Criciúma no período 2017-2019, estão sendo cumpridos/pensados à luz da garantia da igualdade racial e de gênero, a partir do planejamento de políticas públicas no enfrentamento do racismo e sexismo.

Assim, o desenvolvimento desta pesquisa é de grande importância na medida em que busca a concretização do direito a igualdade racial e de gênero para as mulheres negras. É essencial combater o mito da democracia racial (a crença na existência de relações harmoniosas entre os diferentes grupos étnico-raciais do nosso país, fruto da relação do colonizador com os povos por ele dominados), arraigado no imaginário social brasileiro, para que se viabilize implementação de políticas de correção/superação das desigualdades raciais e de gênero para a construção de uma democracia real.

Deste modo, pretende-se com esta pesquisa ampliar o debate sobre a diversidade, com a proposta de analisar a intersecção de duas categorias produtoras de desigualdade, raça e gênero. E assim, contribuir para o fortalecimento dos direitos das mulheres negras, em especial das mulheres negras do Município de Criciúma, tal como para a formulação de políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo como forma de garantir o direito fundamental à dignidade da pessoa humana.

A pesquisa possui profunda relevância social, uma vez que a ampliação do conhecimento sobre o tema de garantias de direitos das mulheres negras visa instrumentalizar os conselheiros de ambos os conselhos - Igualdade Racial e da Mulher do município de Criciúma, as mulheres negras, a comunidade local, e os operadores de vários campos, alcançando-se, assim, maior legitimidade na atuação e formulação de políticas públicas de atendimento, proteção, promoção e justiça; e, também, como material de instrumento de luta e pressão em favor das mulheres negras.

Visa ainda, conscientizar sobre a realidade das mulheres negras no Brasil, para que se possa contribuir para a mudança de mentalidades, em que todas as mulheres negras sejam atendidas de uma forma igualitária, onde a cor da pele e o seu gênero deixe de ser um motivo para exclusão.

Igualmente, contribuir para os estudos no âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, abrindo espaço para que outros pesquisadores desta Universidade e de outros programas do Brasil

possam enriquecer o presente estudo, acenando com novas luzes de pesquisa com recorte racial e de gênero.

A pesquisa possui coerência com a proposta do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESCO e coerência também, com a linha de pesquisa em “Direitos Humanos, Cidadania e Novos Direitos”, da orientadora, Prof^a. Dr^a. Fernanda da Silva Lima, que possui toda uma trajetória de estudos, pesquisas e publicações sobre os temas: Relações raciais no Brasil e luta antirracista, Movimentos sociais, feminismo[s] e lutas pela cidadania, identidade, reconhecimento e o direito à diferença, Gênero e políticas públicas; bem como com o Grupo de Pesquisa em Gênero e Raça (NEGRA/UNESCO); e, com o Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESCO).

O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, pois se pretende verificar, a partir da revisão bibliográfica apresentada, a realidade dos direitos das mulheres negras na intersecção de raça e gênero em âmbito local. O método de procedimento foi o monográfico e as técnicas envolveram a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da pesquisa em livros e artigos de revistas junto à biblioteca das Universidades brasileiras, Banco de Teses de Dissertações da CAPES, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a base de dados do Scielo e do portal Periódicos da Capes, além das publicações sobre o tema em periódicos científicos estratificados no Qualis.

A pesquisa documental foi realizada a partir da análise das atas de deliberações dos conselhos de igualdade racial e da mulher no município de Criciúma, no período entre 2017 a 2019, a fim de verificar se a mulher negra enquanto sujeito político possui visibilidade nas decisões desses dois conselhos, e se essas decisões convergem entre si e, portanto, quais políticas públicas possuem em comum para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo.

Para tanto, a pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo, nomeado “Raça e Gênero: uma abordagem decolonial sobre a garantia de direitos humanos no Brasil”, busca compreender as categorias de raça e gênero na perspectiva interseccional a partir dos estudos da decolonialidade e dos Direitos Humanos no Brasil. Como ponto de partida, realiza-se o estudo dos principais conceitos do grupo Modernidade/Colonialidade - M/C para a compreensão da dinâmica do poder colonial, que produz e reforça uma desigualdade específica e transversal àquelas concernentes com gênero, raça e classe e, a noção de giro

decolonial. Em seguida, analisa-se as teorias raciais que fundamentaram e ainda fundamentam a existência de práticas racistas e a exclusão social da população negra na sociedade brasileira. Por fim, descreve-se a trajetória persistente e tensa construída pelas Mulheres Negras que lutaram e lutam pela superação do racismo e do sexismo, pelo reconhecimento de sua identidade e de seus direitos.

O segundo capítulo, intitulado “Conselhos de Direitos como instrumento de democracia participativa na luta por políticas públicas de enfrentamentos ao racismo e sexismo”, estuda a importância da atuação dos conselhos de direitos na proposição de políticas públicas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Para tanto, inicia-se com uma análise acerca da evolução histórica do alcance dos direitos políticos e de participação para as mulheres nos diferentes contextos históricos. Num segundo momento, estuda a questão democrática, a qual provoca o debate no contexto próprio à sociedade contemporânea. E na última parte, o estudo do reconhecimento do papel fundamental dos Conselhos de Direitos como instrumentos de democracia participativa para a formulação e concretização de políticas públicas para melhores condições sociais de vida, cidadania, identidade de raça, etnia, gênero.

E o terceiro e último capítulo, denominado “As deliberações dos Conselhos de Igualdade Racial e da Mulher no município de Criciúma no período 2017-2019 a partir das garantias de Direitos Humanos na intersecção de raça e gênero”, busca responder o problema de pesquisa baseada na análise das atas de deliberações dos Conselhos, referente ao período estabelecido, com o propósito de averiguar se o que dialogamos nos capítulos 1 e 2 possuem uma aplicação prática, no sentido de constatar se as mulheres negras enquanto sujeitos políticos possuem ou não visibilidade nas decisões e ações desses dois conselhos.

Por fim, coloco uma preocupação importante sobre o meu papel enquanto pesquisadora no tema sobre direitos das mulheres negras, a qual relaciona-se à questão do meu lugar de fala. Sou branca e nunca sofri racismo, logo, o meu lugar de fala é uma questão privilegiada na pesquisa sobre mulheres negras.

Djamila Ribeiro (2017) afirma, que toda pessoa tem o seu lugar de fala, porque está localizada socialmente. No entanto, não deve confundir lugar de fala com representatividade. Uma mulher negra pode não se sentir representada pela mulher branca cis, mas essa mulher branca cis pode teorizar criticamente sobre a realidade das mulheres negras, a partir do lugar que ela ocupa, de um lugar privilegiado, porque faz parte do grupo que historicamente se beneficia dele.

Assim, sem qualquer pretensão de representatividade, o meu lugar de fala nesta pesquisa é localizado socialmente como um lugar privilegiado. Contudo, pretendo, debater, refletir e questionar criticamente as hierarquias produzidas, a fim de desnaturalizar lugares e, de algum modo, contribuir para uma sociedade menos desigual para as mulheres negras e, igualmente, apresentar a nossa responsabilidade enquanto pessoa branca.

2 RAÇA E GÊNERO: UMA ABORDAGEM DECOLONIAL SOBRE A GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

O principal objetivo desse capítulo é compreender as categorias de raça e gênero na perspectiva interseccional a partir dos estudos da decolonialidade e dos Direitos Humanos no Brasil.

O capítulo está estruturado em três temas principais. No primeiro, apresenta-se as principais categorias do pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade - M/C, como perspectiva dos estudos pós-coloniais, e a noção de giro decolonial. O grupo M/C sugere a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade do poder, do saber e do ser, as quais apresentam-se como um problema desafiador a ser enfrentado pela ciência e teoria política estudada no Brasil.

Posteriormente, torna-se necessário examinarmos os conceitos históricos das teorias raciais que fundamentaram e fundamentam a existência de práticas racistas e a exclusão social dos negros, são eles: o racismo científico – a tese de hierarquização de raças humanas em superiores e inferiores e, portanto, superioridade branca e inferioridade negra; a negação da mestiçagem – a ideia de que a mistura de raças causaria a sua degradação; a ideologia do embranquecimento – a partir da metamorfose da cor por meio do incentivo da imigração de europeus para o país no início do século XX, no intuito de branquear a população; o elogio à mestiçagem – a ideia de convivência harmoniosa entre as raças, atribuída a partir das obras de Gilberto Freyre (Casagrande e Senzala) e seus seguidores; e, então, o mito da democracia racial – que difundiu-se no Brasil, projetando uma imagem de um país sem conflitos raciais a despeito de sua história escravagista.

E, ao final, na terceira parte, realiza-se uma análise histórica sobre a trajetória persistente e tensa construída pelas Mulheres Negras que lutaram e lutam pela superação do racismo e do sexismo, pelo reconhecimento de sua identidade e de seus direitos, contra a universalização da categoria mulher e a cultura do patriarcado e por um feminismo interseccional e decolonial, que leva em consideração não só gênero, mas também raça e classe.

2.1 RADICALIZANDO O DISCURSO PÓS-COLONIAL NA AMÉRICA LATINA POR MEIO DA PERSPECTIVA DE GIRO DECOLONIAL

As histórias podem ser contadas de diversas maneiras. Contudo, hegemonicamente, considera-se a existência de “uma só” História Mundial, a que foi narrada a partir da Europa. A Europa delimitou o rumo civilizatório pelo qual deverão seguir todas as nações do planeta.

Com o início do colonialismo na América em 1492, que ocorreu de forma violenta e num processo de desumanização dos indígenas por meio de um genocídio massivo para a apropriação do território, inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas ao mesmo tempo, a fundação colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário (LANDER, 2005).

Inaugura-se um longo processo violento que resultará, nos séculos XVIII e XIX, nos primeiros passos na articulação de todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa se constituiu não só como “centro” da história universal, mas de todo e qualquer saber, contada numa perspectiva que a situa como ponto de referência e de chegada; ou seja, dá-se início à imensa formação discursiva de construção da Europa/Ocidente e o Outro (DUSSEL, 2005; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2005).

O colonialismo, portanto, evidencia uma relação política e econômica que segundo Maldonado-Torres (2003, p. 131), “[...] a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, que a constitui como império”. As estruturas coloniais são mais que uma imposição política e econômica, foram mantidas pela força, pela violência, que visavam a dominação de territórios, o controle dos recursos naturais, do trabalho e dos produtos e, ao mesmo tempo, também por intermédio de outras operações que possuíam a função de formar mentalidades coloniais de inferioridade, de submissão, de subalternidade. Resumindo, o colonialismo foi um movimento de dominação.

Quijano (1992, p. 1) afirma “[...] fue establecida una relación de dominación directa, política, social y cultural de los europeos sobre los conquistados de todos los continentes. Esa dominación se conoce como colonialismo”.¹

¹ Foi estabelecida uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre as conquistas de todos os continentes. Essa dominação é conhecida como colonialismo. (Tradução livre).

A Europa ao se posicionar dessa forma, como único conhecimento válido universalmente, as reflexões que foram elaboradas a partir dela desqualificaram os demais saberes tanto no interior de sua própria história como também em relação aos territórios colonizados. A intensão era substituir a diversidade dos saberes por um conhecimento supostamente universal e válido, isto é, a dos “sujeitos do conhecimento” – dos descobridores, conquistadores e colonizadores.

Lander (2005) afirma, que o caráter universal dos conhecimentos científicos é sobretudo uma concepção eurocêntrica, que pensa e estrutura a “[...] totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal”, contribuindo deste modo “[...] para ocultar, negar, subordinar ou extirpar toda experiência ou expressão cultural que não corresponda a esse *dever ser* que fundamenta as ciências sociais” (LANDER, 2005, p. 13-14).

O discurso colonial foi um dos artifícios mais poderosos de produzir antagonismos, estes foram criados discursivamente por aqueles que se conceberam como civilizados, modernos, desenvolvidos, europeus, brancos, heterossexuais, em contraposição aos “Outros” – incivilizado, colonizado, o inferior, o negro, o índio.

Nesse sentido, Luciana Ballestrin (2013) declara que a relação colonial é uma “relação antagônica”, no sentido de que a presença do Outro me impossibilita de ser completamente eu mesma. “A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (BALLESTRIN, 2013, p. 91).

O grupo Modernidade/Colonialidade – M/C, formado nos anos 1990 por intelectuais críticos ao eurocentrismo, recupera na formação histórica da América Latina a matriz do poder colonial no século XVI, na articulação entre a ideia de “raça” como instrumento de classificação e controle social e o desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial, eurocêntrico), assumindo o desafio epistemológico do giro decolonial, e promovendo outras formas de saberes, novas compreensões próprias da colonialidade do poder, saber e ser (BALLESTRIN, 2013; MALDONADO-TORRES, 2008).

Referido grupo, sugere a superação à interpretação hegemônica, a superação da opinião corrente; a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade do poder, do saber e do ser, os quais retratam-se como um problema desafiador a ser encarado pela ciência e teoria política estudada no Brasil.

São pesquisadores deste grupo, cujo pensamento contribuíram para as formulações críticas do grupo M/C: Boaventura de Souza Santos, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, María Lugones, além de precursores como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi Paulo Freire, entre outros (CANDAU, 2010).

A formação do grupo M/C e a noção decolonial vem na sequência dos debates e indagações realizadas por pesquisadoras e pesquisadores do pós-colonialismo e pela dissolução do Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos. Assim, com o propósito de situar o grupo M/C e o chamado giro decolonial, apresenta-se, sem qualquer intenção de esgotar o conteúdo, algumas considerações sobre o pós-colonialismo.

Os estudos pós-coloniais (1980) sobrevieram da identificação de uma relação dicotômica, a do colonizado/dominado e a do colonizador/dominante, e o termo “Pós-colonialismo” refere-se “à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiático e africano” (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

O pós-colonialismo, firmado como um conjunto de teorias preocupadas em compreender o colonialismo, compartilha da estratégia de desconstrução, da emergência de romper com os essencialismos e propõe “uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade”; propõe ainda que o “colonial” do termo “alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais” (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

Ballestrin (2017a, p. 509) afirma que há pelo menos três fases do pós-colonialismo. Na primeira, estaria o que a autora chama de “pós-colonialismo anticolonial”, corresponde ao contexto histórico posterior aos movimentos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX, ligado com as lutas de libertação nacional e com os movimentos de independência.

Nesse contexto, as tensões sobre a identidade já se faziam presente e necessária na “problematização do colonizado *versus* colonizador e do racismo a serviço do colonialismo” (BALLESTRIN, 2017a, p. 509). Os autores marcantes desta formação são: Frantz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi.

Simultaneamente, na década de 1970, formava-se no sul asiático outro movimento que acabou por fortalecer o pós-colonialismo como um movimento epistêmico, intelectual e político, o Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiático,

comandado pelo indiano Ranajit Guha, cujo principal projeto era questionar criticamente o colonialismo histórico da Índia e dar voz e lugar àqueles que são silenciados pelo poder hegemônico. Surgindo, nessa circunstância, o termo “subalterno” para se referir não apenas aos grupos marginalizados, mas aos grupos que não possuem voz ou representatividade, em decorrência de seu *status* social (GROSFOGUEL, 2008; SPIVAK, 2010).

“Subalterno” não apenas como um termo clássico para o oprimido, mas como representação de contestação aos que não alcançam lugar em um cenário totalitário, capitalista e excludente, no qual o “subalterno” é sempre aquele que não pode falar e cuja voz não pode ser ouvida.

É nesse sentido o pensamento Gayatri Chakrabarty Spivak, em um de seus ensaios mais conhecido, “Pode a subalterna falar?”², publicado primeiramente em 1985, que remete às inquietações centrais de estimular os discursos hegemônicos e de gerar um discurso crítico que procura influenciar a forma como lemos e aprendemos o mundo contemporâneo. Spivak propõe uma releitura, uma ressignificação sobre o que é tido como verdade, criando espaços nos quais a subalterna possa se articular e, por consequência, possa ser ouvida (SPIVAK, 2010).

Para Spivak sujeito subalterno é “àquele cuja voz não pode ser ouvida”; sua crítica é expor o lugar incômodo do intelectual que pressupõe poder falar pelo Outro e, por meio dele. Segundo a autora, atuar desse modo é recriar as “[...] estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde ele possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido” (SPIVAK, 2010, p. 12).

O Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiático ficou conhecido fora da Índia a partir de 1980, principalmente por meio dos pensadores Gayatri Chakrabarty Spivak, Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty (BALLESTRIN, 2013).

Numa segunda fase do pós-colonialismo, denominada por Ballestrin (2017a) de “pós-colonialismo canônico” ou “pós-estrutural”, a qual remonta à década de 1990 no Estados Unidos – um grupo de pesquisadores latino-americanistas que

² Opta-se em escrever a palavra na forma feminina: subalterna. “O termo inglês *subaltern* não tem gênero. No entanto, o título do importante trabalho de Gayatri Chakrabarty Spivak, *Can the Subaltern Speak?*, é comumente traduzido na língua portuguesa para *Pode o subalterno falar?*, adotando o gênero masculino. Tendo em conta que Spivak é uma mulher, teórica, filósofa e crítica de gênero da Índia que tem feito uma das contribuições mais importantes para o pensamento global, revolucionando os movimentos feministas com a sua escrita. A redução do seu mais importante termo, *Subaltern*, ao gênero masculino na língua portuguesa é duplamente problemática” (KILOMBA, 2019, p. 20-21).

viviam lá, dedicados ao estudo do subalterno na América Latina, inspirados no grupo Sul-Asiático, fundaram o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos. E, em 1998 com a tradução do documento espanhol “Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos”, a América Latina foi, enfim, inserida no debate pós-colonial.

A proposta do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos é a redefinição das esferas política e cultural na América Latina; buscar novas maneiras de pensar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades e de atuar politicamente; buscar uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu lócus na América Latina; e assim, buscar avançar para uma reconstrução da história latino-americana (CASTRO-GÓMEZ, 2005; MENDIETA, 1998).

A crítica central realizada por Mignolo (1998), Grosfoguel (2008) e outros intelectuais atribuído ao Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalterno refere-se ao fato de seus estudos pós-coloniais possuir um lócus de enunciação nas heranças coloniais do império britânico (centrado no Norte), enquanto os sujeitos a estudar se encontram no Sul; ou seja, à incapacidade do grupo em romper com a episteme – de transcender a epistemologia hegemônica e, assim, “[...] traíram o seu objetivo de produzir estudos subalternos” (GROSFOGUEL, 2008, p. 116). Para esses autores, o grupo dos latinos subalternos não deveria se reproduzir na resposta indiana ao colonialismo, já que a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ela própria apagada no debate.

Por conta dos conflitos teóricos, o grupo foi dissolvido em 1998, ano em que ocorreram os primeiros encontros entre os intelectuais que em seguida trabalhariam juntos e formariam o Grupo Modernidade/Colonialidade – M/C (BALLESTRIN, 2013).

Enfim, nenhum dos dois grupos de estudos subalternos conseguiu radicalizar sua crítica ao eurocentrismo. Contudo, ambos os Grupos (indiano e latino-americano de estudos subalternos) representam um importante contributo para a crítica ao eurocentrismo.

A terceira fase, o pensamento “decolonial”, desenvolvida a partir da formação do grupo M/C, em 1998, o qual tem nos mostrado que apesar de o colonialismo tradicional ter chegado ao fim, a colonialidade subsiste; “[...] as estruturas

subjetivas, os imaginários e a colonização epistemológica ainda estão fortemente presentes” no cotidiano (CANDAU, 2010, p. 19).

O grupo M/C propõe, então, reformular epistemologias definidas nas ciências sociais e humanas, propõe empreender uma ruptura adequada com autores eurocêntricos – ou seja, de decolonizar – a epistemologia e o modelo europeu. É um dos grupos mais importantes do pensamento crítico ativo na América Latina e seus trabalhos são caracterizados pela postulação de uma perspectiva decolonial, que coloca a discussão sobre as relações de poder que foram instalados em 1492, com a dominação e invasão do que hoje conhecemos como América.

A perspectiva decolonial procura recuperar as contribuições latino-americanas do pós-colonialismo anticolonial, ao mesmo tempo em que pretende se afastar do cânone pós-colonial, inserindo a América Latina no debate e radicalizando a crítica à modernidade e ao eurocentrismo. A versão pós-colonial latino-americana – que certamente recusaria este rótulo para si – constrói seus argumentos com as bases do pensamento latino-americano, filosofia da libertação, teoria da dependência, teoria do sistema-mundo, grupos indiano e latino-americano de estudos subalternos, filosofia afro-caribenha e feminismo latino-americano (BALLESTRIN, 2017a, p. 510).

Como resultado de todas essas influências, o grupo M/C gerou um vocabulário muito particular que conseguiu ser incorporado com relativo sucesso no mundo acadêmico, e até mesmo em algumas organizações e movimentos sociais.

Assim, é de importância significativa a apresentação dos principais conceitos-chaves do grupo M/C para a compreensão da dinâmica do poder colonial, que produz e reforça uma desigualdade específica e transversal àquelas concernentes com gênero, raça e classe.

Porém, registra-se: antes mesmo do grupo M/C utilizar o termo colonialidade, essa ideia já cunhava o pensamento negro. Podemos encontrar essa ideia em autoras e autores negros, a partir do seu lugar de fala, como exemplo: W. E. B. Du Bois (Massachusetts-EUA), Frantz Fanon (Martinica-FR), Aimé Césaire (Martinica-FR), Angela Davis (Alabama-EUA), Zora Neale Huston (Alabama-EUA), bell hooks (Kentucky -EUA), Lélia Gonzales (Minas Gerais-BR), entre outros.

Colonialismo e colonialidade são dois conceitos associados, porém, distintos; colonialidade é a lógica do colonialismo (QUIJANO, 2005).

Colonialidade evidencia um padrão de poder que surgiu como resultado do colonialismo, e diz respeito à forma como a organização do trabalho, a produção de conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através

do mercado capitalista mundial e da categoria de “raça”. Ela se mantém viva no saber, na cultura, nos textos didáticos, na literatura, na autoimagem, no comportamento, nas crenças, nas relações de trabalho, e em tantas outras dimensões da vida, decorrentes de uma situação colonial pré-existente (CANDAU, 2010; GROSGOUEL, 2008).

Segundo Quijano (2005, p. 107), os dois eixos fundamentais do padrão de poder da Europa são, de um lado “a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros”; e de outro lado “a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial”.

Portanto, pode-se afirmar que o atual sistema-mundo³ como um todo histórico-estrutural é decorrente de um padrão de poder específico – padrão de poder colonial –, o qual atinge todas as proporções da existência social, tais como a racial, a sexualidade, a política, a subjetividade, a linguística e o trabalho.

A colonialidade se materializa em três perspectiva: a do poder, do saber e do ser. E mais do que isso: a colonialidade constitui uma dimensão inseparável constitutiva dos discursos da modernidade, e não decorrente. Para Mignolo (2017, p. 1) “a pauta oculta [...] da modernidade era a colonialidade”.

Ou seja, a modernidade não seria possível sem a colonialidade; “são as duas faces da mesma moeda” (GROSGOUEL, 2008, p. 123); “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSGOUEL, 2008, p. 125). Portanto, conforme Maldonado-Torres (2003, p. 131), “respiramos a colonialidade e a modernidade cotidianamente”.

O conceito de colonialidade do poder, amplamente utilizado pelo grupo M/C, elaborado por Anibal Quijano no final dos anos 1980, se fundamenta na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial, inventada para legitimar às relações de dominação impostas pela conquista. Essa classificação foi

³ Segundo Grosfoguel (2018, p. 55) a conceituação de sistema-mundo “[...] é uma alternativa ao conceito de ‘sociedade’”. Ele é utilizado para romper com a ideia moderna que reduz ‘sociedade’ às fronteiras geográficas e jurídico-políticas de um ‘Estado-nação’. Em um sentido comum eurocêntrico moderno, o conceito de ‘sociedade’ é utilizado como um equivalente a ‘Estado-nação’ e, por conseguinte, existem tantas sociedades quanto Estados-nações no mundo. Esse olhar eurocêntrico moderno não somente reduz a noção de Estado a ‘Estado-nação’, como também reduz sociedade a essa forma de autoridade política muito particular do mundo moderno/colonial. Grosfoguel (2018, p. 56) afirma ainda: “O conceito de ‘sistema-mundo’ é um movimento de protesto dentro das ciências sociais eurocêntricas contra as análises que utilizam a categoria ‘sociedade’, entendida como equivalente ao ‘Estado-nação’”. [...] A ideia da teoria do sistema-mundo é que existem processos e estruturas sociais cujas temporalidades e espacialidades são mais amplas que a dos ‘Estados-nações’.”

fundamental para o enriquecimento das metrópoles e o posterior desenvolvimento do capitalismo moderno.

A colonialidade do poder é uma realidade do sistema-mundo moderno/colonial que se origina e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2000). Grosfoguel (2008, p. 113) prefere chamar de “sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista/colonial/patriarcal”.

[...] a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade (QUIJANO, 2005, p. 107).

Raça é uma categoria mental da modernidade, uma construção sociológica de dominação e de exclusão. Isto é, biologicamente e cientificamente, as raças não existem. Contudo, apesar de ser uma invenção, a dominação e as explorações legitimadas pela ideia de raça são reais e carregam consigo consequências materiais e subjetivas de subjugação de pessoas que foram racialmente inferiorizadas. A raça foi construída na dicotomia branco europeu-racional-civilizado-humano-superioridade/subalterno-irracional-não civilizado-não humano-inferioridade, sendo os subalternos os negros, índios, amarelos, oliváceos (MUNANGA, 2003; WALSH, 2009a).

Os elementos dessa inferiorização sobreviveram ao tempo e se mantêm intactos no imaginário coletivo das novas gerações. O racismo é hoje, um dos maiores problemas que marcam profundamente as relações sociais no contexto latino americano. Ainda que o racismo não seja a única manifestação da colonialidade do poder ele é, inquestionavelmente, o mais perceptível e onipresente (QUIJANO, 2000).

Para Quijano (2000, p. 342), a estipulação de uma classificação racial da população do mundo se constituiu como “pedra angular do dito padrão de poder” e age em todas as esferas, materiais e subjetivas, do cotidiano social. Quer dizer, a

colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial.

Para Mignolo (2005, p. 37), o mundo moderno/colonial surgiu:

[...] da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera. [...] Isto é, a consciência vivida na diferença colonial é dupla porque é subalterna. [...] O princípio da dupla consciência é, em meu argumento, a característica do imaginário do mundo moderno-colonial nas margens dos impérios. [...] em suma, é uma consequência da colonialidade do poder e a manifestação de subjetividades forçadas na diferença colonial.

Concomitantemente, a colonialidade do saber é entendida como a repressão de outras formas de conhecimento não europeus (QUIJANO 2005); é desqualificação de outros conhecimentos e saberes dos “[...] povos indígenas e africanos, reduzindo-os, por sua vez, à categoria de primitivos e irracionais, pois pertencem a ‘outra raça’” (CANDAU, 2010, p. 20).

Vera Maria Ferrão Candau (2010, p. 17) afirma que graças à colonialidade, a Europa pôde produzir “as ciências humanas como modelo único, universal e objetivo na produção de conhecimentos, além de deserdar todas as epistemologias da periferia do ocidente”. Logo, os nossos saberes são situados. As estudiosas feministas negras apelidaram esta concepção de “epistemologia afrocêntrica” (Collins, 1990).

Castro-Gómez (2005, p. 84), afirma que a colonialidade do poder e a colonialidade do saber estão “localizadas numa mesma matriz genética”.

Portanto, a ciência ocidental desqualificou e invisibilizou outras epistemologias para se manter como verdadeira e universal. A fundamentação deste poder está no controle do conhecimento, fazendo deste controle as bases do domínio político, econômico, cultural e social. Foram articulados mecanismos estratégicos de ocultamento dos saberes produzidos pelos povos nacionais, especialmente das mulheres negras.

O eurocentrismo é uma perspectiva concreta de produzir a colonialidade do saber, nesse sentido Quijano (2005, p. 115):

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo.

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 115).

Há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias.

[...] o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).

Nilma Lino Gomes (2009), no artigo *Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira*, estuda o papel da nova geração de pesquisadores negros na produção do conhecimento científico, de novos saberes na dinâmica social e racial, não mais como objetos, mas como sujeitos. O olhar dos intelectuais negros, em especial as negras, na produção do conhecimento traz uma análise e uma leitura crítica significativa de alguém que vivencia o racismo e o sexismo no seu percurso de vida e acadêmico, que tem por objetivo dar visibilidade e subjetividade.

A colonialidade do ser nos remete às teorizações de Frantz Fanon, onde ele, como autor negro, psiquiatra e filósofo, em suas obras *Os Condenados da Terra* (1968) e *Pele negra, máscaras brancas* (2008), analisa as consequências da colonização e seus efeitos devastadores na saúde mental dos colonizados e aborda, principalmente, o processo histórico de descolonização, sentindo na própria pele a opressão (FANON, 1968; FANON, 2008).

Para Fanon (1968, p. 212), o colonialismo é mais que um sistema definido apenas como exploração estrangeira dos recursos naturais de um território com recurso à mão-de-obra local; é, sobretudo, “[...] a negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o

colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: Quem sou eu na realidade?”.

Depreende-se que, as estruturas sociais coloniais são construídas a partir do olhar do colonizador, dos valores do colonizador, da branquitude do colonizador. É a partir desses valores introjetados na subjetividade do colonizado que esses valores passam a ser desenvolvido numa lógica de inferioridades racial, de submissão, econômica, linguística e cultural que leva o colonizado a valorizar e a se reconhecer na cultura e nos traços físicos do colonizador.

A colonialidade do ser é raciocinada, portanto, como a negação de uma existência, a invisibilidade de uma cultura; é a perda objetiva de si, da capacidade de autodeterminação, é a violência epistêmica, que para Fanon (2008) a mudança dependeria de uma transformação radical das estruturas da sociedade.

A partir da categoria colonialidade, María Lugones pesquisa sobre a intersecção entre as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade, e amplia às formas de colonialidade, poder, saber e ser, acrescentando o conceito de “colonialidade de gênero”.

Em 2006, Lugones passou a integrar o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) em uma das reuniões realizada na Venezuela. Ao analisar a diferença colonial, em seus aspectos materiais, econômicos, políticos e culturais, principalmente nos aspectos relativos à colonialidade do ser, Lugones identifica que os escritos até então construídos pelo grupo M/C baseavam-se em conceitos eurocêntricos e heteronormativos sobre gênero. Para referida autora, existe um "sistema de gênero moderno/colonial" que despreza as categorias de raça e classe em suas análises. E, então, a autora passa a criticar a pouca atenção dada ao aspecto de gênero, seja em temas econômicos ou históricos da colonialidade (DIAS, 2014; LUGONES, 2007).

Lugones (2008, p. 77) destaca:

Caracterizar este sistema de género colonial/moderno, tanto em trazos generales, como en su concretitud detallada y vivida, nos permitirá ver la imposición colonial, lo profundo de esa imposición. Nos permitirá la extensión y profundidad histórica de su alcance destructivo. Intento hacer visible lo instrumental del sistema de género colonial/moderno en nuestro sometimiento - tanto de los hombres como de las mujeres de color- en todos los ámbitos de la existencia. [...] Necesitamos situarnos en una posición que nos permita convocarnos a rechazar este sistema de género mientras llevamos a cabo una transformación de las relaciones comunales.⁴

⁴ “Caracterizar este sistema de gênero colonial/moderno, tanto em termos gerais quanto em sua concretude detalhada e vivida, nos permitirá ver a imposição colonial, a profundidade dessa imposição.

O sistema colonial/moderno nos permite ver a imposição de uma hierarquia de gênero/sexo global que privilegia(va) homens em prejuízo de mulheres e o patriarcado europeu em detrimento de outros moldes de configuração de gênero e de relações sexuais. Um sistema que impôs o conceito de “mulher” para reorganizar as relações de gênero/sexo nas colônias europeias, efetivamente introduzindo regulamentos para relações “normais” entre os sexos, e as distinções hierárquicas entre o “homem” e a “mulher” (LUGONES, 2008; MIGNOLO, 2017).

Nesse sistema, há uma distinção dicotômica hierárquica entre humano e não humano: o homem branco, apto a decidir, um ser de civilização, heterossexual, cristão, detentor da razão e inteligência; a mulher branca, a inversão humana de homens, entendida como complemento do homem branco, mas como sua reprodutora por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar; e os não-humanos, os animais, os bestializados, promíscuos ou pecaminosos, não civilizados, os negros e índios (LUGONES, 2014).

No entendimento de Lugones (2014), existe um sistema moderno e colonial eurocêntrico de gênero que ignora a intersecção de raça, classe, gênero e sexualidade.

Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica “categorial” (LUGONES, 2014, p. 935, grifo da autora).

Para trabalhar a categoria interseccionalidade, a autora Lugones (2014) buscou as teorizações de Kimberlé Crenshaw (2002) que argumenta que categorias de opressões combinadas podem afetar a vidas das pessoas, em especial das mulheres negras. Assim, intersecção entre as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade é uma definição do problema que busca:

[...] capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a

Isso nos permitirá ver a extensão e a profundidade histórica de seu alcance destrutivo. Tento tornar visíveis os instrumentos do sistema de gênero colonial/moderno em nossa subjugação - de homens e mulheres de cor - em todas as áreas da existência. [...] Precisamos nos colocar em uma posição que nos permita convocar para rejeitar esse sistema de gênero enquanto realizamos uma transformação das relações comunais.” (Tradução livre).

interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Lugones realiza críticas ao autor Aníbal Quijano, com relação à percepção dele sobre gênero. Segundo a autora, Quijano possui uma compreensão muito restrita sobre gênero, pois: concebe a intersecção entre raça e gênero em termos estruturais gerais, eurocêntrico, capitalista e global; pressupõe um entendimento patriarcal e heterossexual; reduz gênero para a organização do sexo, seus recursos e produtos; entende o sexo como atributos biológicos como categorias sociais (LUGONES, 2008, p. 78-84).

Outra crítica realizada pela autora María Lugones (2014) refere-se ao ideário e prática política do feminismo hegemônico, o qual não leva em conta as demandas específicas do ser mulher negra, latina, índia e suas opressões. Para a autora, essas teorias generalizantes não são adequadas e nem representativas das necessidades do grupo de mulheres não-brancas, e sim, fontes de dominação e propagação da colonialidade.

Para a autora, um feminismo de resistência é uma práxis urgente, é: “[...] decretar uma crítica da opressão de gênero racializada colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p. 940). É oportunizar construções epistemológicas em que mulheres invisibilizadas, que estão nas margens/fronteiras, que vivem múltiplas opressões possam ter voz e, o mais importante, serem ouvidas.

Os estudos de Lugones (2014) são essencialmente e principalmente caracterizantes da situação de gênero, como um modo subjetivo de dominação, existente e fundada pela colonialidade, e são uma construção epistemológica crítica a essa situação, “rumo a um feminismo descolonial”.

A partir da década de 1980, o feminismo, o qual estudaremos no tópico 1.3 deste capítulo, apresentou consideráveis implicações práticas e teóricas para a compreensão da vida das mulheres sob o impacto – passado ou presente – do colonialismo. Mas, uma das mais visíveis foi a geopolitização do debate feminista, iniciado pela ideia de um feminismo terceiro-mundista e pós-colonial e que, presentemente, pode ser percebido no empenho de introduzir um feminismo do sul e decolonial (BALLESTRIN, 2017b).

Uma teoria crítica hoje teria que guiar e fornecer respostas para essa realidade complexa. A consciência da relevância e urgência desse desafio é o que Maldonado-Torres (2003, p. 160), define como “giro des-colonial” e representa:

[...] em primeiro lugar, uma mudança de perspectiva e atitude que se encontra nas práticas e formas de conhecimento dos sujeitos colonizados, desde o início da colonização, e em segundo lugar, um projeto de transformação sistemática e global dos pressupostos e implicações da modernidade, assumidos por uma variedade de sujeitos em diálogo.

O conceito de giro decolonial, que segundo Ballestrin (2013) é um vocábulo inédito cunhado por Maldonado-Torres (2008, p. 66), significa basicamente:

[...] colocar a questão da colonização no centro do debate como um componente constitutivo da modernidade, e a descolonização como um número indefinido de estratégias e formas de resposta que representam uma mudança radical nas formas hegemônicas atuais de poder, ser e saber.

Portanto, o projeto decolonial traduz-se no trabalho árduo de desvelar como a matriz funciona, e nesse sentido, para Mignolo (2017, p. 10), a alternativa decolonial é “[...] o projeto inexorável de tirar todos da miragem da modernidade e da armadilha da colonialidade. Todos são conectados pela lógica que gera, reproduz, modifica e mantém hierarquias interconectadas”.

O objetivo do projeto decolonial não é dominar, mas expressar, ao pensar e agir, que os futuros globais não poderão mais ser raciocinados como um futuro global em que uma única opção é disponível, mas, que todas as outras também o são; afinal, “quando apenas uma opção é disponível, ‘opção’ perde inteiramente o seu sentido” (MIGNOLO, 2017, p. 14).

Por tudo isso, deve-se superar a Modernidade; é indispensável como explica Dussel (2005, p. 29), negar o mito da Modernidade:

Ao negar a inocência da “Modernidade” e ao afirmar a Alteridade do “Outro”, negado antes como vítima culpada, permite “des-cobrir” pela primeira vez a “outra-face” oculta e essencial à “Modernidade”: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (as “vítimas” da “Modernidade”) como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria “Modernidade”).

Apenas quando se nega o *mito civilizatório e da inocência* da violência moderna se reconhece a injustiça da práxis sacrificial fora da Europa (e mesmo na própria Europa) e, então, pode-se igualmente superar a limitação essencial da “razão emancipadora”.

Supera-se a razão emancipadora como “razão libertadora” quando se descobre o “eurocentrismo” da razão ilustrada, quando se define a “falácia desenvolvimentista” do processo de modernização hegemônico. Isto é possível, mesmo para a razão da Ilustração, quando eticamente se descobre a dignidade do Outro (da outra cultura, do outro sexo e gênero, etc.); quando se declara inocente a vítima pela afirmação de sua Alteridade como Identidade na Exterioridade como pessoas que foram negadas pela Modernidade. Desta maneira, a razão moderna é transcendida (mas não como negação da razão enquanto tal, e sim da razão eurocêntrica, violenta, desenvolvimentista, hegemônica). Trata-se de uma “Trans-Modernidade” como projeto mundial de libertação em que a Alteridade, que era coessencial à Modernidade, igualmente se realize (DUSSEL, 2005, p. 29).

O movimento de descobrimento e de ressignificação das teorias e epistemologias do sul tem crescido nos últimos anos em diversas áreas e universidades de todo o mundo. Muito se deve ao empenho do Grupo Modernidade/Colonialidade – M/C, que propõe revisar, com nova leituras analíticas, o que é considerado clássico (BALLESTRIN, 2013).

Mignolo (2003) defende que, não se trata da substituição de um paradigma por outro, mas do surgimento de epistemologias outras. Mignolo (2003) afirma, que se por ventura, isso acontecesse, estaríamos esbarrando num novo colonialismo intelectual não mais da Europa, mas da América Latina. Segundo este autor, a modernidade é um projeto incompleto, assim como para o coletivo M/C a descolonização também o é. Ao contrário da modernidade, como já referido, a colonialidade não é um ponto de referência e de chegada (BALLESTRIN, 2013).

Portanto, a guinada decolonial e a decolonização, ou a “superação do pensamento abissal” e, portanto, a construção de um pensamento “pós-abissal”, como prefere Sousa (2009), ou, ainda, a “transmodernidade” de Dussel (2005), como projeto não envolvem apenas o término das relações formais de colonização, mas uma negação radical ao legado e à produção contínua da colonialidade do poder, do saber e do ser para uma transformação das ciências humanas e sociais no século XXI.

Podemos todos juntos entrar no diversificado e complexo projeto de decolonização? Parece que esta é a tarefa para aprofundar e a ser seguida na atualidade, particularmente quando ouvimos protestos culturais que promovem a decolonização.

Muito precisa ser feito, mas entendemos que este é o desafio que se deve enfrentar em nossos dias. Entende-se que esse é o projeto que possibilita constituir uma rede global/planetária em favor da justiça, da igualdade e da diversidade epistêmica.

2.2 TEORIA DA RAÇA NO BRASIL E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

O racismo é hoje, seguramente, um dos maiores problemas que marcam profundamente as relações sociais no Brasil. Possui profundas raízes cultivadas no colonialismo e na escravidão, e se nutrem diariamente. São raízes que se infiltram e carregam consigo consequências materiais e subjetivas de subjugação de pessoas que foram racialmente inferiorizadas.

O problema racial teve sua origem no colonialismo e na escravidão indígena e africana, onde além de explorados tiveram seus direitos negados. A escravidão no Brasil se consolidou como uma experiência de longa duração – quase quatro séculos –, que marcou diversos aspectos da cultura e da sociedade brasileira. A existência da mão de obra escravizada africana fixou um conjunto de valores da sociedade brasileira em relação ao trabalho, aos homens e às instituições.

Com o pós-abolição, em 1888, as negras e os negros continuaram sendo relegados a segundo plano na sociedade brasileira, entregues à própria sorte, pois não detinham recursos financeiros para trabalhar por conta própria, não tinham educação para buscar uma boa posição na sociedade e nem contavam com qualquer ajuda do governo. Não houve qualquer preocupação com a inserção social das negras e dos negros libertos na sociedade brasileira. Essa postura, concorreu ainda mais para ampliar as desigualdades sociais e o racismo no Brasil (LIMA, 2015).

Aos negros restaram os serviços mais degradantes, mal remunerados e precários, pois tinham que disputar com os brancos nacionais e com os imigrantes estrangeiros europeus que chegavam no Brasil, também por espaço no mercado de trabalho. É o momento em que o negro vê a legitimação da exclusão da sociedade. O estatuto jurídico de homens e mulheres negros livres não lhes garantiam acesso aos bens sociais e, portanto, o direito à cidadania.

Fernanda da Silva Lima e Josiane Rose Petry Veronese (2011, p. 85), destacam que:

Aos grupos negros foram negadas políticas públicas básicas para a garantia de sua sobrevivência. Eles não serviam mais para o progresso econômico do país. E tudo isso fruto de um processo de exclusão e discriminação racial que iniciou, sobretudo no Brasil, com a implantação do regime escravocrata e legitimado pelas teorias raciais e pela ciência positivista.

A liberdade não significou igualdade, e muitos negros tiveram que se submeter a uma situação de vida similar à escravidão. A abolição foi um feito demandado para atender as exigências do capitalismo industrial e do desenvolvimento econômico do país. Ao mesmo tempo, o término do sistema escravista assegurou aos negros a passagem da posição de escravizado para libertos, o que significou um grande passo na luta pela liberdade e dignidade (SCHWARCZ, 2012).

Com o fim do regime escravagista, era necessário repensar em um novo ideário para modernizar o Brasil, torná-lo numa nação moderna e independente a exemplo das nações europeias. É justamente nesse cenário, de auge da crença nas benesses da modernidade, que os intelectuais brasileiros vão tentar colocar o Brasil na “trilha da civilização”, importando assim, as teorias raciais europeias (GUIMARÃES, 2009).

As teorias raciais chegaram no Brasil tardiamente, na segunda metade do século XIX, por influência de pesquisadores europeus. “Muitos dos mitos atribuíveis à noção de raças humanas e sua “hierarquização”, que ainda se encontram impregnadas no imaginário social, remontam desse período histórico” (LIMA, 2015, p. 112).

Em 1859, o biólogo Charles Darwin (1987) publicou sua famosa obra intitulada *A origem das espécies*, a qual desenvolveu a teoria da seleção natural a partir de estudos realizados em plantas e animais, concluindo que existiam espécimes fortes e espécimes fracas. A teoria fundamentava-se em conceitos associados à “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade”, os quais foram responsáveis pela propagação da teoria evolucionista e aplicados aos mais variados ramos do conhecimento científico, como Linguística, Psicologia, Sociologia Evolutiva, História Determinista e Antropologia.

De acordo com Maria Aparecida Silva Bento (2006, p.24):

Com base nos estudos darwiniano – repetimos, realizados em animais e vegetais -, pensadores como o francês Joseph-Auguste de Gobineau, o alemão Richard Wagner e o inglês Houston Stewart Chamberlain, utilizaram a teoria da seleção natural, dentre outros argumentos, para tentar explicar a sociedade humana. Eles concluíram então que alguns grupos humanos eram fortes e outros fracos. Os fortes teriam herdado certas características que os tornavam e os autorizavam a comandar e explorar outros povos. Por sua vez, os fracos teriam outras características que os tornavam naturalmente inferiores e, portanto, predestinados a ser comandados.

Foi nesse século (XIX) que os autores da teoria do darwinismo racial tornaram os atributos externos e fenotípicos elementos fundamentais, caracterizadores de moralidades e do devir dos povos. Os seres humanos são diferentes uns dos outros, e em virtude dessas “diferenças”, viabilizaram a criação de uma hierarquia, uma hierarquia entre as raças.

Lilia Moritz Schwarcz (2012, p. 17) descreve:

Vinculados e legitimados pela biologia, a grande ciência desse século, os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas e, mais uma vez, o Brasil surgia representado como um grande exemplo — desta feita, um “laboratório racial”.

Baseado nesses estudos, características de tipos físicos passaram a ser utilizados para especificar seres humanos, servindo para que certos cientistas defendessem a ideia de existência de raças, sendo a “raça branca” a mais evoluída, e as demais, principalmente a “raça negra”, inferiores, de que determinadas raças eram mais desenvolvidas que outras, “raças melhores” e “raças piores” (AZEVEDO, 1987).

[...] pode-se dizer que o termo “raça” em seu aspecto biológico, político e cultural atuou na sociedade como um mecanismo hierarquizante das diferenças entre as pessoas. Hierarquizar significou perceber nos grupos sociais brancos seres superiores em relação aos grupos negros e mestiços que compunham até então parcela significativa da população brasileira (LIMA; VERONESE, 2011, p. 68).

Para Bento (2006, p. 25), nasce o modelo básico do racismo. E, portanto, estava justificada a dominação e a exploração colonial do europeu sobre povos “diferentes”.

Segundo a teoria racial do darwinismo social, somente as potências industrializadas e civilizadas (onde estariam as raças mais fortes e superiores) poderiam propagar a civilização. “Acreditava-se que a miscigenação extremada era ao mesmo tempo sinal e condição da degenerescência” (SCHWARCZ, 2012, p. 17).

Tal modelo de darwinismo e determinismo racial foi adotado por vários teóricos que procuravam “naturalizar” diferenças e fazer de questões políticas e históricas dados “inquestionáveis” da própria biologia.

Assim, podemos definir, segundo Gomes (2005, p. 52) o que seja racismo:

[...] é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

Portanto, racismo é uma ideologia que defende a hierarquia entre grupos humanos, classificando-os em raças inferiores e raças superiores; ou seja, um conjunto de ideias utilizado para explicar um comportamento que se expressa em repulsa, um sentimento social negativo lançado contra outra pessoa em relação aos seus traços fenotípicos, tais como: a cor da pele, tipo do cabelo, formato do nariz, boca, dentre outros caracteres morfológicos, bem como de sua cultura.

O Brasil era um país predominantemente negro (55% da população era negra, conforme o censo de 1872), considerados “degenerados”⁵ pela maioria das teorias à época, e negros, tidos como os mais atrasados na corrida evolucionista, característica que advém da sua própria condição de escravo, o país tinha comprometida a sua chegada a tão sonhada modernidade e civilização (GUIMARÃES, 2009).

Como construir um projeto de nação respeitável nos parâmetros de desenvolvimento dos países europeus num país com tantos negros? Restava aos intelectuais comprometidos com o projeto das elites de alcançar a tão desejada “modernidade” assegurarem um lugar para o Brasil entre as grandes nações mundiais (BENTO, 2006; HOFBAUER, 2011).

A mestiçagem existente no país parecia atestar a própria falência da nação, um retrocesso, o declínio da cultura. “Além do mais, ao conferir às raças o estatuto de realidades estanques, defendeu que toda mistura de espécies seria sempre sinônimo de degeneração” (SCHWARCZ, 2012, p. 17). Ou seja, a raça superior branca europeia levaria a civilização (tecnologia, formas de governo, religião cristã e ciência) para as colônias.

⁵ Segundo Munanga (1999, p. 21), a palavra “degenerados” atribuída a um povo, significa dizer que esse “povo não tem mais o mesmo valor intrínseco que possuía outrora, porque não tem mais em suas veias o mesmo sangue, cuja qualidade foi afetada por sucessivas alterações provocadas pelas mestiçagens.”

E então, em meados do século XIX, surge novas teses científicas, a exemplo da teoria eugenista, outra teoria racial. Essa teoria condenava a miscigenação, ou seja, a mistura de raças, porque o Brasil, segundo o precursor britânico Francis Galton (1892) e seus adeptos, acreditavam estar diante de um país de nação degenerada de raças mistas, e que esta mistura comprometia o progresso da sociedade. Para eles a mistura levaria à extinção da espécie. Galton (1892) e seus seguidores eram adeptos à concepção de “raça pura”, materializado na imagem do branco europeu como modelo ideal de raça civilizada (GALTON, 1892; LIMA e VERONESE, 2011).

A política de branqueamento foi a saída encontrada. Realizada por meio do financiamento público da imigração de europeus brancos⁶, estava fundamentada na ideia de graus de superioridade de acordo com graus de branqueamento, de modo que o projeto de um país moderno era, então, diretamente associado ao projeto de uma nação progressivamente mais branca. Visando ao longo do tempo branquear a população e consequentemente deixando de existir negros e mestiços (GUIMARÃES, 2009; LIMA, 2015).

No final do século XIX, o ideal de ‘branqueamento’ – como aparece nos discursos de importantes abolicionistas e cientistas brasileiros –, traduzir-se-ia em medidas políticas concretas. As ‘teses’ do branqueamento, agora já mais naturalizadas do que na época colonial, transformar-se-iam em discurso e prática da política oficial. No Congresso debatiam-se não apenas formas de incentivar a imigração europeia; foram também apresentados projetos que propunham a proibição da imigração de asiáticos e africanos (LIMA, 2015, p. 115).

Neste contexto, era urgente solucionar o “problema negro”, exterminando o negro e o mestiço que constituíam uma parcela considerável da população brasileira. “O núcleo desse racismo era a ideia de que o sangue branco purificava, diluía e exterminava o negro, abrindo, assim, a possibilidade para que os mestiços se elevassem ao estágio civilizado” (GUIMARÃES, 2009, p. 53).

⁶ O Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que regularizava o serviço da introdução e localização de imigrantes no Brasil, é um dos exemplos de legislação brasileira de financiamento público da imigração europeia. No art. 1º proíbe a entrada de imigrantes indígenas da Ásia e da África, somente podendo ser admitidos no Brasil por autorização do Congresso Nacional. No art. 5º, verifica-se o financiamento realizado pelo Brasil, a partir de passagem integral ou reduzida aos imigrantes europeus. E, no art. 16, o pagamento de prêmio às companhias de navegação que houvessem transportado 10.000 imigrantes europeus durante o ano. Entre outros benefícios (BRASIL. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890).

Para Hofbauer (2011, p. 5), o projeto do branqueamento trata-se:

[...] de um ideário historicamente construído (para alguns, uma “ideologia”; para outros, um “mito”) que funde *status* social elevado com “cor branca” e/ou “raça branca” e projeta ainda a possibilidade, ou melhor, cria a ilusão de uma possível “metamorfose” da cor (raça).

Com a política do branqueamento, a população negra diminuiria gradativamente com o passar dos anos em relação à branca, e assim, a miscigenação “produziria” uma população mais clara, em parte porque o “*gene* branco” era considerado “mais forte”, “mais superior”, e em parte porque as pessoas procuravam parceiros mais claros que elas (SKIDMORE, 1976, p. 81).

Acreditava-se que anos depois o Brasil seria um país cada vez mais branco, ou seja, com a expectativa que em 2012 a população estaria constituída de 80% de pessoas brancas e 20% de mestiços; nenhum negro, nenhum índio, pois estes estariam eliminados. O desaparecimento do negro era visto como uma consequência lógica, uma questão de tempo (SCHWARCZ, 2012).

Em consequência, referida ideologia repercute também no pensamento da maioria dos intelectuais locais, bem como das organizações e instituições políticas, como se pode observar nos discursos de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, João Baptista Lacerda, Paulo Prado, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Frente Negra Brasileira, dentre outros (HOFBAUER, 2011; OLIVEIRA, 2008).

O processo de branqueamento físico da sociedade, por meio de estratégias psicológicas, introjetou-se no subconsciente da população negra e mestiça levando-os a fazerem o melhor possível para se tornarem mais brancos e, portanto, dificultando qualquer busca da identidade negra, já que, nesta conjuntura, almejavam ingressar um dia na identidade branca, pois acreditavam ser ela superior.

Segundo Munanga (1999, p. 15), a teoria do branqueamento “[...] roubou dos movimentos negros o ditado “a união faz a força” ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos”.

Concepções ideológicas sustentadas por um racismo científico que justificou iniciativas políticas, faz com que possamos compreender, nos dias atuais, as dificuldades que os negros encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora.

Contudo, o projeto de branqueamento não se concretizou e, com o passar do tempo a mestiçagem tornou-se dominante na sociedade brasileira, diante disso, “[...] foi necessário repensar as relações raciais no País abarcando a mestiçagem como fenômeno predominante e formador da identidade dos brasileiros” (LIMA, 2018, p. 17).

Logo, no lugar de uma sociedade totalmente e ideologicamente branca, nasceu uma nova sociedade de identidades múltiplas, constituída de negros, índios e brancos, “cujas combinações em proporções desiguais dão ao Brasil seu colorido atual” (MUNANGA, 1999, p. 15). A ideologia do branqueamento “[...] serviu mais como um mito ou um elemento naturalizador das relações raciais [...]” (LIMA, 2015, p. 116).

Assim, no início do século XX, as teorias raciais deterministas vão perdendo força diante do fenômeno crescente da miscigenação da população e, o Brasil passou a ser descrito como uma imensa nação mestiça, desenhado por três raças – negra, indígena e branca – representando uma vivência “harmoniosa” entre elas, um “paraíso racial” (SCHWARCZ, 2012).

Gilberto Freyre (2006), na década de 1930, nas suas obras, principalmente *Casa-grande e Senzala*, mesmo não se utilizando da expressão “democracia racial”, afirmava que o Brasil teve um regime de escravidão harmonioso, de que a escravidão teria sido mais positiva do que negativa. Freyre (2006) negava a crença de uma inferioridade racial, defendendo a mestiçagem brasileira, à ideia de convivência harmoniosa entre as diferentes raças; que o Brasil não só estava livre de preconceitos baseados na ideia de raças e cor como não havia espaço para a discriminação racial.

Freyre (2006) enxergava a miscigenação como modelo de igualdade racial, um motivo de orgulho nacional, menosprezando que a mesma foi construída como consequência da colonização, dominação, exploração e violência, mormente, de uma violência sexual dos homens brancos no tocante às mulheres negras e indígenas (FREYRE, 2006; GOMES, 2005).

Essa visão da realidade social e racial do Brasil exteriorizada nos escritos de Freyre, extrapolou as fronteiras nacionais, e assim, a teoria da democracia racial se difundiu, projetando uma imagem do Brasil como um país sem conflitos raciais, a despeito de sua história escravagista – diferentemente do que havia ocorrido em outras localidades, como nos Estados Unidos, onde a escravidão foi o estopim de conflitos, como a Guerra Civil (1861-1865) (GUIMARÃES, 2009).

Foi nessa década (1930) que o mestiço tornou-se “positivamente” em ícone da identidade nacional, em uma marca de nossa identidade misturada no sangue, indiferenciada na cultura, ou seja: na comida, no futebol, no samba, na capoeira, no candomblé, entre outros (SCHWARCZ, 2012).

Tal vivência “harmoniosa” entre as diferentes raças, foi, aos poucos, sendo concebida como um verdadeiro mito de Estado, pois harmonia não significa igualdade. Se por um lado a Lei de abolição de 13 de maio de 1888 tinha decretado a liberdade para os grupos negros, por outro a igualdade pertencia exclusivamente aos brancos, permanecendo os negros marginalizados. Essa igualdade jurídica não passava, conforme afirmou Schwarcz (2012, p. 18), de forma disfêmica, de uma “balela”.

É nesse sentido o pensamento de Lima (2015, p. 119):

A crença na mestiçagem serviu para mascarar ou até mesmo esconder qualquer fenômeno relacionado ao preconceito e à discriminação racial, uma vez que o discurso que considerava o povo brasileiro mestiço vinha embutido no conceito de assimilacionismo. Assim, os negros, para que integrassem e se inserissem nesta sociedade, deviam negar as suas particularidades culturais e étnico-raciais, para passar por um processo de assimilação da cultura branca (de matriz europeia), pois esta era a que deveria prevalecer para atestar a identidade única do povo brasileiro.

Desta forma, comparado ao contexto anterior, quando miscigenação expressa no máximo uma aposta no branqueamento futuro do país, esse cenário apresenta-se na valorização diversa dada à mistura, especialmente cultural.

Era apropriado para o Brasil propagar para o mundo uma imagem romântica das relações raciais aqui existentes, disfarçando o racismo e a desigualdade histórica vivida por negros, índios e brancos em nossa sociedade (GOMES, 2005).

Em relação as diferentes raças, as ciências biológicas comprovaram que o racismo não tem nenhuma sustentação cientificamente verificável, porque cientistas provaram que as raças não existem enquanto método classificatório, pois todos os homens estão sujeitos a diferenciações genéticas incapazes de determinar certas habilidades, valores, ou padrões de comportamento. A ciência não tem como classificar rigidamente determinado grupo partindo de características físicas, até porque é visível a miscigenação (AZEVEDO, 1987; GUIMARÃES, 2009).

Nesse momento, é necessário compreender o que significa o termo *raça* na sociedade brasileira. Quem nos esclarece sobre essa categoria é Guimarães (2009, p. 11), que segundo ele:

‘Raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos –, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.

Sendo assim, podemos concluir que *raça* é uma categoria classificatória, que somente se justifica como uma construção social, política e cultural formada nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não é, de maneira alguma, uma realidade biológica, e sim, uma categoria de dominação e de exclusão. É na conjuntura da cultura que aprendemos a diferenciar e ver negros e brancos como pessoas distintas, e nesse caso, ver o negro como “inferior”; esses marcadores sociais de “diferenças/inferioridade” são inseridos em nossa mentalidade, no nosso modo de ser e ver o Outro. Tudo isso porque vivemos em uma sociedade racista e preconceituosa onde o tom da pele da pessoa é mais importante do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória.

Frequentemente ouvimos as pessoas dizerem: “eu não tenho preconceito”, “no Brasil não existe preconceito racial, pois somos filhos de uma grande mistura racial e étnica”; mas essas pessoas também afirmam: “não gostaria de ver minha filha(o) casada(o) com um negro(a)” (GOMES, 2005).

O preconceito é um conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos, sobre indivíduos ou grupos humanos com base em características racial, de gênero, étnicas ou religiosas. Ele insere uma análise moral que a pessoa possui de si mesmo e também do Outro. Esse prejulgamento apresenta-se negativamente, sem levar em conta os fatos que o contestem. De acordo com Zilá Bernd (1994, p. 9), “[...] o indivíduo preconceituoso é aquele que se fecha em uma determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos”.

Bernd (1994, p. 10) ainda, nos explica que, “*Discriminar*, significa ‘separar’, ‘distinguir’, ‘estabelecer diferenças’. A discriminação racial corresponde ao ato de apartar, separar, segregar pessoas de origens raciais diferentes”. Por exemplo, impedir uma pessoa de assumir um emprego por não ser branca é um ato de discriminação racial.

O Brasil, portanto, vive um falso mito da harmonia entre as raças negando e ocultando o preconceito e a discriminação racial em que aspectos como a cor da pele tornam-se determinantes aos direitos e garantias das pessoas negras; “como se branco não fosse cor e raça fosse sempre a negra”. O mito deixou de ser um estatuto científico, mas está internalizado e arraigado no cotidiano das pessoas (SCHWARCZ, 2012, p. 93).

O mito da democracia racial, de acordo com Lima (2015, p. 123), pode ser compreendido, portanto, como:

[...] uma corrente ideológica que contribui para negar a desigualdade social e racial existente entre brancos e negros no País. O mito serve como um subterfúgio de afirmação de que no Brasil todas as pessoas de todos os grupos raciais estejam em situação de igualdade no acesso aos serviços, políticas públicas, educação, moradia, emprego, e outros.

A crença na democracia racial não pode ser interpretada apenas como um “fantasma”, pois em grande medida fora e ainda é um ideário importante para perpetuar estereótipos, abrandar e coibir preconceitos, contribuindo para negar a desigualdade social e racial existente entre brancos e negros no País.

Logo, ao negar o preconceito racial, favorecia-se para desarticular a luta política antirracista, pois não se combate o que não existe. O mito da democracia racial contribuiu para que não fossem feitas ações públicas de promoção da igualdade racial.

Um exemplo são as dificuldades encontradas para materialização da Lei n. 10.639/03⁷ nas instituições escolares e na efetivação de outras políticas de ações afirmativas.

Outro exemplo foi o pedido de ação direta de inconstitucionalidade para as práticas de cotas para negros nas universidades brasileiras, sob a argumentação de

⁷ Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências (BRASIL, 2003). Propõe “recuperar a diversidade de nossa formação e fazer jus à riqueza de nossa história híbrida em povos e culturas.” (SCHWARCZ, 2012, p. 70).

que ao se privilegiar a população negra estaríamos ferindo o princípio de igualdade da constituição brasileira.

A questão racial no Brasil tornou-se palco das atenções da sociedade e do Estado, notadamente após o presidente Fernando Henrique Cardoso reconhecer em 1995 que havia racismo e desigualdades raciais no país, ato que se fez acompanhar das primeiras políticas públicas específicas para a população negra objetivando a superação deste quadro. Vale destacar que tudo isso foi produto das denúncias e das reivindicações históricas e atuais do movimento negro e de setores progressistas da sociedade civil (LIMA; VERONESE, 2011; SCHWARCZ, 2012).

Ao promover um falso discurso de harmonia entre as raças, a situação de igualdade formal aprofundou a visão de inferioridade natural e suprimiu a verdadeira história de luta de milhares de pessoas. A retomada dessa história é fundamental não somente para o desenvolvimento identitário das pessoas negras — como destacou o Movimento Negro Unificado em 1978 — mas também para que o Brasil se torne um país verdadeiramente multiétnico e democrático (GOMES, 2017).

Os movimentos sociais negros tem sido um importante ator social na desmitificação do mito da democracia racial no Brasil, juntamente com pesquisadoras(es) negras(os) e brancas(os) que se posicionam redefinindo e ressignificando a questão social e racial na sociedade brasileira (GOMES, 2017).

Portanto, não basta apenas desmascarar a democracia racial. É preciso levar a sério essa “falsa ideologia” e não tratá-la apenas como um fato, mas superar e romper definitivamente com esse mito. Para tanto, é fundamental conhecermos melhor a história e a cultura africana e afro-brasileira, e assim, extinguir preconceitos e denunciar o racismo e a discriminação racial. Este é o desafio.

Estudar as relações raciais no Brasil, requer também uma análise histórica, desenvolvida de forma breve, sobre a trajetória persistente e tensa construída pelo Movimentos Sociais, em especial pelas militantes dos Movimentos Feminista Negro que lutaram e lutam contra o racismo, o sexismo e pelo reconhecimento de sua identidade e de seus direitos.

2.3 PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO NO BRASIL

Desde muito tempo, as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos, organizando-se em movimentos

sociais e enfrentando a cultura do patriarcado e o preconceito de raça, gênero e classe, os quais constituem-se em mais um eixo articulador do colonialismo e da escravidão e, portanto, como constructos centrais da desigualdade social.

As mulheres negras são caracterizadas, estereotipadas e subvalorizadas na história do Brasil, em decorrência do vigor com que sistemas de inferiorização deste grupo social têm atuado ao longo da história e que acabam por influenciar as interpretações sobre suas formas de participação social, negando a dignidade, a igualdade e o respeito à pessoa humana.

Com a promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988, inaugurou no Brasil, em sua estrutura, o modelo conceitual da chamada Constituição Cidadã, adotada também por outros países da América Latina, situadas em processo de transição orientados para a superação política e social de regimes autoritários e excludentes.

A conquista do regime democrático no Brasil é caracterizada pela emergência de novos atores e sujeitos coletivos que carregam consigo o anúncio de novos direitos. É dessa forma que os movimentos sociais, depois de um período de vinte anos de ditadura Civil-militar, emergem no cenário brasileiro, não somente como uma “potência de solidariedade ético-política na luta contra-hegemônica⁸ pelos direitos humanos”, como também reivindicam a sua legitimidade para efetivamente participar do processo de deliberação política, e na luta pela ampliação de direitos econômicos, sociais e culturais, “em interação com as emergência dos direitos da diversidade étnico-racial, de gênero, afetividade, e geracional” (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2016, p. 100-104).

Wolkmer (2015, p. 281-282, grifo do autor) caracteriza os novos atores e sujeitos coletivos como:

[...] identidades coletivas conscientes, mais ou menos autônomos, advindos de diversos estratos sociais, como capacidade de auto-organização e auto-determinação, interligadas por formas de vida como interesses e valores comuns, compartilhando conflitos e lutas cotidianas que expressam privações

⁸ A luta contra-hegemônica se constitui como verdadeira organização social da liberdade na luta e superação às várias formas de violência e opressão compreendidas desde as suas dimensões: a) “Política: expressada enquanto exclusão das esferas de poder e de deliberação; b) Econômica: consubstanciada na concentração da riqueza socialmente produzida e na consequente desigualdade social; c) Étnico-racial: historicamente estruturada sobre uma lógica de hierarquia e negação de valores identitários e culturais, marginalização política e exclusão social; e c) de Gênero: compreendida no controle patriarcal do acesso ao poder de deliberação política e como mitigação do empoderamento econômico e social” (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2016, p. 104).

e necessidades por direitos, legitimando-se como força transformadora do poder e instituidora de processos democráticos, participativos e pluralistas.

Os movimentos sociais percebem a oportunidade do exercício do controle social pela cidadania, considerado como um meio político adequado e legítimo para a expansão da democracia. Touraine (1996, p. 84), afirma que “movimento social e democracia são indissociáveis”.

Maria da Glória Gohn (2004, p. 243), após estabelecer alguns parâmetros mínimos para uma conceituação teórica, construída a partir da reflexão fundamentada em categorias que emergem de manifestações concretas dos próprios movimentos, e assumindo o risco de cometer equívocos, apresenta uma definição para movimentos sociais:

[...] são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas [...] e privada; participam direta e indiretamente na luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. [...] Os movimentos participam, portanto da mudança social histórica de um país [...].

Segundo Touraine (1996, p. 85), somente existe movimento social se a atuação coletiva tem propósitos sociais, isto é, “[...] reconhece valores ou interesses gerais da sociedade e, por conseguinte, não reduz a vida política ao confronto de campos ou classes, ao mesmo tempo que organiza e desenvolve conflitos”. E ainda, é somente nas “sociedades democráticas que se formam movimentos sociais porque a livre escolha política obriga cada ator social a procurar o bem comum ao mesmo tempo que a defesa de interesses particulares”.

Um movimento social, portanto, é aquele que estabelece sua própria identidade e constituem práticas através das quais se resguardam interesses, revelam-se vontades e formam-se identidades, marcados por relações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável.

O movimento em favor da democracia, na década de 80, foi responsável por unir várias frentes de lutas e demandas das várias ações coletivas e dos movimentos sociais que saíram do período de silêncio.

As demandas que vinham da sociedade clamavam pelo reconhecimento de novos direitos para vários grupos, ou minorias anteriormente reprimidas e invisíveis, dando espaço à (re)construção do novo, e novas frentes de lutas, com destaque ao movimento feminista, movimento social de crianças e adolescentes (Movimento Criança Constituinte), movimento negro, movimento indigenista, o movimento gay e LGBT, entre outros (LIMA, 2015, p. 135).

O Movimento Negro passa a ser compreendido como um novo sujeito coletivo e político que, juntamente com os outros movimentos sociais, passa a ter voz, mobilização e visibilidade nacional; e com um discurso radical e contestador, a questionar os conhecimentos produzidos sobre as teorias raciais do século XIX e sobre a democracia racial, propagadas na teoria e no imaginário da sociedade, e também a reivindicar o reconhecimento da sua história e da sua cultura, trazendo debates sobre: racismo, discriminação e desigualdade racial, crítica à democracia racial, gênero, ações afirmativas, educação das relações étnico-raciais, violência, entre outras questões (GOMES, 2017).

Movimento Negro, entendido neste estudo, segundo Nilma Lino Gomes (2017, p. 23), como sendo:

[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negra no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade.

É importante frisar, que antes mesmo do regime democrático em 1988, houveram três forças coletivas ou movimentos sociais que tiveram expressão em praticamente todo o território brasileiro como instrumentos de luta no combate ao racismo, são eles: a Frente Negra Brasileira (1931-1937)⁹, o Teatro Experimental do

⁹ A associação Frente Negra Brasileira surgiu em São Paulo, em 1931, com o “objetivo de tornar-se uma articulação nacional. Fomentava a educação e o entretenimento de seus integrantes, além de criar escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Objetivava também, a integração dos negros na vida social, política e cultural, denunciando as formas de discriminação racial na sociedade brasileira” (GOMES, 2017, p. 30).

Negro-TEN (1944-1968)¹⁰ e o Movimento Negro Unificado-MNU¹¹ (1978) (MOREIRA, 2007). Conquanto esses três movimentos tenham sido formados em contextos históricos diferenciados, possuíam como finalidade comum entre eles, “[...] à busca por melhores condições de vida dos grupos raciais negros, que enquanto luta coletiva denunciavam a realidade dos negros brasileiros da época” (LIMA, 2015, p. 126).

Nesse contexto, destaca-se ainda, a importância da imprensa negra enquanto instrumento de luta do povo negro frente à sociedade estabelecida (GOMES, 2017).

Cada uma dessas organizações viveu períodos de tensão interna, contradições, conflitos, assim como todas as ações emancipatórias presentes nas sociedades.

O Movimento Negro, portanto, ao aflorar no cenário nacional e político, buscou na história o fundamento para compreender a realidade do povo negro brasileiro. A necessidade de negar a história oficial e de apoiar para a construção de uma nova interpretação da trajetória das negras e dos negros no Brasil são aspectos que diferenciam o Movimento Negro dos demais movimentos sociais populares, pois ele é fruto de uma “negatividade histórica”, conforme explicam Barbosa e Santos (1994, p. 46):

O Movimento Negro se radica na tradição comum, ele busca da tradição os elementos que permitam perceber a si próprio. Simultaneamente, ele é a afirmação de uma negatividade histórica, de um papel desempenhado na história. Ele é a busca de outro si mesmo, para além da alteridade desse outro presente, que não é de si.

A emergência do Movimento Negro como um novo personagem político significa contestar a realidade racial no Brasil, concebendo-se interpretações contra hegemônicas, mudança de linguagem e das práticas, ou seja, um outro entendimento do real, introduzindo novos significados e novas ações; uma vez que, ao longo da história social brasileira, as diferenças étnico-raciais foram naturalizadas, despidas da sua riqueza e convertidas em desigualdade social e racial.

¹⁰ O Teatro Experimental Negro - TEN nasceu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros e resgatar a herança africana na sua expressão brasileira (GOMES, 2017, p. 30).

¹¹ O Movimento Negro Unificado - MNU denunciou a “democracia racial” como um mito, pôs na ordem do dia a reivindicação por direitos e a garantia da igualdade na esfera pública, ao mesmo tempo enalteceu as “diferenças”, passando a lutar pelo resgate da cultura afro-brasileira (LIMA, 2015, p. 135).

O racismo desenvolvido no contexto histórico do Brasil, é do tipo insidioso, ambíguo, que se anuncia por meio da sua própria negação e possui como característica principal a aparente invisibilidade, que segundo Gomes (2017, p. 51):

Essa invisibilidade aparente é ainda mais ardilosa, pois se dá via mito da democracia racial, uma construção social produzida nas plagas brasileiras. Através da narrativa do mito, que é extremamente conservadora – porém transfigurada em discurso democrático –, a igualdade das raças é destacada. Trata-se, no entanto, de uma falsa igualdade, pois ela se baseia no apagamento e na homogeneização das diferenças. A democracia racial fala de uma diferença homogeneizadora e inferiorizante, vista como “cadinho racial”, como forma “híbrida” de cultura, como “fusão racial” que acaba por cristalizar, naturalizar e subalternizar as diferenças, os grupos étnico-raciais e a sua história. Um dos méritos do Movimento Negro ao longo dos tempos tem sido o fato de desvelar esse discurso e, ao fazê-lo, colocar a sociedade brasileira cara a cara com o seu racismo.

O Movimento Negro, portanto, parte do axioma de que ao agir socialmente e politicamente, reconstitui identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social.

Nesse sentido, saberes considerados hegemônicos são interrogados e novos saberes (identitários, políticos e estéticos-corpóreos) são produzidos pela população negra, mas em hipótese alguma podem ser considerados menos “saber” ou “saberes” residuais”. Contudo, muitas vezes esses saberes não são considerados como válidos na ciência, desqualificando-os e inviabilizando-os, produzindo o epistemicídio¹² (GOMES, 2017, p. 67).

Nessa perspectiva, qual o lugar dos movimentos que lutam pelo reconhecimento e pela afirmação das diferenças como o Movimento de Mulheres? No decurso da história é possível identificar mulheres, em especial, mulheres negras que se insurgiram contra sua condição, que lutaram por seu direito à cidadania, à sua liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas.

A voz de Sojourner Truth, abolicionista, afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher, citada por várias feministas negras como Djamila Ribeiro (2017) e Angela Davis (2017), conhecida principalmente por seu discurso impactante “E eu não sou uma mulher?”, realizado de improviso na Convenção dos Direitos da Mulher nos EUA, em 1851, já revelava a importância de evidenciar que mulheres

¹² Significa a destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas. (SANTOS; MENESES, 2009, p. 183).

negras, historicamente, estavam produzindo resistências contra o modelo dominante e promovendo disputas narrativas; que suas vozes silenciadas pelo modelo hegemônico já falavam há muito tempo e, portanto, o problema seria a invisibilidade da mulher negra (RIBEIRO, 2017).

O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”. O de “primeira onda”, desenvolveu-se de fato nos primeiros anos do século XX e se estendeu até o começo da década de 1970, primeiro na Inglaterra, quando mulheres brancas, de classe média e alta urbanas e com formação universitária, conhecidas como as *sufragetes*, começam a reivindicar na esfera pública direitos básicos de cidadania, sendo o primeiro deles o direito ao voto – votar e ser votada (PEDRO, 2005).

De igual modo no Brasil, a primeira onda do feminismo brasileiro¹³, teve como foco a luta das mulheres pelo direito ao voto, direito este conquistado somente em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro¹⁴. As *sufragetes* brasileiras foram lideradas pela bióloga, cientista Bertha Lutz, que estudou no exterior, voltou para o Brasil na década de 1910, se formou em direito e foi uma das fundadoras da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), iniciando a luta pelo voto (PINTO, 2003; PEDRO, 2005).

A partir da década de 1930 esse feminismo inicial, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos como no Brasil, passou a atuar clandestinamente, devido à práticas de tortura a mulheres, que incluía a violação e formas específicas de humilhação, passando a ganhar visibilidade novamente a partir de 1960, quando surge com força total, e as mulheres pela primeira vez falam abertamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. Somente mais tarde compreendeu-se de que “[...] misoginia e sexismo foram elementos fundamentais no processo político e na dinâmica de dominação do período” (BIROLI, 2018, p. 177).

No decorrer desses trinta anos dois livros repercutiram para a nova onda do feminismo que se iniciava: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949, - apresentava uma das máximas do feminismo: “não se

¹³ Segundo Pinto (2003, p. 26), o feminismo brasileiro dessa época era um “feminismo bem comportado, na medida em que agia no limite da pressão, não buscando agregar nenhum tipo de pena que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais.”

¹⁴ No Brasil o direito ao voto às mulheres somente ocorreu nas primeiras décadas do século XX, com o Código Eleitoral de 1932, que preconizava: “Art. 2º: É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (BRASIL. Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932).

nasce mulher, se torna mulher”; e *A mística feminina*, de Betty Friedan, publicado em 1963, - aclamado como uma espécie de “bíblia” do novo feminismo (PINTO, 2010).

No Brasil, a segunda onda do feminismo é inaugurada em 1975, momento em que o movimento feminista brasileiro, inspirado no norte-americano, adquire visibilidade e os estudos da mulher e do gênero se disseminam pelo país, que segundo Joana Maria Pedro (2005, p. 78), a palavra “gênero”, tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito”.

É a partir desse momento que o movimento feminista assume novas características e se firma como sujeito político ativo no país, principalmente, por grupos de mulheres atuantes nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. O feminismo como movimento social foi encarregado pela “[...] divulgação do slogan ‘o pessoal é político’, deslocando, para a arena pública, a intimidade e a sexualidade, antes limitadas e restritas aos muros do mundo privado” (MOREIRA, 2007, p. 42).

Neste início do movimento feminista de segunda onda, a categoria “gênero” não estava presente, e a categoria usada era “mulher”, pensada em contraposição à palavra “homem”, tida como universal, conforme nos explica Pedro (2005, p. 80):

O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. [...] enfim, era em nome da “diferença”, em relação ao “homem” – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria “Mulher”, era reivindicada.

Por meio dos movimentos feministas, as mulheres brasileiras se “organizaram com mais objetividade a sua luta, que, nesse momento, está voltada para a conquista da cidadania, do reconhecimento, de que a não-participação delas nas instâncias de decisão da sociedade era em razão da sua condição de mulher” (MOREIRA, 2007, p. 52).

O movimento feminista brasileiro encontrava-se identificado com as seguintes demandas: com as lutas populares, com a luta contra a dominação masculina, a luta contra a violência doméstica, o direito de ter filho quando quiser e se quiser; ou seja, com as lutas pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, em

que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (CARNEIRO, 2003).

No final da década de 1980 e no decorrer da década de 1990, inicia-se no Brasil críticas contra o caráter universal do movimento feminista, ou seja, a forma como o feminismo se apresentava: lideradas por mulheres brancas, de classe média e alta, universitárias.

Nesse contexto, há o início de uma luta contra a universalização da categoria mulher e a luta por um feminismo interseccional, que leva em consideração não só gênero, mas também raça e classe. O silêncio sobre outras formas de opressão e não somente a diferença de gênero não era mais suficiente, conforme nos ensina Sueli Carneiro (2003, p. 2):

[...] o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil.

Lélia Gonzales (2011) também refletiu sobre a ausência de mulheres negras e indígenas no feminismo hegemônico e criticou a insistência das intelectuais e ativistas em somente reproduzirem um feminismo europeu, sem dar a devida importância sobre a realidade das mulheres em países colonizados. Afirmava que somente basear as análises do capitalismo patriarcal não dava conta de responder às situações de mulheres negras e indígenas da América Latina, pois, para a autora, faltava incluir outro tipo de discriminação tão grave quanto a de gênero: a opressão de caráter racial.

Gonzales (1984, p. 224) declara:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

A não integração da questão racial nas práticas e nas formulações teóricas do movimento feminista foi, inicialmente, interpretada como uma prática racista fortemente existente em nossa sociedade e que acabam por privilegiar as mulheres brancas em detrimento das negras.

Segundo Núbia Regina Moreira (2007, p. 65), as mulheres negras buscavam no cenário político nacional “o espaço de representação que demarcava a sua especificidade de condição de negra em relação ao movimento negro e, principalmente, em oposição ao feminismo”.

Feministas negras como Angela Davis (2017), bell hooks (2015), Lélia Gonzales (2011), Luiza Bairros (1995), Sueli Carneiro (2003), entre outras, vem nos lembrar que, enquanto as feministas brancas refletiam sobre assuntos voltados às relações sociais e ao corpo feminino, enquanto estavam reivindicando sua inserção no mercado de trabalho, às mulheres negras se reservavam as questões associadas às condições materiais de existência dessas ativistas, bem como reivindicavam a regulamentação do trabalho que já desempenhavam há muito tempo para prover sua família.

O que as autoras referidas criticavam era o fato de não se discutir no interior dos movimentos feministas questões mais essenciais à identidade da mulher negra.

Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias ‘diferenças’ que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres. Do mesmo modo que as vulnerabilidades especificamente ligadas a gênero não podem mais ser usadas como justificativa para negar a proteção dos direitos humanos das mulheres em geral, não se pode também permitir que as ‘diferenças entre mulheres’ marginalizem alguns problemas de direitos humanos das mulheres, nem que lhes sejam negados cuidado e preocupação iguais sob o regime predominante dos direitos humanos (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Portanto, no feminismo tradicional não havia diferenças palpáveis, de classe social ou de raça. Existia somente a questão de gênero, e assim, não se encarou as lutas que existiam por causa dessas diferenças.

Assim sendo, o Movimento Feminista Negro assumiu outras frentes e lutas, voltadas para a garantia de participação de mulheres negras na sociedade brasileira em condições de equidade.

Do ponto de vista de bell hooks (2015), as mulheres brancas que controlam o discurso feminista, que são na maioria das vezes as que fazem e formulam a teoria feminista, possuem pouca ou nenhuma compreensão de sua supremacia branca:

Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar a, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. As análises feministas sobre a sina da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida sobre a qual construir a teoria feminista. Elas refletem a tendência, predominante nas mentes patriarcais ocidentais, a mistificar a realidade da mulher, insistindo em que o gênero é o único determinante do destino da mulher (hooks, 2015, p. 4).

Grupos de mulheres negras e também grupos de mulheres indígenas, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele grupo. Nas sociedades, esses dois grupos, por vezes, sofrem uma tripla opressão: interseccionadas pelo gênero, classe e raça.

Como vimos, as mulheres negras no país mantinham críticas ao fato de certas temáticas serem discutidas no movimento feminista sem levar em consideração a realidade das mulheres negras. Contudo, é o feminismo que vai dar sustentação político-prática às organizações das mulheres negras, pois a mulher negra “[...] ao perceber a especificidade de sua questão, ela se volta para o movimento feminista como uma forma de armar de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estavam distanciadas” (MOREIRA, 2007, p. 62).

Com as críticas, ativistas de mulheres negras tiveram um papel central na luta contra o racismo e o sexismo em seus determinados contextos históricos. Pôde-se engendrar, conforme Carneiro (2003. p. 2), “[...] uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero”; pôde afirmar e visibilizar uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre”.

Devido à crescente participação das mulheres negras nos seminários, encontros e fóruns de debates do movimento de mulheres negras com os seus

principais interlocutores, ocorre uma virada no feminismo, pois suas questões começam a ganhar espaço, surgindo então, no âmbito do feminismo brasileiro, o feminismo negro, que segundo Luiza Bairos (1995, p. 463), é um conjunto de “[...] experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu da comunidade e da sociedade, ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem”.

A conexão das mulheres negras com o movimento feminista se constitui a partir do III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado em 1985 na cidade de Bertioga/São Paulo, de onde manifesta a mobilização atual das mulheres negras com expressão coletiva com a finalidade de conquistar a visibilidade política no campo feminista¹⁵ (DAMASCO, 2009).

Nesse evento de Bertioga, as ativistas negras fizeram questão de colocar em pauta suas particularidades e suas demandas relativas à violência, ao combate a práticas racistas no mercado de trabalho e, principalmente assuntos relativos à saúde: como mortalidade materna e saúde reprodutiva e sexual das mulheres negras. Após esse encontro “se consolida entre as mulheres negras um discurso feminista uma vez que em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas mulheres negras em aceitar a identidade feminista”, e começa a surgir os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras (MOREIRA, 2007).

Com a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, ocorrida de 4 a 15 de setembro de 1995, as demandas das mulheres negras assumiram maior visibilidade, pois proporcionou um debate acerca do feminismo e das questões raciais

¹⁵ Neste evento de Bertioga um episódio marcante e que repercutiu nos meios de comunicação é o episódio da chegada de um ônibus lotado de mulheres negras de movimentos de bairros vindo do Rio de Janeiro que queriam participar do encontro, mas alegavam que não tinham dinheiro para pagar a taxa da inscrição. A maior parte das mulheres eram negras, e todas pobres, e as participantes brasileiras suspeitaram que elas estavam sendo manipuladas por líderes políticos no Rio, numa tentativa de desacreditar o movimento feminista como elitista, burguês e, portanto, divisor da luta da classe operária. Os partidos políticos sectários haviam repetidas vezes desfeito encontros nacionais e regionais feministas no Brasil, durante o início da década de 80. Todavia, as organizadoras do Encontro do Brasil tinham financiado uma centena de bolsas de estudo para brasileiras sem condições de pagar a taxa de inscrição, e que o grupo que ora protestava no portão recebera cinco dessas bolsas. Instalou-se uma longa discussão entre o grupo organizador (composto em sua maioria de mulheres brancas) e as negras (as que estavam no ônibus e outras que se envolveram no problema). Mas lá estavam 23 mulheres negras, acampadas fora dos portões do evento, recusando-se a ir embora enquanto não admitidas como grupo, e criando com isso um espaço separado e distinto para as que desejassem conversar com elas. O comitê organizador (brasileiras) adotou a posição de que as regras eram iguais para todas; isto é, ninguém podia entrar sem pagar a taxa de inscrição. Os conflitos estabelecidos configuraram-se pelas diferenças raciais, mas também pelas questões sociais. Compareceram neste evento aproximadamente 900 participantes (STERNBACH *et al.*, 1994).

e étnicas que perpassavam o movimento. Constituiu-se num marco histórico fundamental o movimento de mulheres negras, na medida em que o governo brasileiro incluiu no documento oficial da Conferência a temática racial, reconhecendo a discriminação racial como um grave problema social que atinge mulheres em todo o mundo (MOREIRA, 2007).

Nesse sentido, os eventos nacionais e internacionais ao longo das décadas de 1980 e 1990 funcionaram como arenas políticas importantes para as feministas negras, que ao incorporarem as variáveis raça e classe, entrelaçadas à de gênero, objetivaram expor as desigualdades sociais pelas quais passavam. Passou a ser realizado discursos de diferença e identidades, produzidos como afirmação de uma identidade feminina negra e de uma especificidade da mulher negra (DAMASCO, 2009).

As reivindicações do movimento de mulheres negras durante referido período era, portanto, a construção de uma identidade feminina negra, que de acordo com Moreira (2007, p. 61), era voltada para: “Afirmação das mulheres negras como pessoa, como facção política, como sujeito político, era uma afirmação do valor da identidade das mulheres negras como um grupo coeso [...]”.

Djamila Ribeiro (2017) em seu livro *O que é lugar de fala?* nos ensina que a mulher não é pensada a partir de si, e sim a partir do olhar do homem. Ou seja, segundo a análise de Simone de Beauvoir (1980) em seu livro titulado *O segundo sexo: fatos e mitos*, a mulher é o Outro por não ter reciprocidade no olhar do homem; enquanto para Grada Kilomba (2010), a mulher negra é o *Outro do Outro*, posição que a coloca num lugar de mais difícil reciprocidade.

Segundo Kilomba (2010), as mulheres brancas, apesar de sofrerem opressão de gênero, são brancas, e os homens negros, apesar de sofrerem racismo, são homens, o que faz com que as mulheres negras, por não serem nem brancas e nem homens, exerçam essa função de Outro do Outro, dificultando assim, que a mulher negra seja vista como sujeito. Em sua opinião, mulheres brancas e homens negros possuem *status* oscilante, enquanto a mulher negra segue sendo invisibilizada, impossibilitada de ser vista como um sujeito e, portanto, confinando a mulher negra num lugar de subalternidade muito mais difícil de ser superado.

Sobre a análise da categoria do Outro, Ribeiro (2017, p. 40) afirma ainda, que “[...] as mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supracista branca por serem uma espécie de

carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade”; e continua, essa antítese impede de “[...] o olhar de homens brancos e negros e mulheres brancas” enxergarem as mulheres negras como sujeitos” (RIBEIRO, 2017, p. 46).

Isso nos faz perceber que a epistemologia dominante sempre parte do homem, mas também, que as mulheres também podem ser opressoras de outras mulheres.

Patrícia Hill Collins (2016, p. 105), afirma a necessidade das mulheres negras se autodefinirem, se autoavaliarem, a fim de valorizar o seu *status* do lugar do “Outro”. Essa necessidade é significativa por duas razões:

[...] em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. [...]
Uma segunda razão [...] O dano potencial à autoestima de mulheres afro-americanas causado pelo controle internalizado pode ser grande, até para aquelas que estão preparadas. Aguentar os ataques frequentes de imagens controladoras requer uma força interior considerável.

Audre Lorde (1977), enfatiza a relevância que a expressão da própria voz pode ter para a auto-afirmação das mulheres negras. E afirma: “E, certamente tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de auto-revelação, e isso sempre parece estar cheio de perigos”.

Segundo Collins (1990, p. 11), “[...] o ouvinte mais capacitado a romper a invisibilidade criada pela objetificação da mulher negra é outra mulher negra. Só mulheres negras sabem o que é ser mulher e ser negra”. A ação de usar a própria voz requer um ouvinte e assim se concretiza uma conexão.

Sobre ser mulher negra, afirma Moreira (2007, p. 72): “Somente nós mesmas podemos nos definir. Somos as fontes mais genuínas de conhecimento sobre nós; exigimos que estudos que nos tomem por temática tenham como centralidade nosso ponto de vista de mulheres negras”.

Assim, é necessária a busca por uma multiplicidade de vozes, de modo que não só as pessoas socialmente privilegiadas e favorecidas devam ter direito a voz e

de serem ouvidas, mas também que as próprias pessoas periféricas possam ter espaço para falarem de suas realidades e igualmente de serem ouvidas.

Constata-se, desse modo, como a colonialidade se manifesta nas teorias feministas que foram dominantes ao longo do século XX, pois são ideias eurocentradas e universalizadas de emancipação da mulher, sem considerar as especificidades e desigualdades entre as mulheres negras, as mulheres brancas e indígenas.

Portanto, a finalidade comum contra o qual os movimentos sociais, em geral, e o Movimento Negro, em particular, lutam para superar se caracteriza, segundo Gomes (2017, p. 122, grifo da autora), como: “[...] o caráter violento **do racismo e do capitalismo global**, alimentados pelas várias formas de discriminação e pela colonialidade do poder, **do ser e do saber**”; acrescentando a esses dois sistemas, o “**sistema patriarcal**” (GOMES, 2017, p. 122, grifo da autora).

Catherine Walsh (2009a)¹⁶ propõe uma interculturalidade crítica realizada de mãos dadas com a decolonialidade¹⁷, como projeto de educação que indague os conhecimentos produzidos e ajude a enfrentar o problema estrutural-colonial-racial para a transformação das estruturas, instituições e relações sociais e a construção de condições radicalmente distintas, buscando outras formas de saber, de ser, de poder e da própria vida, que para a autora:

É assinalar a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo e ainda, é racial, moderno-ocidental e colonial. Uma ordem em que todos fomos, de uma maneira ou outra, participantes. Assumir esta tarefa implica em um trabalho de orientação de-colonial, dirigido a romper as correntes que ainda

¹⁶ Walsh (2009a, p. 4) ao descrever sobre a colonialidade, aduz que: “Essa *colonialidade do poder* – que ainda perdura – estabeleceu e fixou uma hierarquia racializada: brancos (europeus), mestiços e, apagando suas diferenças históricas, culturais e linguísticas, ‘índios’ e ‘negros’ como identidades comuns e negativas. A suposta superioridade ‘natural’ se expressou [...] ‘em uma operação mental de fundamental importância para todo o padrão de poder mundial, principalmente com respeito às relações intersubjetivas’. Assim, as categorias binárias, oriente-ocidente, primitivo-civilizado, irracional-racional, mágico/mítico-científico e tradicional-moderno justificam a superioridade e a inferioridade – razão e não razão, humanização e desumanização (colonialidade do ser) - e pressupõem o eurocentrismo como perspectiva hegemônica (colonialidade do saber) [...]”. É tal operação que põe em dúvida, [...] o valor humano destes seres, pessoas que, por sua cor e suas raízes ancestrais, ficam claramente ‘marcadas’.”

¹⁷ Walsh (2009b, p. 15-16), prefere utilizar a expressão “decolonial”, excluindo o “s” para demarcar uma distinção com o significado em espanhol de “des”, de descolonizar em seu sentido clássico. A intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, isto é, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial, como se fosse possível que seus padrões deixassem de existir. A intenção é provocar uma posição de atitude contínua de transgredir, intervir e influenciar. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua, no qual podemos identificar, tornar visíveis e incentivar “lugares” de exterioridade e construções alternativas.

estão nas mentes como [...] desescravizar as mentes [...]; e desaprender o aprendido para voltar a aprender [...]. Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos. É a isso que me refiro quando falo da *de-colonialidade* (WALSH, 2009a, p. 24).

Uma interculturalidade crítica unida com a decolonialidade, como projetos que ressignificam o “[...] modos ‘outros’ – de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras” (WALSH, 2009a, p. 25). Uma interculturalidade que considere o Outro como sujeito que tem direito de viver a sua diferença e ver sua cultura e sua identidade respeitadas no cotidiano da sociedade brasileira.

Santos (2003, p. 429) também sugere a prática do diálogo intercultural por meio da hermenêutica diatópica, não apenas entre diferentes saberes, mas entre diferentes culturas que passam a refletir sobre suas próprias construções (topoi) e a reconhecer as concepções mais abrangentes das outras culturas (topoi alheio).

Logo, decolonizar o gênero é estabelecer uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada tensionando uma modificação vivida do social, rumo ao um feminismo decolonial. Decolonialidade é visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas. O objetivo é a reconstrução definitiva do poder, do saber e do ser.

Yuderkys Espinosa-Miñoso (2014, p. 7), afirma que feminismo decolonial é em primeiro lugar uma aposta epistêmica:

É um movimento em pleno crescimento e maturação. Isso é proclamado revisionista da teoria e a proposta política do feminismo, dado o que considera seu viés Ocidental, branco e burguês. [...] Feminismo decolonial elabora uma genealogia do pensamento produzido a partir das margens feministas, mulheres, lésbicas e pessoas racializada em geral; e diálogo com o conhecimento gerado por intelectuais e ativistas comprometidas com o desmantelamento da matriz de opressão múltipla assumindo um ponto de vista não eurocêntrico.

A interculturalidade unida com a decolonialidade é, portanto, fundamental na (re)construção do pensamento-outro. A interculturalidade é constituída, nessa perspectiva, como processo e como projeto político.

Assim, o Feminismo como movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação -, deve nos levar à luta pelo “direito de todas, todes e todos”, que segundo Tiburi (2018, p. 11):

Todas porque o feminismo liberou as pessoas de se identificarem somente como mulheres ou homens e abriu espaço para outras expressões de gênero – e de sexualidade – e isso veio interferir no todo da vida. Todos porque luta por certa ideia de humanidade (que não é humanismo, pois o humanismo pode ser um operador ideológico que privilegia o homem em detrimento das mulheres, dos gêneros e, até mesmo, das outras espécies) e, por isso mesmo, considera que aquelas pessoas definidas como homem também devem ser incluídas em processo realmente democrático, coisa que o mundo machista – que conferiu aos homens privilégios, mas os abandonou a uma profunda miséria espiritual – nunca pretendeu realmente levar à realização.

Atualmente uma das principais iniciativas do movimento feminista negro tem sido direcionada à implementação de ações afirmativas de cunho racial e de gênero cujo objetivo seria a reversão do quadro das desigualdades existente no país.

Segundo Lima (2015), políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material à neutralização dos efeitos da discriminação racial e de gênero, são a estratégia que contribui para o equilíbrio/igualdade e justiça social para as relações raciais nas sociedades americanas:

O preconceito, o racismo e a discriminação racial podem não acabar, e continuar presentes no imaginário social, mas a estratégia é que, a partir do investimento em ações afirmativas, se estabeleça o equilíbrio/igualdade nas relações raciais nas sociedades americanas, e que essas ações sejam pensadas em conjunto com outras estratégias, visando igualmente fortalecer as identidades, por meio das políticas de reconhecimento e de uma indispensável política de educação para direitos humanos, capaz de envolver a sociedade como um todo (LIMA, 2015, p. 100).

Compreender o processo de constituição do movimento de mulheres negras é revelar o papel exercido pelas mulheres negras na sociedade brasileira e perceber que é em torno delas que se estabelecem algumas redes de sociabilidades dos grupos negros.

Hoje, no dia a dia percebe-se várias formas de discriminação racial e de gênero, que vão desde a institucionalização, por força de lei, até as formas mais sutis de novos disfarces.

Uma coisa é certa: enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira: negros, brancos e nós todos juntos não refletirmos, avaliarmos

e desenvolvermos uma práxis de conscientização que reconheça a existência do preconceito, do racismo, do sexismo, da discriminação racial, vai ser muito difícil o Brasil ser a real democracia racial.

Logo, a luta é diária para o reconhecimento das mulheres negras enquanto sujeitos políticos identitários e é urgente serem vistas e reconhecidas no plano das políticas públicas e no acesso aos seus direitos materiais. A premissa de igualdade perante a lei firmada no texto constitucional ainda está longe de alcançar materialmente todos os corpos, entre eles aqueles racializados e generificados, como é o caso das mulheres negras. Este é objetivo do capítulo seguinte, estudar de que forma a atuação dos conselhos de direitos pode, enquanto espaço de participação popular, pautar (ou não) políticas públicas em articulação com o poder público, considerando e visibilizando as mulheres negras nas suas deliberações.

3 CONSELHOS DE DIREITOS COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTOS AO RACISMO E SEXISMO

A cidadania representou significativos avanços e conquistas de direitos para os seres humanos. Entretanto, é perceptível que as mulheres, mesmo tendo sido beneficiadas, não foram favorecidas do mesmo modo que os homens, devido às particularidades de sua própria história, que foi construída na diferenciação baseada no gênero e, para as mulheres negras, no gênero e na raça.

Registre-se: as mulheres, em especial as mulheres negras, foram ignoradas, estigmatizadas e, portanto, invisibilizadas na narrativa histórica e na conquista de direitos em decorrência do colonialismo, da escravidão, do machismo e do patriarcado estabelecido na sociedade. Sempre houveram mulheres e mulheres negras que resistiram e fizeram crescer o coro de suas vozes na política, na cultura e na vida social.

Como vimos nos estudos do item 2.3 do capítulo 1, Pensamento Feminista Negro no Brasil, as convicções e práticas feministas nunca foram unânimes. Todavia suas convicções e lutas têm sido uniforme entre elas nas questões de gênero, no sentido de privilégios masculinos e as desigualdades entre mulheres e homens.

Assim, pela importância que este tema tem neste trabalho, em especial para o estudo dos Conselhos de Direitos na proposição de políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo, no primeiro tópico apresentar-se-á, ainda que brevemente, uma análise acerca da evolução histórica do alcance dos direitos políticos e de participação para as mulheres nos diferentes contextos históricos.

No segundo tópico, refletir-se-á a questão democrática, a qual provoca o debate no contexto próprio à sociedade atual.

A legitimidade da democracia representativa vem sendo posta à prova, visto que a representação democrática perdeu o contato com os anseios e necessidades da população representada e fez-se governada por interesses corporativos dominantes, resultando, portanto, num total descontentamento ao princípio representativo no Brasil e, em consequência, na ausência da participação popular.

Desse modo, diante da crise do modelo representativo, impôs-se a necessidade de construir novos canais alternativos de *locus* democrático participativo,

aptos a responder a vontade popular, a partir de sua realidade e, portanto, ampliar a agenda política.

Assim, o debate do último tópico está relacionado ao papel fundamental dos Conselhos de Direitos como alternativa de participação ativa na formação de políticas públicas para melhores condições sociais de vida, cidadania e, para as mulheres negras, também marcadas pela identidade de raça, etnia e gênero.

3.1 CIDADANIA PARTICIPATIVA: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

A expressão cidadania, na acepção moderna, não possui significado único. Seu sentido é de difícil definição, comportando diferenciações de conceitos, dadas as variações de tempo e do contexto político, social, cultural e econômico de cada sociedade a que se está referindo. No entanto, sua compreensão pode ser buscada na antiguidade clássica, especificamente em Atenas e Roma (GORCZEWSKI; MARTÍN, 2011; PINSKY, 2012).

Ser cidadão é diferente nos diversos cantos do mundo: América, África, Ásia e Europa, não apenas pelas regras que definem quem é ou não titular da cidadania, mas pelas divergências culturais, sociais e jurídicas que envolvem cada nação (PINSKY, 2012).

A ideia de cidadania na antiguidade clássica foi compreendida como uma conexão entre cidadãos e cidades-estado numa relação dialética que se integravam (GUARINELLO, 2012).

Para os gregos a cidadania significava primeiramente a cidade, *pólis*, para somente após considerar os cidadãos, *polítes* (é com o convívio na comunidade que o indivíduo tornava-se cidadão); enquanto para os romanos, cidadania, *ciuitas*, englobava o conjunto dos cidadãos, cidade e Estado, *politeia*, num conceito único (não haveria a cidade se não houvesse, antes, o conjunto de cidadãos) (CAPELLA, 2002; FUNARI, 2012). O sentimento de pertencimento era fundamental.

Na sociedade grega, no modelo ateniense¹⁸ do século V a.C. como referência, a cidade-estado era constituída pela participação ativa dos cidadãos, ou seja, a cidadania estava nesse contexto ligada à atuação direta dos cidadãos, sem a existência de representantes, que se reuniam comunitariamente, em uma Ágora

¹⁸ Atenas foi modelo de democracia direta e é referência até hoje (CAPELLA, 2002; PINSKY, 2012; VIEIRA, 2013).

(praça), para decisões políticas e resoluções de conflitos que interessavam a coletividade. Nesse cenário, os cidadãos produziam a ordem social em extensa liberdade de palavras e de igualdade de condições, independentemente de sua condição social, rico ou pobre, num exercício amplo de democracia direta (GUARINELLO, 2012; VIEIRA, 2013).

No entanto, não podemos entender como um processo absoluto de inclusão. A cidadania dizia respeito apenas ao conjunto da população masculina cidadã, descendentes de famílias gregas; excluindo completamente a participação política das mulheres¹⁹, dos imigrantes e dos escravos. Estes participavam da sociedade com seus trabalhos e recursos, mas não constituíam o conjunto dos cidadãos, permanecendo à margem da vida pública. Conforme Guarinello (2012, p.37).

[...] embora a posição das mulheres variasse em cada cidade, em cada âmbito cultural, é fato que elas permaneceram à margem da vida pública, sem direitos à participação política, restringidas em seus direitos individuais, tuteladas e dominadas por homens que consideravam o lar, o espaço doméstico, como o único apropriado ao gênero feminino. As mulheres eram, certamente, membros da comunidade – mas membros, por assim dizer, menores.

Todavia, a cidadania representava, no espaço restrito dos cidadãos masculino, um verdadeiro exemplo de participação direta no poder de todas as camadas sociais, ricos e pobres (CAPELLA, 2002; GUARINELLO, 2012). Atenas consagrava, de modo original, os dois princípios essenciais da democracia: a liberdade de expressão e a igualdade de direitos.

No século V a.C. a condição de cidadão era restrita, rigidamente controlada, transmitida somente por direito hereditário, ou seja, pelos laços de sangue, e não pelo de *so/o*, impossibilitando de o cidadão criar outro cidadão. Ainda, para participar ativamente da democracia, o detentor da cidadania necessitava de tempo livre, deixando o trabalho para os escravos (GUARINELLO, 2012; VIEIRA, 2013).

Já a cidadania romana permaneceu ao longo se sua história mais aberta, pois unificou as demais cidades-estado do Mediterrâneo e outras populações com organização social díspares, caracterizando-se pela diversidade de povos e costumes, tornando-se dominante e impondo, via de regra, o governo dos mais ricos

¹⁹ Não possuíam voz, limitadas aos seus direitos individuais, ao espaço doméstico, submissas aos homens (GUARINELLO, 2012).

às cidades submetidas ou aliadas. Ainda, Roma possibilitava o cidadão criar outro cidadão por meio de seu ato de vontade, após a aprovação de um magistrado, integrando ao conjunto de cidadãos também os escravos libertos por seus senhores (DALLARI, 2011; FUNARI, 2012; GUARINELLO 2012).

Segundo Dallari (2011), uma das principais especificidade da *Civitas* romana era permitir a participação direta do povo nos assuntos de governo, de igual modo como ocorria na Grécia, ainda que muito restrita a uma parte da população de Roma. Contudo, “[...] a participação era algo concreto (mesmo com as contradições e limitações existentes) [...]” (VIEIRA, 2013, p. 67).

Em Roma, a plenitude de direitos para ser cidadão era para pouca gente, haveria de ser livre, ser cidadão romano e ser “*sui iuris*, isto é, não se achar tutelado por outro” direito (CAPELLA, 2002, p. 64).

Tal condição de exclusão deu origem ao processo histórico de luta por direitos políticos e sociais travado pelos plebeus contra os privilégios dos patrícios durante a República romana. As secessões (rebeliões) da plebe são marcadas como um dos primeiríssimos movimentos de massa histórico-político, abrindo caminho para a conquista da cidadania (FUNARI, 2012; KONDER, 2012; VIEIRA, 2013).

Com o início da Idade Média, período entre os séculos V a XV, inaugura a desagregação do Império Romano como resultado das invasões bárbaras (povos germanos, eslavos, godos etc.); e, o último período é apontado pela transição do feudalismo para o capitalismo, bem como da reconstrução teórica que gestará, de forma progressiva, as bases da modernidade e do surgimento do Estado (DALLARI, 2011; VIEIRA, 2013).

O período medieval representou uma cisão histórica; uma regressão; uma legítima catástrofe civilizatória (fome, miséria, direitos diferenciados, insensibilidade, desigualdade e ganância) (GORCZEVSKI; MARTÍN, 2011); na medida em que, “[...] a fragmentação política e o desmoronamento do saber técnico conduziram a um processo de perda cultural no mais amplo sentido da palavra” (CAPELLA, 2002, p. 82-83).

Houveram três fatores principais que atuaram simultaneamente e que somados caracterizaram a sociedade medieval: o *cristianismo* – a Igreja aspira à universalidade cristã, isto é, na ideia de constituir-se como um poder supremo para governar toda a cristandade; as *invasões bárbaras* – constantes situações de guerra, indefinição de fronteiras políticas, incentivo para que as regiões invadidas se

firmassem como unidades políticas independentes; e, o *feudalismo* – sistema administrativo e organização militar unidos pelo vínculo patrimonial. Esses fatores foram a causa e o efeito de uma intensa fragilidade política, econômica e social, resultando em uma intensa necessidade de ordem e de autoridade, que permitirá originar o conceito político de soberania, ou seja, o conceito de Estado Moderno. (DALLARI, 2011; STRECK; MORAIS, 2012).

Com a decadência do feudalismo (século XI e XV), ocorreu o crescimento do capitalismo e, por consequência, o desenvolvimento das cidades, favorecendo o surgimento do modelo econômico capitalista e de uma nova classe social, a burguesa. Em face desses novos fatores, a população vê a necessidade de concentrar o poder supremo na figura de uma só pessoa, capaz de solucionar os problemas da época, substituindo a cidadania direta pela cidadania representada (VIEIRA, 2013; WOLKMER, 2015).

Assim, com a subtração da sociedade de sua capacidade política e jurídica, inicia-se na Europa Ocidental, especificamente na França, Inglaterra e Espanha, um processo da consolidação do Estado²⁰ (visto como uma criação artificial da razão humana), que nasce a partir do século XIII e se estenderá até o século XVIII (STRECK; MORAIS, 2012).

Com o advento do Estado Moderno²¹, na sua primeira versão absolutista, ocorre a institucionalização do poder soberano, a autoridade centrada nas mãos de uma só pessoa, o rei, estabelecendo uma dicotomia entre público/privado ou sociedade política/sociedade civil; isto é, de um lado, a sociedade política – o Estado como único detentor da vontade jurídica e política; e, de outra parte, a sociedade civil – mundo das relações privadas, fora da esfera política e sem capacidade jurídica para defender os assuntos da coletividade (CAPELLA, 2002; STRECK; MORAIS, 2012; VIEIRA, 2013).

Segundo Burdeau (2005, p. 12): “No Estado, o Poder é institucionalizado, no sentido de ser transferido da pessoa dos governantes, que já não têm seu exercício, para o Estado, que desde então se torna seu único proprietário”.

²⁰ Termo cunhado por Maquiavel [1469-1527], em sua obra *O Príncipe*, quando afirmou que: “Todos os Estados, os domínios todos que já houve e que ainda há sobre os homens foram, e são, repúblicas ou principados” (MAQUIAVEL, 2000, p. 37).

²¹ Estado como ordem jurídica soberana que tem por objetivo maior o bem comum de um povo situado em determinado território. (DALLARI, 2011, p. 122).

Essa concepção de representação é uma criação moderna, algo inconcebível para as civilizações antigas dos gregos e dos romanos que não compreendiam separar do povo cidadão a sua participação política direta, delegando-a a um ser abstrato. Nesse sentido, o Estado Moderno centralizado não tem uma continuidade histórica, que levaria ao aperfeiçoamento, mas sim, uma inovação em relação a todos os tipos de organização social e político anteriores; são as condições econômicas-sociais burguesas que fazem nascer a forma de dominação propícia a atender os interesses econômicos hegemônicos (STRECK; MORAIS, 2012).

Portanto, são as deficiências da sociedade medieval e as diferenças entre público e privado que estabeleceram as características fundamentais para a transição do medievo para o Estado Moderno.

Na virada do século XVIII, a burguesia, enriquecida pelas atividades comerciais, se constitui como classe dominante, e descontente com o absolutismo do poder, até então privilégio da aristocracia, passa a ambicionar o controle do poder político, apoiada em uma estrutura normativa (BONAVIDES, 2001a; DALLARI, 2004).

Deste modo, demarca uma nova fase do Estado Moderno, fundando-se nas matrizes do individualismo liberal, do iluminismo (ilustração), do jusnaturalismo contratualista e na consolidação do capitalismo como modelo econômico preponderante. Foram essas matrizes fundamentais vinculadas que inauguraram o período do Estado Moderno Liberal a partir da Revolução Industrial, da Revolução Inglesa, em 1688, da Revolução Americana, em 1776, e da Revolução Francesa, em 1789 (BONAVIDES, 2001a; DALLARI, 2004; VIEIRA, 2013).

Wolkmer (2015, p. 37) destaca:

[...] o Liberalismo surgiu como nova visão global do mundo, constituída pelos valores, crenças e interesses de uma classe social burguesa [...] entre os séculos XVII e XVIII, no continente europeu. Assim, o Liberalismo torna-se a expressão de uma ética individualista voltada basicamente para a noção de liberdade total que está presente em todos os aspectos da realidade [...] no início, o Liberalismo assumiu uma forma revolucionária, marcada pela “liberdade, igualdade e fraternidade”, que favorecia tanto os interesses individuais da burguesia enriquecida quanto aos seus aliados economicamente menos favorecidos.

As Revoluções Inglesa e Americana foram marcos importantes para a construção histórica da cidadania, contudo, a concepção moderna de cidadania, segundo Dallari (2004) e Funari (2012), nasce a partir dos processos de lutas que

resultaram na Revolução Francesa, fundamentada nos princípios formais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Nessa ocasião histórica, a concepção de cidadania surgiu como afirmação para eliminar privilégios. A revolução apontou para a natureza de um novo cidadão, que até então era oprimido e privado de direito. O propósito era “[...] dizer que todos deveriam ter o mesmo direito de participar do governo, não havendo mais diferenças entre nobres e não nobres nem entre ricos e pobres ou entre homens e mulheres” (DALLARI, 2004, p. 20).

A Revolução Francesa deixou marcas fundamentais na história da cidadania das mulheres, oportunizando a luta da possibilidade de romper as tradições arraigadas e a hierarquia de poderes estabelecida nas relações entre os sexos. Neste contexto, o ideal tradicional de mulher era restrito à esfera doméstica e na submissão aos homens (MARTÍN, 2005; PINSKY; PEDRO, 2012).

As mulheres, ainda que uma minoria, pois, trata-se das mulheres burguesas, participaram ativamente dos movimentos sociais, exercendo influência na situação revolucionária, contestando o seu papel restrito na esfera doméstica, limitado ao cuidado do lar e da família. As mulheres passaram a lutar pela cidadania e a demandar direitos políticos e sociais. Organizaram-se em grupos e instituições para representar seus interesses e pleitear a sua inserção na educação e melhoria nas condições de vida e de trabalho. Participaram na Queda da Bastilha e na Marcha até Versalhes, questionaram o Estado e a economia, exigiram direitos, distinto do ideal da domesticidade. “Suas reivindicações tinham servido de estopim para diversos levantes e manifestações que tomaram as ruas [...], assinalando aos berros as dificuldades de abastecimento, a falta de controle dos governos e a chegada da Revolução” (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 268).

As lutas das mulheres negras e colonizadas permanece invisível, pois neste contexto está-se contando a história ocidental das mulheres europeias e norte americanas.

A partir dos movimentos de lutas, a Assembleia Nacional Francesa, influenciada pela doutrina dos direitos naturais²², aprovou em 26 de agosto de 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que estabeleceu em seu artigo

²² São direitos “[...] a liberdade, propriedade, a segurança e a resistência à opressão. Nenhuma limitação pode ser imposta ao indivíduo, a não ser por meio da lei, que é a expressão da vontade geral” (DALLARI, 2011, p. 150).

1º: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum” (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 2019). Para muitos se tratava do fim de um antigo regime e o surgimento de uma nova Era, marcada pela soberania popular (BOBBIO, 2004).

Entretanto, muito dos preceitos foram esquecidos, a igualdade deixou de ser proclamada como direito de todos, e as mulheres que tiveram grande participação nos movimentos dessa época, assim como os trabalhadores e a população mais pobre, foram excluídas da cidadania ativa e tiveram que iniciar uma nova luta para sua conquista. As mulheres que atuavam nas questões políticas, território totalmente masculino, foram repudiadas em favor da mulher doméstica, que elege a família como centro de sua vida (DALLARI, 2004; FUNARI, 2012; PINSKY; PEDRO, 2012).

É nesta época, em 1792, que foi publicada a famosa obra *A Reivindicação dos Direitos da Mulher* de autoria de Mary Wollstonecraft, intelectual inglesa, revolucionária para a época, lutou contra a escravidão e contra as condições desiguais entre homens e mulheres, sendo hoje reconhecida como uma das precursoras do feminismo contemporâneo. A obra baseia-se nas questões sobre acesso a política, especialmente acesso à educação para as mulheres como possibilidade de transformação social e denuncia as construções sociais que as inferiorizavam. (WOLLSTONECRAFT, 2016).

Um de seus maiores críticos foi Rousseau que, como outros filósofos, duvidava da capacidade da mulher, reafirmando que as mulheres eram inferiores aos homens, pois são movidas pelas paixões, que deveriam estar subordinadas a esses. (WOLLSTONECRAFT, 2016). “A maior parte dos homens de Luzes ressaltou o ideal tradicional de mulher silenciosa, modesta, casta, subserviente e condenou as mulheres independentes e poderosas” (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 267).

Consequentemente, a afirmação de que “Todos os homens nascem e vivem livres e iguais perante a lei” do artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão não alcançou à humanidade como um todo²³, e sim as pessoas do sexo

²³ Os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade só pertenciam aos franceses e não se estendiam as suas colônias. Tanto que a primeira revolução negra da história é aquela que vai acontecer no Haiti (Revolução Haitiana) que consegue a partir da luta armada tornar-se independente da França em 1804. O que os negros fizeram foi simplesmente aplicar ao Haiti os princípios da Revolução Francesa, mas caiu sobre eles a maior das violências – da França, da Espanha e da Inglaterra, revelando que referidos princípios não valiam para os povos não europeus. “A própria escravidão nunca tinha sido incluída nos ideais da revolução francesa. Ela se referia aos franceses, aos servos da gleba. O eurocentrismo que se instalava não olhava para além dos brancos, não incluía a suas vítimas, aquelas sobre quem recaía

masculino, branco, europeu e de posses, como sujeito humano universal, excluindo assim outros sujeitos de serem portadores de direitos – mulheres, negros, índios, crianças, etc. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 2019).

Igualmente no Brasil excluía-se os negros, os indígenas, as mulheres, os pobres, enfim, a maioria esmagadora da população. Afinal, todos esses não poderiam ser cidadãos, já que somente os indivíduos proprietários poderiam usufruir destes direitos, configurando uma cidadania censitária. O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão em 1888, e mesmo com o pós-abolição, as negras e os negros continuaram sendo relegados a segundo plano na sociedade brasileira.

Hoje as mulheres ainda lutam pela igualdade de direitos com os homens, seja na educação, seja na política, na igualdade de salários, seja contra o machismo, seja contra o patriarcado; e, as mulheres negras além destas lutas enfrenta o racismo. Em pleno século XXI, o padrão ideal para uma mulher é de esposa, é de mãe, e seu espaço de atuação limitado ao lar e não ao político (PINSKY; PEDRO, 2012).

Nos dias atuais as normas de direitos humanos internacionais e, no que tange aos Estados, as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais permanecem não consagrando materialmente os direitos de todos, mantendo-se os direitos de igualdade como um princípio meramente formal. “É necessário avançar no estudo da igualdade para além da igualdade meramente formal e repensar o direito à igualdade também a partir do respeito à diversidade no reconhecimento e valorização das variadas identidades” (LIMA, 2015, p. 32).

A Revolução Francesa simbolizou o ápice da ideologia liberal, mas os lemas – Liberdade, Igualdade e Fraternidade –, não significou uma sociedade democrática e igualitária como garantias universais ao conjunto da população, direitos estes usufruídos somente pela burguesia (BONAVIDES, 2001a; VIEIRA, 2013).

Assim, podemos definir Estado liberal, como ideia de Estado limitado (mínimo) em oposição ao Estado absoluto, segundo Bobbio (1994, p. 11), como:

[...] a doutrina dos direitos do homem elaborada pela escola do direito natural (ou jusnaturalismo): doutrina segundo qual o homem, todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza e, portanto, independentemente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade – direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de

a exploração e a opressão que tornava possível que os europeus pudessem ser ‘livres’” (SADER, 2012).

exercer a força para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros.

Assim, o Estado Liberal apresentou-se como uma teoria antiestado, onde a ideia principal era o indivíduo e suas iniciativas. Conforme Bonavides (2001a, p. 202), liberdade como “primado da personalidade humana”; isto é, a proteção das liberdades individuais, políticas e econômicas dos indivíduos e a atividade estatal, quando necessária, como intervenção mínima e previamente reconhecida, circunscrevendo-se apenas à vigilância da ordem e da segurança resolvidos por um juízo imparcial.

Com a intervenção mínima do Estado Liberal na vida dos indivíduos e com o desenvolvimento das cidades, ocorreu o agravamento das desigualdades sociais e das violações de direitos. Despertou, segundo García Pelayo (2009, p. 35), a “crítica social”, resultando no surgimento dos movimentos sociais que reivindicam uma maior participação do Estado, melhores condições de trabalho e de vida, inclusão de novas políticas e reconhecimento de direitos igualitários; direitos estes que vão sendo paulatinamente inseridos no texto das Constituições democráticas (BONAVIDES, 2001a; GARCÍA PELAYO, 2009; STRECK; MORAIS, 2012).

E, no fim do século XIX, inaugura-se a fase do Estado do bem-estar social ou Estado Intervencionista, também conhecido como *Welfare State*, na nomenclatura americana, como resposta às demandas sociais e às fragilidades do Estado mínimo Liberal (BONAVIDES, 2001a; STRECK; MORAIS, 2012; VIEIRA, 2013).

Com esse novo modelo, o conceito de cidadania passa a significar ter direitos sociais. “A ideia de cidadania passa a apontar para uma base igualitária dos direitos e, portanto, a exigir a eliminação de qualquer obstáculo que impedisse alcançar a independência pessoal indispensável para ser cidadão” (GORCZEWSKI; MARTINS, 2011, p. 53). O cidadão passa a ter garantido o seu bem-estar pela atuação positiva do Estado como garantidor da qualidade de vida. Assim, a cidadania política universaliza-se como direito de todos, inclusive para as mulheres.

Segundo Streck e Moraes, 2012, p. 64:

Pôs-se fim, à escravidão, incapacidades religiosas (tolerância), a educação foi ampliada, o sufrágio foi se estendendo até a sua universalização [...]; Constituições escritas foram elaboradas; o governo representativo consolidou-se como modelo de organização política; garantiu-se o livre comércio e eliminaram-se a taxas até então impostas etc.

Deste modo, ao Estado Contemporâneo, na qualidade de tipo de Estado Social (VIEIRA, 2013), é concedido uma função social, que segundo Pasold (2013, p. 52), implica em:

[...] ações que – por dever para com a Sociedade – o Estado tem a obrigação de executar, respeitando, valorizando e envolvendo o seu SUJEITO, atendendo o seu OBJETO e realizando os seus OBJETIVOS, sempre com a prevalência do social e privilegiando os Valores fundamentais do Ser Humano.

À vista disso, podemos caracterizar o Estado Social de Direito como modelo estatal que além de garantir as liberdades negativas de forma universal, tem a sociabilidade como um dos seus princípios elementares, que se expressa pelo reconhecimento e garantia dos direitos sociais, como direitos obrigacionais, que possibilita e articula o direito como um todo para instrumentalizar a concretização desses direitos – alimentação, emprego, saúde, educação, segurança, lazer, moradia, saneamento básico, acesso à cultura, etc. –, e como resultado a redução das desigualdades sociais (CANOTILHO, 2008; GORCZEWSKI; MARTINS, 2011).

Todavia, apesar da conquista dos direitos fundamentais individuais e sociais, é necessário que seja referido que o Estado Social de Direito não qualificou-se como solução no sentido da inclusão social e da cidadania. Não conseguiu articular de forma satisfatória às necessidades da sociedade cada vez mais complexa e multiétnica, que exige uma política intercultural para a construção de um mundo mais justo e menos desigual. Igualmente não conseguiu resgatar o papel de personagem principal da Sociedade no contexto da cidadania participativa (BONAVIDES, 2001b; GORCZEWSKI; SILVA, 2014). “Isso se traduz em uma crise no conceito de cidadania, cujos perfis se diluem, se evaporam e se desconfiguram” (MARTINS, 2011, p. 64).

Para Streck e Moraes (2012, p. 81-84), no Brasil não houve o Estado Social, o que existiu foi um “simulacro de modernidade” devido as peculiaridades de séculos de governos autoritários, industrialização tardia e dependência periférica. Segundo esses autores, a modernidade é desassociada do bem-estar coletivo. Conquista-se “[...] um imenso poder econômico, mas ele não consegue resolver os problemas de qualidade de vida. Constroem-se estruturas sociais que, ao se fazerem modernas, mantêm todas as características do que há de mais injusto e estúpido” (STRECK E MORAIS, 2012, p. 85).

Percebe-se também, que o Estado Social foi incapaz de alterar a configuração colonial, mantendo a sociedade brasileira altamente hierarquizada pelos marcadores de raça, classe e gênero que se configuram, no caso das mulheres negras, em situação de extrema desigualdade social, permanecendo elas na base da pirâmide social e alcançando os maiores índices de violência e pobreza em todos os indicadores sociais (LIMA, 2019).

Tais conquistas, “[...] não meditou suficientemente sobre a pequena porcentagem de seres humanos aos que afetam (um de cada dez) nem sobre a precariedade dos fundamentos fatuais em que se assentam”, como no caso dos países periféricos (CAPELLA, 2002, p. 203). As mulheres, na maioria dos sistemas políticos, só puderam votar no século XX, dando a ideia do grau de democratização de alguns estados que, ainda, até este período mantinham a colonização de extensos territórios (MARTÍN, 2005).

No Brasil, como já apontado no capítulo 1, o sufrágio feminino ocorreu somente após a organização de movimentos feministas, que empreenderam intenso movimento sufragista, influenciados, sobretudo, pela luta das mulheres nos EUA e na Europa por direitos políticos; e, que resultou no primeiro Código Eleitoral Brasileiro de 1932, que prescrevia no artigo 2º: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (BRASIL. Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932); uma vitória da luta das mulheres, contudo, isso não modificou a sua condição de estar sub-representada nos cargos eletivos.

Celina Guimarães Vianna, da cidade de Mossoró, em 25 de novembro de 1927, foi a primeira mulher a votar no Brasil. O fato repercutiu mundialmente, por se tratar não somente da primeira eleitora do Brasil, mas da América Latina. Com a mulher eleitora, outras conquistas de espaço foram sendo concretizados na sociedade, ainda que não integralmente como: gênero, desigualdade salarial, direito a creches, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher (BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, 2019).

Antonieta de Barros, apagada das narrativas históricas, é inspiração para o movimento negro, especialmente pela luta das mulheres negras. Foi uma ativa defensora da emancipação feminina, de uma educação de qualidade para todos e pelo reconhecimento da cultura negra. Foi a primeira mulher negra, de família pobre, deputada estadual no país a assumir um mandato popular por Santa Catarina, em

1934, numa sociedade machista e racista, e com sua presença rompeu vários estereótipos existentes (NUNES, 2001).

Todavia, nos dias atuais, o direito de as mulheres concorrerem a cargos políticos em condições de igualdade ainda não se faz presente. Mesmo com a legislação de cotas (Lei 9.504/1997, art.10, §3º), a qual reserva o mínimo de 30% de mulheres na lista de candidatos para cargos políticos, elas permanecem sub-representadas, ocupando apenas 16% dos cargos eletivos, embora as mulheres sejam mais da metade do eleitorado (52,54%) (BRASIL. Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997; BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, 2019). Não existe nenhuma regra em específica para a população negra, abrindo margem para a desigualdade existente de negros na política

Essa estatística se deve, conforme Flávia Biroli (2018), às relações de gênero no dia a dia da vida social e aos entraves informais à participação nos espaços institucionais, relações estas, agregadas às variáveis de raça, etnia, classe, sexualidade e geração.

Contudo, esses obstáculos não significam ausência das mulheres em cargos eletivos, ou que elas não atuem politicamente, mas, sim, a dificuldade de atuação por ser em local historicamente masculino, em que predominam brancos e proprietários (BIROLI, 2018). As mulheres, em especial as mulheres negras tem empreendido esforços em partidos, sindicatos e movimentos ao longo da sua história, e em diferentes contextos.

Portanto, o Brasil insere-se tardiamente no Estado Social do Bem-Estar Social, fruto das consequências do colonialismo, da escravidão e das desigualdades sociais instaladas ao longo da história, que não permitiram a solução das injustiças e a concretização dos objetivos fundamentais do art. 3º da Constituição Federal de 1988, que se traduz em uma crise de legalidade (BRASIL, 1988).

As promessas da modernidade só são usufruídas por um certo tipo de brasileiros, composto por brancos. As mulheres negras ainda seguem posicionadas na base da pirâmide social, recebendo os menores salários, conforme pesquisas realizadas pelo IPEA que aponta a sequência da melhor à pior condição: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras (situadas em último lugar) (IPEA, 2016).

O que se pretendeu até esse momento do estudo foi realizar uma reflexão breve, mas essencial, sobre a conquista da cidadania nos diferentes contextos

históricos, para que se possa desenvolver uma percepção sobre sua concepção contemporânea, apesar de seu caráter pluriforme (caracterizando-se em dificuldade para um significado estanque, definido e acabado), uma vez que o seu sentido varia no tempo e no espaço (GORCZEWSKI; MARTÍN, 2011; MARTÍN, 2005; PINSKY, 2012).

Assim, neste momento, faz-se imperioso delimitar uma noção de cidadania, o que compreendemos e o que queremos compreender para uma nova consciência, sem pretender o esvaziamento do seu sentido histórico e terminológico, mas como ponto de partida, para compreendermos a cidadania participativa dos Conselhos de Direitos, cujo estudo desenvolver-se-á no terceiro tópico deste capítulo (DAGNINO, 2004).

Sem nos esquecermos, contudo, que a construção histórica da cidadania, deriva e está intrinsecamente ligada às lutas por direitos – tanto ao direito à igualdade como ao direito às diferenças –, em especial, dos movimentos sociais de mulheres negras, dos negros, homossexuais etc., os quais consagraram uma maior ênfase na construção, extensão e aprofundamento da cidadania, objetivando a conquista pela transformação social (DAGNINO, 2004). Há muito tempo as mulheres negras lutam por valorização social, igualdade de direitos e reconhecimento de demandas específicas.

Ademais, devemos nos lembrar também que na concepção de cidadania “[...] sempre esteve arraigada uma conotação de privilégio e um limite social, ético, político e econômico frente aos demais indivíduos não incluídos dentro de seu alcance semântico” (GORCZEWSKI; MARTÍN, 2011, p. 27).

Assim, para uma definição atual de cidadania, apresenta-se a compreensão de Siqueira Junior (2009): “A cidadania é rubrica jurídica ligada à condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política” (p. 141). “A cidadania guarda relação umbilical com a democracia” (p. 241). Pode ser exercida tanto na esfera jurídica quanto na política: na jurídica, a cidadania “[...] constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e tem como consequência a democratização do acesso à justiça e a participação popular no processo decisório governamental”; na atuação política, a cidadania “[...] é exercida não apenas pelo voto, mas os cidadãos participam da tomada das decisões acerca dos temas de interesses públicos. No Estado contemporâneo, esse interesse se realiza pelas políticas públicas”.

O Brasil não tem sido difuso em exemplos de cidadania. A questão da cultura democrática assume um caráter crítico. As desigualdades sociais, raça, classe e gênero, são os aspectos mais visíveis de um ordenamento social baseado numa classificação hierárquica entre pessoas. Essa noção de hierarquias sociais está em todos os lugares, na casa, na rua, na sociedade, no cotidiano. É uma cultura de exclusão que deve ser combatida para uma efetiva democratização da sociedade, implicando, desde logo, uma redefinição da política e das relações de poder (STRECK; MORAIS, 2012).

A noção de cidadania recebe críticas dos movimentos feministas negro em relação às premissas de racionalidade, universalidade e imparcialidade, que presidiram essas noções. A cidadania é inerente à democracia e à participação política, assim, é necessário uma ampliação e aprofundamento da concepção de democracia, uma democracia que transcende o nível institucional formal e inclua o conjunto das práticas sociais e culturais, tanto ao direito à igualdade quanto ao direito à diferença.

Nesse sentido, para uma noção de cidadania que permita responder essa complexidade social e que possibilite a realização de recursos de inclusão-diferenciação sócio-cultural, apresenta-se o sentido inovador de cidadania de Dagnino (2004), enquanto estratégia política, que venha transcender o “autoritarismo social”. Como estratégia significa delinear o seu caráter de construção histórica, marcadas por interesses e práticas concretas de luta e pela sua constante transformação.

Assim, Evelina Dagnino (2004, p. 107-112) aponta seis itens para a conquista de uma nova concepção de cidadania, quais sejam: 1) redefinição da ideia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos, no sentido de criação de novos direitos que inclua o direito à igualdade e o direito à diferença; 2) a nova cidadania, requer novos atores, a formação de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nessa perspectiva, a nova cidadania é um artifício “dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania de ‘baixo para cima’”; 3) o alargamento da nova cidadania não se resolve apenas enquanto incorporação ao sistema político no sentido estrito, mas também como uma *proposta de sociabilidade*. Ou seja, numa estrutura mais igualitária das relações sociais em todos os níveis; 4) a nova cidadania deve ser um processo de aprendizado social, um processo de construção e transformação de novas formas de relação de convivência, de novas práticas sociais enraizadas na sociedade, enquanto

afirmação e reconhecimento de direitos. Para tanto, deve superar “o foco privilegiado da relação com o Estado, ou entre o Estado e o indivíduo, para incluir fortemente a relação com a sociedade civil”; 5) a nova cidadania supera o modelo liberal, e reivindica o acesso, inclusão, filiação, pertencimento ao sistema político, pois, o que se deseja é “*o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema*”. Implicará, no entanto, transformações radicais na nossa sociedade e na estrutura das relações de poder que a caracterizam; e, 6) uma nova noção de cidadania capaz de dar conta da diversidade de questões emergentes nas sociedades latino-americanas: da igualdade à diferença, da saúde aos meios de comunicação de massa, do racismo ao aborto, do meio ambiente à moradia.

Dessa forma, pensar a cidadania em uma concepção que reflita a inclusão do Outro como forma de concretização dos direitos humanos é a expressão fundamental para a concretização de um novo exercício da cidadania e, portanto, para a construção e difusão de uma cultura democrática.

As bases teóricas da cidadania no Brasil ocorreram a partir do Estado Democrático de Direito, em especial a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, e fundamentam-se, segundo Vieira (2013, p. 153), na “[...] coexistência de duas esferas de soberania, a estatal representativa e coletiva participativa da sociedade”. Partindo dessa compreensão, passaremos ao estudo dos fundamentos de efetividade material da cidadania participativa da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

3.2 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DA CIDADANIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Como vimos, a cidadania está em contínua construção; é um referencial de conquista da humanidade; é produto de histórias sociais distintas protagonizadas por movimentos sociais diferentes, especialmente pelo movimento de mulheres negras, que sempre lutaram e lutam por valorização social, igualdade de direitos e reconhecimento de demandas específicas, e não se acomodam, frente às dominações petulantes, seja do Estado ou de outras organizações ou pessoas que não abdicam dos seus privilégios contra uma parcela da população desamparada que não

consegue ter voz, e o mais essencial se fazer ouvir, precisamente por que se lhe nega a cidadania plena (SANTOS, 2001).

O tema ora em questão está presente no debate político da humanidade há pelo menos dois séculos. Claro é que da democracia ateniense à democracia atual, longo caminho foi percorrido. Assim, refletir a questão democrática contemporaneamente provoca o debate no contexto próprio à sociedade atual. Em tempos de crise das fórmulas organizacionais da Modernidade/colonialidade – as duas faces da mesma moeda –, a própria ideia de democracia e, vinculada a ela a de cidadania, precisa ser contextualizada.

O Brasil constituiu-se em um Estado Democrático de Direito²⁴, conforme dispõe o artigo 1º, *caput*, da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 (destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, livre, justa e solidária e sem preconceitos – preâmbulo e artigo 3º), e possui como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e, V - o pluralismo político (BRASIL, 1988).

No seu parágrafo único, preceitua que: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente [...]”, consagrando os instrumentos da democracia representativa, semidireta e participativa. (BRASIL, 1988).

A CRFB/1988 é vista, portanto, como ordem de princípios e valores na concretização dos direitos fundamentais e da cidadania. É no dispositivo acima referido que consagram-se os princípios fundamentais da ordem democrática adotada, que conforme Bonavides (2001b, p. 36): “[...] sem cidadania não se governa e sem povo não se alcança a soberania legítima”. Nesse sentido, compreende-se que o povo é sujeito ativo e passivo de todo o processo democrático.

Bobbio (2004, p. 1) afirma: “Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem

²⁴ Possui como objetivo à igualdade e também um conteúdo transformador que o diferencia dos modelos anteriores. O seu conteúdo: “[...] ultrapassa o aspecto material de concretização de uma vida digna ao homem e passar agir simbolicamente como fomentador da participação pública no processo de construção e reconstrução de um projeto de sociedade, apropriando-se do caráter incerto da democracia para veicular uma perspectiva de futuro voltada à produção de uma nova sociedade, onde a questão da democracia contém e implica, necessariamente, a solução do problema das condições materiais de existência” (STRECK; MORAIS, 2006, p. 97-98).

reconhecidos e protegidos não há democracia; sem democracia não existem condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos”. Significa dizer que a democracia é a vontade do povo.

A democracia é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais. É um processo de criação histórica, não estático, mas de constante invenção, pois se reinventa no dia a dia, segundo a realidade da sociedade. É a criação ininterrupta de novos direitos (SILVA, 2014; STRECK; MORAIS, 2012).

Com Bobbio (2000), pode-se definir democracia, mesmo que minimamente, uma vez que seu conceito é complexo, a partir de três princípios institucionais: 1º - como, “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com procedimentos” que deverão ser acolhidos (p. 30); 2º - ao afirmar que um regime é democrático, quanto maior for o número de cidadãos que participam, direta ou indiretamente, da tomada de decisões coletivas; e, 3º - ao frisar que as escolhas a serem realizadas por aqueles chamados a decidir levem em conta a realidade social (p. 31).

O exercício da democracia no Brasil se desenvolve por três modalidades institucionais de participação popular: representativa (indireta), semidireta (mista) e participativa (direta) (art. 1º da CRFB/1988); promovendo a integração/coexistência entre elas, de modo que a atuação de uma não suprime a da outra, estará afirmando o princípio democrático e, portanto, a soberania popular (BRASIL, 1988). É em torno da democracia participativa que se orienta esta pesquisa, contudo, à guisa de rápidas considerações, explicitar-se-á cada uma das modalidades de democracia, com o propósito de facilitar a compreensão.

A democracia representativa, de feição tão distinta da antiga democracia, consiste na expressão da vontade do povo, titular da soberania, que por meio do voto, elegem periodicamente seus representantes, estes vinculados a partidos políticos, para atuarem nas funções governamentais e fazer valer a vontade popular (BASTOS, 2002; BONAVIDES, 2004; DALLARI, 2011; MENEZES, 1992; VIEIRA, 2013).

Nesta modalidade de democracia, sucedânea do modelo liberal de representação, há a presunção que a vontade do representante é a mesma vontade expressa do representado, isto é, aquilo que os representantes expressam vem a ser legitimamente aquilo que o povo haveria de querer se governassem pessoalmente (BASTOS, 2002).

A democracia representativa se desenvolve por meio de procedimentos mínimos formais de participação do povo, dispostos no artigo 14, caput, da CRFB/1988. Esses procedimentos expressam-se, respeitadas algumas restrições dos parágrafos 1º e 2º²⁵ do artigo referido, no direito que o povo possui de escolher seu representante denominado sufrágio universal; no exercício desse direito por meio do voto direto e secreto com igual valor para todos; e, o modo de exercício desse direito nominado escrutínio (BRASIL, 1988; SILVA, 2014).

Somados referidos meios de participação popular, a democracia representativa torna-se legítima e eficaz e, portanto, a vontade popular concretizada, cabendo a quem a sociedade elegeu agir de maneira que respeite aos seus anseios (SILVA, 2014; PAGANINI, 2016).

A democracia representativa se dá vinculada a partidos políticos (§ 3º, V, art. 14 da CRFB/1988), e a eles cumpre, além do compromisso com a defesa do regime democrático do sistema político,

[...] a responsabilidade de fazer com que, no interior de suas organizações estruturas e, fundamentalmente, no seu funcionamento, os princípios democráticos sejam devidamente respeitados. Portanto, o grande compromisso que se coloca para os partidos políticos brasileiros é o respeito ao regime democrático, tanto externo como internamente (MEZZAROBBA, 2005, p. 19).

São essas as condições básicas para que os partidos políticos possam, na medida do possível, articular a vontade de seus eleitores, e assim, cumprir exigências e requisitos da democracia. Segundo Bonavides (2004), os partidos políticos são instrumentos fundamentais da democracia, mas a lição de nossa época, é que são corrompidos.

Então, esse modelo de democracia possui como traços característicos a soberania popular, como fonte de todo o poder legítimo, que se traduz através da vontade geral; o sufrágio universal, com pluralidade de candidatos e partidos; a observância constitucional do princípio da distinção dos poderes; a igualdade de todos perante a lei; a manifesta adesão ao princípio da fraternidade social; a representação como base das instituições políticas; a limitação de prerrogativas dos governantes; o

²⁵ § 1º O alistamento eleitoral e o voto são: I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos; II - facultativos para: a) os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. § 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos (BRASIL, 1988).

Estado de direito; a periodicidade dos mandatos eletivos, e por fim, a existência plenamente garantida das minorias (BONAVIDES, 2004, p. 274).

Esses são os traços característicos que deveria ser a democracia representativa, mas são apenas formais, pois, nem sempre correspondem à realidade social a que a maioria do povo aspira, pelo contrário busca sustentar os interesses da classe que domina o poder.

Assim sendo, esse sistema democrático está em crise. Crise da representação política e, portanto, responsável por um desinteresse crescente da participação popular, como resultado de promessas não cumpridas (BONAVIDES, 2004; MARTÍN, 2005; TOURAINE, 1996). Voltaremos a esse debate mais adiante.

Na democracia semidireta, prevista no art. 14, incisos I a III da CRFB/1988 e regulamentada pela Lei 9.709/98, o povo participa, contudo, através do Legislativo (representantes eleitos), e se caracteriza por meio do plebiscito²⁶ (consulta prévia ao povo antes da criação de uma norma), do referendo²⁷ (consulta popular posterior à edição da norma para ratificá-la ou não) e da iniciativa popular²⁸ (processo de participação mais complexo, em face dos requisitos exigidos do art. 61, § 2º, que possibilita a população elaborar projeto de lei), e podem ser realizados em todas as unidades federativas do Brasil (AUAD, 2004; BENEVIDES, 2000; BRASIL, 1988; SGARBI, 1999).

Esta modalidade de exercício de cidadania é um misto entre democracia representativa e democracia participativa (BENEVIDES, 2000; MENEZES, 1992).

Na democracia semidireta o povo não significa somente eleitor, mas também colaborador jurídico. “O povo não só elege, como legisla” (BONAVIDES, 2004, p. 275). É reconhecida ao povo competência para decidir diretamente sobre determinadas matérias observadas pelo ordenamento jurídico.

²⁶ Consiste numa consulta prévia à opinião popular, para que este, se manifeste “sobre assuntos de grande interesse nacional, na maioria das vezes de índole constitucional” (BASTOS, 2002, p.138). Plebiscito, portanto, como autorização, um pré-requisito para a formulação legislativa (SILVA, 2014).

²⁷ Consulta à opinião pública após a edição de normas legais, constitucionais ou administrativas de interesse público relevante, que votarão pelo sim ou pelo não, ou seja, por sua aceitação ou rejeição (AUAD, 2004; BONAVIDES, 2004; DALLARI, 2011; SGARBI, 1999).

²⁸ Significa que o povo, cumprindo os requisitos de admissibilidade do art. 61, § 2º da CRFB/1988, pode apresentar projetos de lei complementares e ordinárias ao legislativo, que após aprovado pode-se transformar em lei. (BRASIL, 1988). Consiste em um processo de participação mais complexo, “[...] desde a elaboração de um texto [...] até a votação de uma proposta, passando pelas várias fases da campanha, coleta de assinaturas e controle de constitucionalidade” (BENEVIDES, 2000, p. 33). Não há possibilidade de qualquer recurso caso o Poder Legislativo venha a rejeitar o projeto (DALLARI, 2011; SGARBI, 1999).

A CRFB/1988 dispõe também da chamada democracia participativa, não no ideal e na prática da democracia dos gregos, mas como mecanismo de ampliação da prática da democracia e também como disposição que proporcione o envolvimento da sociedade nos assuntos de interesse comum, para além da mera representação democrática.

Sua aplicação encontra sustentação no parágrafo único do artigo 1º da CRFB/1988, anteriormente referido: “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, **ou diretamente**, nos termos da Constituição” (BRASIL, 1988, grifo nosso), significando uma conquista em termos de transformação das realidades sociais. Porém, ainda é uma prática restringida ao papel, carecendo ser fortalecida por parte da população para que seja utilizada largamente.

A democracia participativa para Bonavides (2001b, p. 33-34) é “[...] direito constitucional progressivo e vanguardeiro. É direito que veio para repolitizar a legitimidade e reconduzi-la às suas nascentes históricas, ou seja, àquele período em que foi bandeira de liberdade dos povos”; é a “chave constitucional do futuro”, visto que concebe soberano:

[...] o cidadão-povo, o cidadão-governante, o cidadão-nação, o cidadão titular efetivo de um poder invariavelmente superior e, não raro, supremo e decisivo. [...] instância que há de romper a sequência histórica na evolução do regime representativo, promovendo a queda dos modelos anteriores e preparando a passagem a uma democracia direta, de natureza legitimamente soberana e popular. [...] Acaba-se então a intermediação representativa, símbolo de tutela, sujeição e menoridade democrática do cidadão - meio povo, meio súdito (BONAVIDES, 2001b, p. 34-35).

Este modelo de democracia apresenta-se, de maneira geral, como identidade coletiva e soberana, como critério de legitimidade que proporciona a cada cidadão a chance de participar na tomada de decisões políticas; permite a expansão da cidadania e a inclusão daqueles que, de alguma forma, seriam excluídos dos assuntos da sociedade como um todo.

Para Lyra (1998), nenhum outro conceito assumiu tanta elasticidade e multiplicidade de sentidos como o da democracia participativa. Segundo este autor (1998, p. 12), só há participação política efetiva,

[...] sempre que houver formas de o cidadão participar, decidindo e (ou) opinando, diretamente, ou de forma indireta, por meio de entidades que integra, a respeito de uma gama diversificada de instituições, no âmbito da

sociedade (família, empresas, mídia, clubes, escolas, etc.) ou na esfera pública (orçamento participativo, conselhos, ouvidorias, etc.).

Neste sentido, percebe-se que no conceito de participação está contido o dever de ação coletiva, de tomada de decisões sobre as políticas públicas e de sentimento de pertença a determinado grupo enquanto cidadão. O incentivo à participação social acarreta a transparência e políticas mais eficientes.

Uma sociedade é participativa quando permite a criação de novos direitos, de novos canais comunicativos de participação popular, de ampliação de espaços sociais de luta, que não se limita ao voto, mas a uma participação efetiva da população para a construção e consolidação de políticas públicas, item essencial à concretização da democracia participativa.

Embora o Brasil tenha adotado três modalidades de democracia para o exercício da cidadania, a representativa é a tradicional no processo democrático social. Contudo, esse sistema democrático está em crise. Crise da representação política e, portanto, responsável por um enfraquecimento da participação popular.

A falta de comprometimento dos representantes eleitos, as inúmeras denúncias de corrupção que ano após ano vêm ocupando os meios de comunicação, a falta de transparência, a falta de participação popular, a falta de limites para a atuação da imprensa – o que normalmente manipula a consciência pública e opinativa do cidadão a serviço da classe dominante – as medidas de exclusão exercidas contra a população (GARCÍA PELAYO, 2009; SILVA, 2014; ZIPPELIUS, 1997), em especial a negra, “[...] ferem o interesse nacional, desvirtuam os fins do Estado, corrompem a moral pública e apodrecem aquilo que, até agora, o *status quo* fez passar por democracia e representação” (BONAVIDES, 2001b, p. 25-26).

Os cidadãos se sentem cada vez menos representados por aqueles que elegeram como porta-vozes, visto que estes estão mais a serviço dos seus próprios interesses do que dos interesses sociais, no que Dussel (2007, p. 44) nomina de “fetichização do poder”²⁹. Resultando, portanto, numa total desconfiança ao princípio representativo no Brasil e, em consequência, na falta da participação popular (DALLARI, 2011; SANTOS, 2007; SILVA, 2014).

²⁹ “[...] a absolutização da vontade do representante, que deixa de responder, de fundar-se, de articular-se com a vontade geral da comunidade política que diz representar” (DUSSEL, 2007, p. 44).

Uma das insuficiências na democracia representativa é que também contribui para toda essa crítica são os pouquíssimos instrumentos jurídicos de responsabilidade efetiva dos representantes perante o povo (BENEVIDES, 2000).

Outra falsa ideia que contribui para a crise da representatividade reside na noção de que aos cidadãos basta o papel de ir até as urnas e depositar seu voto em determinado candidato, ficando após essa prática desobrigado de qualquer responsabilidade nos assuntos políticos e sociais. O povo idealiza no representante uma imagem de “salvador da pátria” e o seu de simples espectador do jogo, na mentalidade de que após o voto cada um vai para o seu lar esperando soluções mágicas para os problemas sociais (BENEVIDES, 2000; TOURAINE, 2011; SANTOS; AVRITZER, 2002; ZIPPELIUS, 1997).

O povo brasileiro ainda não se deu conta da importância do seu voto. “O ‘voto’ como função social é o instrumento para o aperfeiçoamento do regime democrático. Por tratar-se de um meio tão importante, desempenha papel fundamental na construção de uma sociedade livre, solidária e justa” (AUAD, 2004, p. 295). Participar do processo democrático é um direito e uma responsabilidade do cidadão para a concretização de sua cidadania.

O Brasil, a partir da década de 1980, tem se empenhado para a redução das desigualdades sociais, mas, há muito o que fazer em relação as desigualdades entre homens e mulheres, e em especial, muito o que fazer sobre as desigualdades entre as próprias mulheres. Há que se reconhecer que as mulheres negras são privadas de direitos dos mais básicos:

- a vida – o Mapa da Violência de 2019 apontou, entre os anos de 2007 e 2017, um crescimento de homicídios de 60,5% contra as mulheres negras e, em contrapartida, de 1,7% de homicídios contra mulheres não negras. A continuidade do processo de aprofundamento de desigualdade racial, considerando o ano de 2017, pode ser confirmada também quando se verifica que 66% de todas as mulheres assassinadas no país são negras (IPEA - ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 38-39);

- a liberdade – a 2ª edição do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN Mulheres, publicado em 2018, aponta que a população prisional feminina atingiu a marca de 42 mil em junho de 2016, representando um crescimento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000. Desse contingente de mulheres privadas de liberdade, 62% é composto por mulheres negras

e 37% por mulheres brancas, ou seja, uma estimativa de 25.581 mulheres negras para 15.051 mulheres brancas (INFOPEN, 2018, p. 40-42);

- saúde – a mortalidade materna é maior em mulheres negras. 60% das mulheres que morrem de morte materna, por causas preveníveis e evitáveis, são de mulheres negras, contra 34% da mortalidade entre mulheres brancas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017);

- trabalho – pesquisa realizada pelo IPEA denominada Mercado de Trabalho: conjuntura e análise nº 65, publicada em 2018, com o objetivo de analisar, entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2018, quais grupos socioeconômicos (demarcados por sexo, cor, idade e escolaridade) tiveram maior vulnerabilidade da incidência de desemprego, demonstrou que as mulheres negras são as que vivenciaram o maior aumento absoluto na taxa de desemprego, 8 pontos percentuais (p.p.), ao passo que o menor aumento foi para os homens brancos, 4,6 p.p (IPEA, 2018, p. 73). Em Unidades Federativas (UF), a pesquisa demonstrou que as mulheres negras estão 50% mais suscetíveis ao desemprego, ou seja: quando uma UF enfrenta um crescimento de 1 p.p. na taxa de desemprego, as mulheres negras dessa mesma UF experimentam, em média, um aumento de 1,5 p.p. na sua taxa de desemprego, ao passo que os homens brancos ou negros sentem um crescimento de cerca de 1 p.p. Entre mulheres negras e brancas, há uma diferença pontual de 0,2 p.p. (IPEA, 2018, p. 75). Ainda, de acordo com o boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise nº 67, publicada em outubro de 2019 pelo IPEA, referente ao primeiro trimestre de 2019, 90% dos trabalhadores domésticos são mulheres e mais de 60% das mulheres que são empregadas domésticas são negras. Somente em 2015 o Brasil garantiu aos empregados domésticos os mesmos direitos aos quais todos os outros trabalhadores tinham acesso.

Estes são exemplos, dentre vários outros direitos constitucionais que poderiam ser citados aqui, da situação desigual a que estão submetidas as mulheres negras. Isso nos mostra que a estrutura da desigualdade no Brasil tem cor, e também gênero.

Conforme Biroli (2018, p. 13), o acesso ao mercado de trabalho é um exemplo nítido de desigualdades de gênero, uma vez que

[...] permanecem mesmo entre os estratos mais ricos e com maior acesso à educação formal: o chamado “teto de vidro” tem sido constatado nas empresas, na burocracia de Estado e na política, definindo limites mesmo

para as mulheres que tiveram oportunidades semelhantes às de seus colegas homens e que são mais escolarizadas do que eles.

Portanto, a democracia em que vivemos nunca foi plena para a população negra brasileira, e pela qual as mulheres negras tem lutado de forma incessante. A democracia no modelo tradicional não as representa e tampouco defende seus interesses.

Nas palavras de Santos (2001, p. 249), a representação democrática perdeu, “[...] o contacto com os anseios e as necessidades da população representada e fez-se refém dos interesses corporativos poderosos”. Segundo este autor (2007, p. 87), “[...] a democracia começou a ser um regime que, em vez de produzir redistribuição social, a destrói”.

Morin (2011, p. 28) nomina essa crise da insatisfação entre vontades dos representantes e dos representados de “problematização generalizada”. Santos (2001) denomina de “patologias da modernidade”³⁰, uma vez que as relações entre subjectividade, cidadania e emancipação ficaram até agora aquém das sínteses (subsínteses, conforme o autor), resultando em exageros de regulação, que “[...] se insinuaram por vezes sob a forma de emancipação, posteriormente denunciadas, como falsas” (SANTOS, 2001, p. 269).

Santos e Avritzer (2002) denominam esse fenômeno de “concepção hegemônica da democracia”, isto é, a percepção de que as formas de representação constituem a única solução possível para o contexto da democracia, ignorando por completo a “concepção contra hegemônica” – conjunto de concepções alternativas para além da cidadania representada.

A concepção hegemônica da democracia (representativa) é baseada na questão da autorização, sustentada na facilidade do exercício da democracia em escala ampliada e, portanto, centrada no papel dos sistemas eleitorais. Nesse sentido, despreza que a representação, constituída a partir da autorização, não garante a adequada representação das identidades minoritárias no parlamento, resultando na dificuldade de prestação de contas, ou seja, de representar agendas e identidades específicas, sobretudo, das mulheres negras (SANTOS; AVRITZER, 2002).

³⁰ [...] a expansão global da democracia liberal coincidiu com uma grave crise desta nos países centrais [...], uma crise que ficou conhecida como a da dupla patologia: a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da representação, o fato de os cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 42).

Já a concepção contra-hegemônica de democracia significa “[...] negar as concepções substantivas de razão e as formas homogeneizadoras de organização da sociedade, reconhecendo a pluralidade humana”; não somente a partir da suspensão de ideia de bem comum, mas pela ideia de constituição de uma nova gramática social e cultural, isto é, pensar a democracia como ruptura positiva na trajetória de uma sociedade, com novas determinações, novas normas e novas leis, especialmente, que respeitem as relações de gênero, de raça, de etnia, e o papel dos movimentos sociais na institucionalização da diversidade cultural (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 51-52).

Cumpre salientar que essa crise da cidadania foi constituída ao longo dos anos, devido a uma necessidade histórica de produção econômica-capitalista e que fortaleceu a concepção de retirada da capacidade de participação política e jurídica da sociedade, centralizando no Estado (STRECK; MORAIS, 2012; VIEIRA, 2013).

Conforme já salientado no primeiro tópico deste capítulo, a representação transforma a relação da sociedade com o Estado numa dicotomia rígida entre público/privado; isto é, de um lado, o Estado como único responsável pela administração da coisa pública por meio da “autorização” que lhes foi concedida; por outro, a sociedade civil, relegada a esfera privada não estatal e na escolha de representantes por meio do voto no sistema representativo (CAPELLA, 2002; VIEIRA, 2013).

Consequentemente, a capacidade de produção de normas jurídicas é exclusivamente de responsabilidade do Estado, no sentido de que somente as normas produzidas pelo Estado são válidas, desconsiderando outras fontes de exteriorização normativa. Wolkmer (2015, p. 65) denomina esse monopólio estatal de produção normativa de “monismo jurídico”, fruto do projeto moderno. No entanto, essa dogmática jurídica tradicional fracassou, por estar rigorosamente atrelada à legalidade formal escrita.

Então, quando há um modelo estrutural disfuncional e ineficiente, incapaz de dar respostas às necessidades humanas fundamentais e aos conflitos sociais emergentes, permanecendo preso a suas próprias concepções, surge a necessidade de rupturas epistemológicas e de construção de um novo paradigma³¹ numa perspectiva da ciência ocidental, ou ainda, em conformidade com esta pesquisa, do

³¹ Para Thomas Kuhn (2013, p. 53), a concepção de paradigma é entendida como sendo “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modulares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

reconhecimento de saberes outros como proposta epistemológica decolonial, sobretudo, porque os problemas culturais adquiriram tal importância que a organização social deve moldar-se ao redor deles (WOLKMER, 2015; MARTÍN, 2005; TOURAINE, 2011).

Neste momento, conforme Santos e Avritzer (2002, p. 48), residiria “[...] o motivo da reinserção no debate democrático dos assim chamados ‘arranjos participativos’”.

Dessa maneira, Wolkmer (2015) anuncia como proposta para a superação da crise do monismo jurídico, o paradigma do “*pluralismo jurídico* designado *comunitário-participativo*”³², inspirado no projeto decolonial latino-americano, o qual estudamos no capítulo anterior, comprometido com a emancipação social e oriundo dos valores e das práticas dos movimentos sociais, configurado através de,

[...] espaços públicos abertos e compartilhados democraticamente, privilegiando a participação direta de sociabilidades excluídas e subalternas, capazes de instaurar novos direitos enquanto necessidades desejadas e possibilitando que o processo histórico de lutas se encaminhe por vontade e por manifestação autêntica das bases comunitárias. [...] visualizar o Direito [...] a partir da multiplicidade de fontes normativas que vão além das limitadas ordenações formais estatais, de uma legitimidade embasada nas ‘justas’ exigências fundamentais de sujeitos emancipados e, finalmente, de encarar a instituição da Sociedade como estrutura descentralizada, pluralista e participativa (WOLKMER, 2015, p. 82).

Portanto, diante da crise do modelo normativo, de normas e ideias prontas, eurocêntricas e reducionistas, impõe-se a necessidade de construir novos canais alternativos de *locus* democrático participativo, aptos a responder a vontade popular, a partir de sua realidade e, neste sentido, para mulheres negras. Deste modo, é preciso repensar a questão do pluralismo.

Para Wolkmer (2015, p. 188), o pluralismo eleva a “[...] democracia e a fraternidade, valorizando a liberdade pessoal e a coletiva”. Evidencia-se “que os traços reais de uma tradição subjacente de pluralismo jurídico podem ser encontrados nas antigas comunidades socializadas dos povos originários e dos afro-descendentes do Brasil colonial” (WOLKMER, 2015, p. 90).

Para Santos e Avritzer (2002), há duas perspectivas possíveis de combinação entre democracia representativa e participativa: coexistência e

³² Não é objeto desta pesquisa aprofundar a análise da categoria paradigma. E, sobre o paradigma *pluralismo jurídico comunitário-participativo*, consultar: WOLKMER, 2015.

complementariedade. A primeira requer uma convivência das distintas formas de procedimentos democráticos, isto é, a democracia representativa na esfera nacional e a participativa em nível local, a partir de características participativas de países centrais. Já a segunda exige uma articulação mais complexa entre os dois modelos de democracia, participativa e representativa. A complementariedade presume o reconhecimento pelo Estado de que os procedimentos participativos podem substituir parte do processo de representação, com o objetivo de fortalecimento da democracia local a partir de “formas de renovação cultural ligadas a uma nova institucionalidade política que recoloca na pauta democrática as questões da pluralidade cultural e da necessidade da inclusão social” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 76).

Assim, mesmo estando este sistema tão desacreditado, não se propõe a supressão da representação enquanto forma de exercício da soberania popular, posto que se reconhece a luta popular para que fosse possível a normatividade dessa conquista democrática na CRFB/1988. Mas, sim, o seu aprimoramento a partir de uma implementação de mecanismo de participação popular de forma complementar à representação, para além do ato de votar, com o objetivo de fortalecimento de um Estado democrático participativo e atuante, que respeite as aspirações dos diversos grupos sociais, bem como a conquista da autonomia por essas coletividades (AUAD, 2004; BENEVIDES, 2000; SILVA, 2014; WOLKMER, 2015).

O que se propõe é a coexistência entre as três modalidades de democracia (representativa, semidireta e participativa), que sejam exercidas conjuntamente e de forma complementar, no sentido de que uma não exclua a outra, ou que coloque a democracia participativa como subsidiária ou acessória das demais, mas sim, como base fundamental para o exercício da cidadania (BONAVIDES, 2004; LYRA, 1998; PAGANINI, 2016; SANTOS, 2001; VIEIRA, 2013).

Uma das primeiras inovações de democracia participativa ocorrida no Brasil, fruto da luta democrática e social, foi com o surgimento do Orçamento Participativo - OP³³ em 1989, o qual viabilizou a abertura de espaço de atuação popular, discutindo e decidindo a melhor alocação dos recursos da administração local; e, portanto, constituindo-se como um poderoso instrumento de maior equidade e igualdade social, política e econômica (SÁNCHEZ, 2002; SANTOS, 2002).

³³ Uma das experiências de maior notabilidade de combinação de regras de participação direta e de representação e que baseia os princípios básicos de Orçamento Participativo em todo o Brasil é a de Porto Alegre/RS (LYRA, 1998; SÁNCHEZ, 2002).

O orçamento participativo é uma política participativa em nível local que responde a demandas dos setores desfavorecidos por uma distribuição mais justa dos bens públicos nas cidades brasileiras. Ele inclui atores sociais, membros de associações de bairro e cidadãos comuns em um processo de negociação e deliberação dividido em duas etapas: uma primeira etapa na qual a participação dos interessados é direta e uma segunda etapa na qual a participação ocorre através da constituição de um conselho de delegados (AVRITZER, 2002, p. 576).

Desse modo, o antagonismo que envolve a democracia representativa *versus* democracia participativa (direta e semidireta) é mal colocado. Nesta perspectiva, deve-se superar as contrariedades implantadas na sociedade, que estabelecem uma incompatibilidade “radical – ou uma ou outra –” (BENEVIDES, 2000, p. 45), e levar em consideração a possibilidade de compatibilidade entre elas no sistema democrático brasileiro.

Segundo Santos (2001), para que isso seja possível é necessário que o “campo do político seja radicalmente redefinido e ampliado”; é necessária uma nova teoria democrática que deverá

[...] proceder à repolitização global da prática social e o campo político imenso que daí resultará permitirá desocultar formas novas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania. Esse novo campo político não é, contudo, um campo amorfo. Politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada (SANTOS, 2001, p. 271).

Logo, se democracia é processo de criação, criar novos referenciais institucionais com raízes na participação popular, que rompa a imagem congelada de democracia adotada no Brasil, ampliará o espaço político de atuação em todos os espaços estruturais da interação social, no sentido de eliminar os mecanismos de exclusão de cidadania.

Para Bonavides (2001b, p. 40), a democracia participativa seria a “[...] única saída à crise constituinte do ordenamento jurídico, num país em desenvolvimento como o nosso Brasil”.

A esse propósito, torna-se necessário o resgate das reflexões de Dagnino (2004) sobre os seis itens inovadores para a conquista de uma nova concepção de cidadania, para superação dos equívocos e desvios da representação tradicional. Como estratégias política, buscam no dia a dia a construção e consolidação de institutos de democracia direta, assim como a educação política do povo, pela

consciência dos direitos de participar das decisões de interesse público. (VIEIRA, 2013).

O processo de conscientização popular que busca expandir a noção de cidadania e que contribuirá para o diálogo e compreensão entre as pessoas e consequentemente um papel mais atuante para a conquista de direitos, Freire e Horton (2003, p. 149) designam educação, visto que

[...] quanto mais as pessoas participam do processo de sua própria educação, maior será sua participação no processo de definir que tipo de produção produzir, e para e por que, e maior será também sua participação no seu próprio desenvolvimento. Quanto mais as pessoas se tornam elas mesmas, melhor será a democracia.

No caso da participação de mulheres negras, emerge a necessidade de constituir espaços de participação próprios, com metodologia adequada e preocupação pedagógica da participação como um processo educativo. Pois, reconhecer as mulheres negras como sujeitos de direito é reconhecê-las como sujeitos de sua própria história e da nossa história social coletiva.

Carole Pateman (1992, p. 60-61) corrobora do mesmo entendimento, ou seja, de que a democracia participativa é educativa, pois,

A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou 'treinamento social', precisa ocorrer em outras esferas [...] A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos. [...] A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo.

Evidencia-se, assim, o poder resultante da educação como prática libertadora, no sentido de que a sociedade tome consciência, abandonando a postura meramente receptiva e reativa para uma atitude proativa e, em consequência, transformação cultural (FREIRE, 2019). Em outras palavras, que possa transformar em cidadãos ativos no sentido de politizados, com visão crítica da realidade social, conhecedores das causas e origens dos problemas sociais que os envolve.

A sociedade brasileira possui uma cultura política moldada por uma tradição político-cultural centralizadora, colonizada e excludente, donde se pode compreender a tradição pela representação como forma democrática máxima. E, para

uma transformação efetiva passa necessariamente por políticas democráticas radicais dispostas, segundo Wolkmer (2015, p. 295), na “‘descentralização’, ‘participação’, ‘controle de bases’ e ‘gestão compartilhada’”; ou seja, na construção intercultural associada ao desenvolvimento de uma democracia participativa de base que tenha como objetivo a descentralização administrativa.

Conforme Herrera Flores (2009, p. 189), a democracia consiste em “[...] um processo de constante construção de um 'espaço público de empoderamento', onde possa surgir uma variedade de diferentes experiências e onde sobressaiam a mutabilidade e as possibilidades de modificação e transformação”.

Desse modo, para uma transformação social efetiva, torna-se necessária a criação de espaços de participação que complementem aqueles institucionalizados na democracia representativa, possibilitando a superação da oposição Estado *versus* sociedade civil e, assim, ampliar a agenda política. Para Santos (2007) a agenda política somente poderá ser ampliada por meio da luta dos movimentos populares; isto é, de uma pressão de baixo para cima, vinda dos movimentos sociais.

Neste sentido, movimentos sociais enquanto paradigma de um pluralismo jurídico comunitário-participativo, portanto, transformadores, “[...] *imbuídos de princípios valorativos comuns, resistentes às estruturas oficiais de poder, e objetivando a realização de necessidades humanas fundamentais*” (WOLKMER, 2015, p. 130, grifo do autor).

Os movimentos sociais feministas negro têm sido componentes fundamentais na luta pela libertação do patriarcado, do sexismo e do racismo e, portanto, indispensáveis na ampliação da nova teoria da democracia e de novos direitos.

Como exemplo de mecanismos que fazem parte da democracia participativa e com expressa previsão na ordem constitucional ou na legislação infraconstitucional brasileira, ou ainda, por iniciativa da sociedade, podemos citar: os movimentos sociais, o orçamento participativo, as organizações civis, os sindicatos, as audiências públicas do estatuto da cidade e, em especial, os conselhos de direitos – especializados para atuar em atividades sociais (de educação, de saúde, de assistência social, da mulher, da criança e adolescente, da juventude, do meio ambiente, de direitos humanos, etc.), entre outros, cada qual com suas especificidades e modos de atuação, contudo, possuindo como diretriz geral a

prevalência do coletivo sobre o individual (DALLARI, 2011; PAGANINI, 2016; SANTOS, 2011; VIEIRA, 2013).

Ressalta-se também, a importância da internet como potencial de comunicação e, portanto, como ferramenta de ampliação e de fortalecimento de participação da sociedade. Por meio da participação eletrônica, pode ser criada comunidades virtuais com a finalidade de reunir cidadãos *on-line* para discutirem, debaterem, compartilharem questões de interesses públicos, transmitindo suas opiniões à comunidade e ao governo (CASTELLS, 2006; VIEIRA, 2013).

Destaca-se os Conselhos de Direitos em âmbito local (objeto de estudo desta dissertação), como exemplo democrático participativo ao realizar o encontro entre Estado e Sociedade Civil e apresentam-se como uma alternativa qualificada, por meio de uma comunicação real e efetiva, contribuindo com uma melhor gestão das demandas públicas, diante da chamada crise da representatividade.

Portanto, a democracia participativa que se deseja é aquela que coexiste com a da representatividade e da semidireta, construindo-se por meio do exercício diário, que resgata o sujeito como protagonista social, cúmplice de seu papel na luta pela deliberação de assuntos que dizem respeito à coletividade e a sua especificidade. Uma democracia capaz de promover uma nova cidadania que faça frente à imposição dos padrões de exclusão e desigualdade a que se tem assistido – ao contrário do que temos visto no cenário político atual em que a conjuntura política está montada sobre uma estrutura de um governo de base autoritária que afasta-se da pluralidade essencial da política.³⁴

³⁴ O Governo Jair Bolsonaro é de extrema direita, com uma plataforma política neoliberal e contra a proteção dos direitos humanos. O Presidente Bolsonaro com o Decreto 10.003 publicado em 04/09/2019, interfere na organização do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, órgão colegiado responsável pelo planejamento e o monitoramento da política nacional de atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes. Uma das modificações foi na composição do órgão, de 28 membros para 18, mantendo a paridade, mas retirando cinco vagas da sociedade civil. A medida mais gravosa foi a destituição da atual composição do CONANDA. Medida esta viciada de ilegalidades, uma vez que a Lei que regulamenta o CONANDA, a Lei n. 8. 242 de 12/10/1991, no seu artigo 5º, permite que o Presidente da República nomeie ou destitua o presidente do CONANDA, mas não a composição inteira do seu colegiado e, especialmente, não pode destituir membros que foram eleitos por processo eletivo regularmente realizado e que ainda estejam na vigência de seus mandatos (OLIVEIRA, 2019).

Notícia completa em: <https://www.justificando.com/2019/09/05/bolsonaro-interfere-radicalmente-no-conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/>.

Angela Davis, no Seminário Internacional ‘Democracia em Colapso’, promovido pela Boitempo e realizado entre os dias 15 e 19 de outubro de 2019, em São Paulo, com o tema ‘A Liberdade é uma luta constante’, declara:

Gritar pela liberdade das mulheres negras é dizer que queremos liberdade para todos. Considerarmos as dificuldades enfrentadas por mulheres negras por todo o hemisfério é concluir que não há democracia sem a participação das mulheres negras. Quando as mulheres negras se movem pela liberdade, elas representam todas as comunidades negras, indígenas, pobres. Todas as comunidades que sofreram exploração econômica, opressão de gênero e violência racial.

Assim, somente é possível alcançar a democracia real com a participação de todos na sociedade, sem que decisões relevantes sejam tomadas nos bastidores, distante dos interessados. Não há democracia verdadeira em sociedades nas quais as relações estão constituídas sobre o racismo, sexismo e o patriarcado. Não há democracia real sem a participação da mulher negra.

O debate do próximo tópico está relacionado ao papel fundamental dos Conselhos de Direitos como alternativa de participação ativa na formação de políticas públicas e o modo como se desenvolve essa cidadania participativa.

3.3 CONSELHOS DE DIREITOS COMO INSTITUIÇÃO PARTICIPATIVA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A mobilização e as lutas da sociedade civil que ressurgiram no início dos anos 1980 contra a ditadura militar, foram fundamentais para a ampliação e fortalecimento dos espaços de participação democrática em instâncias de deliberações políticas. Esse período foi marcado por um movimento de conquistas democráticas que ganharam a cena pública como a organização de movimentos sociais em diferentes setores, ONGs, o fortalecimento dos sindicatos, a visibilidade das demandas populares e a luta por direitos sociais.

Nesse contexto, novos atores entraram em cena, destacando-se, entre outros, os movimentos sociais das mulheres negras na luta contra o racismo e pelo reconhecimento de seus direitos sociais e culturais: raça, gênero, sexo, qualidade de vida, segurança, direitos humanos etc., os quais estudamos no item 2.3 do capítulo 1 e o qual nos reportamos.

Em decorrência desse ambiente, a Constituição Federal de 1988 adotou os princípios de democratização e participação democrática e consagrou novos espaços concretos para o efetivo exercício da cidadania (BRASIL, 1988). A Carta Política representou uma conquista social que se tornou possível “[...] graças à mobilização dos setores populares no momento em que as forças ditatoriais agonizavam” (KRÜGER, 2008, p. 77).

A cidadania foi incorporada nos discursos oficiais e remodelada na direção da participação civil. Inicia-se, então, a construção de uma cultura democrática que permite tornar mais transparente e suscetível o controle da gestão pública, pelo exercício da cidadania, pelo exercício da civilidade, de responsabilidade e solidariedade social de todos (GOHN, 2004; RAICHELIS, 2000).

Segundo Vieira (2013, p. 449), essa concepção adotada pela Constituição Federal de 1988, representou um momento de transição paradigmática, pois

[...] erigiu, ao lado dos postulados do paradigma da cidadania representada e do monismo jurídico, a existência da República Participativa Pós-Moderna, na qualidade de expressão da soberania participativa da Sociedade. Portanto, na CRFB/1988, existe a convivência tanto do paradigma representativo quanto do participativo, que tem no pluralismo jurídico comunitário e participativo, na qualidade de uma nova concepção de pluralismo jurídico, a sua forma de construir o Direito.

Portanto, a Constituição Federal de 1988 passou a ser vista sob a perspectiva de um novo paradigma – como Constituição Cidadã, fundamentada na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania, no sentido de reordenação política do espaço público para uma política de democracia descentralizadora e participativa.

Descentralização compreendida como processo que se define de forma interativa entre a centralização e a possibilidade de deliberação sobre as políticas públicas por seus destinatários – a sociedade civil (MARTINS *et al.*, 2008). Em outras palavras, significa romper com antigas estruturas da política tradicional e incorporar novos conceitos e processos de gestão que envolvam a sociedade como um todo.

Lembre-se, a democracia que se pretende é a coexistência e complementariedade entre as democracias representativa, semidireta e participativa, de maneira que uma não exclua a outra, mas, que possua como base essencial a democracia participativa no exercício da cidadania.

Diante desse contexto, a busca por novos ambientes de interlocuções de participação da sociedade civil se amplia para entrelaçar-se com a sociedade política para a gestão da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais (CÔRTES, 2007; GOHN, 2004).

Assim, imprescindível pensar em,

[...] alternativas comunitárias como espaço público pulverizado pela legitimação de novas forças sociais que, em permanente exercício de alteridade, implementam suas necessidades fundamentais e habilitam-se como instâncias produtoras de práticas normativas autônomas. Nesses termos, a comunidade através dos movimentos sociais e das novas subjetividades coletivas está chamada a cogerir seu destino (WOLKMER, 2015, p. 294).

Dentre esses espaços de participação democrática, destacamos a institucionalização dos Conselhos de Direitos de Políticas Públicas, instrumentos mediadores na relação entre sociedade civil e Estado, frutos da conquista dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada (WOLKMER, 2015).

Wolkmer (2015), destaca os conselhos de direitos como conquista dos movimentos sociais.

A cidadania política, portanto, transcende os limites da democracia representativa e passa a se expressar também pela democracia participativa, e os Conselhos, como novo *locus* de exercício político, foram a estratégia privilegiada.

Segundo Soraya Vargas Cortês (2007) e Lígia Helena Hahn Lückmann (2008), os Conselhos são exemplos dessa nova concepção de democracia participativa que a CRFB/1988 consagra, pois no interior de seus espaços a dimensão participativa é evidenciada, podendo-se assim afirmar, que quanto mais espaços de participação à serviço das pessoas, como os Conselhos de Direitos, mais participativa será a democracia de um país.

Os Conselhos de Direitos, portanto, são o resultado das demandas e reivindicações de diversos segmentos políticos e sociais que se organizaram e lutaram, durante os anos da redemocratização, pela concretização e institucionalização de espaços e mecanismos de participação, voltados à formulação, controle e avaliação das políticas públicas para melhores condições sociais de vida, cidadania, identidade de raça, etnia, gênero, etc.

Na visão de Wolkmer (2015, p. 301), sem embargo, “[...] que a forma democrática mais autêntica de participação, deliberação e controle é o ‘sistema de

conselhos', disseminado nos diferentes níveis da esfera e do poder local [...]". Para este autor, os conselhos são "[...] por excelência, a efetivação maior do arcabouço político de uma democracia pluralista descentralizada, assentada na 'participação de base' e no poder da 'autonomia local'" (WOLKMER, 2015, p. 302).

Em regra, governos que garantem a participação das pessoas na elaboração, avaliação e implementação de políticas públicas asseguram à sustentabilidade política e legitimidade dos programas de ação, tornando a gestão muito mais efetiva do que seria capaz qualquer equipe de tecnocratas especializados e distantes da população (BENTO, 2002).

Assim, um dos fatores fundamentais que possibilitam a constituição e o funcionamento dos conselhos é a eleição de uma administração pública comprometida com o cumprimento da legislação, aprovada há anos.

Por constituírem-se como uma das mais ricas experiências de institucionalização do diálogo entre governo e sociedade, uma das principais funções dos Conselhos, portanto, é romper com o distanciamento e a redução da política enquanto qualificada como esfera de ação exclusiva dos representantes políticos que direcionam as estratégias, escolhas e decisões políticas a partir do modelo eleitoral (LÜCHMANN, 2008; TATAGIBA, 2005).

Previsto na Constituição Federal de 1988³⁵, os Conselhos de Direitos, na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população, são de existência obrigatória em todos os níveis de poder – nacional, distrital, estadual e municipal. Por conseguinte, leis orgânicas específicas passaram a regulamentar o direito constitucional à participação por meio de conselhos de direitos e, assim, presentes na maioria dos municípios brasileiros (BRASIL, 1988; CÔRTEZ, 2007; KRÜGER, 2008; LÜCHMANN, 2008; GOHN, 2002; TATAGIBA, 2005).

Os Conselhos de Direitos em âmbito municipal obtêm uma importância crucial, tanto pela sua potencialidade, enquanto mecanismo de controle público, quanto pela sua função de constituir um novo modelo de gestão das políticas local. O governo local é a unidade político administrativa que proporciona melhores condições

³⁵ A Constituição Federal de 1988 contém diversos dispositivos sobre a natureza democrática da gestão pública das políticas no país, como um dos exemplos, o inciso II, do artigo 204, que dispõe: "participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis" (BRASIL, 1988). Este processo criou o que conhecemos como sistema descentralizado e participativo das políticas públicas.

para a prática da participação popular na gestão da vida pública (MARTINS *et al.*, 2008).

Os Conselhos de Direitos são independentes e autônomos, e constituem-se como órgãos auxiliares da gestão pública, vinculados ao Poder Executivo, tendo sua composição paritária entre representantes do governo e de representantes eleitos diretamente pela sociedade civil (à exceção, por exemplo, dos Conselhos de Saúde e de emprego que são tripartites), voltados para políticas públicas específicas, responsáveis pela fiscalização, assessoria e suporte ao funcionamento das diferentes áreas de atuação: saúde, educação, assistência social, moradia, previdência, cultura; e de defesa de direitos da mulher, da igualdade racial, dos idosos, da criança e do adolescente, etc. (GOHN, 2002; TATAGIBA, 2005).

No que diz respeito ao poder de decisão, os conselhos podem ser definidos como deliberativos ou consultivos. O Conselho deliberativo é aquele que possui o poder de dialogar, discutir e decidir sobre as diretrizes das políticas públicas, ou seja, as decisões tomadas em seu interior são consideradas da mesma forma como deliberações do Estado. E, o consultivo restringe-se ao campo da opinião, da consulta, do aconselhamento, emitindo pareceres sobre as políticas sociais, sem poder de decisão, ou seja, considerados meros auxiliares do poder executivo (GONZÁLES, 2012; MARTINS *et al.*, 2008).

Para Gohn (2006, p. 8), é necessário que “[...] se reafirme, em todas as instâncias, seu caráter principalmente deliberativo porque a opinião apenas não basta”, todavia, o caráter apenas consultivo se faz presente em diversos conselhos do país.

A paridade da composição implica a existência do diálogo entre diversas convicções político-ideológicas, ora de momentos privilegiados de participação (por meio das avaliações, proposições, deliberações e fiscalização), ora como espaços para harmonizar e garantir o consenso entre os diferentes interesses manifestados, porém, pressupõe-se que todas as demandas são democráticas e tidas como autênticas (GOHN, 2006; KRÜGER, 2008).

Para que as interpelações recíprocas sejam democráticas e autênticas é necessário torná-las visíveis³⁶ no local público, que é o lugar por excelência onde a diversidade de opiniões e ideias políticas, as propostas, os projetos sociais podem se

³⁶ Visibilidade social, segundo Raichelis (2000, p. 9), no sentido de “[...] publicidade e fidedignidade das informações que orientam as deliberações nos espaços públicos de representação”.

confrontar e se diferenciar, os acordos podem acontecer, as alianças estratégicas podem ser estabelecidas, o reconhecimento social e político adquirido (MARTINS *et al.*, 2008; RAICHELIS, 2000).

Segundo Avritzer (1999, p. 30), a natureza dos Conselhos de Direitos é principalmente político-argumentativa, é um espaço para o debate corpo a corpo dos problemas coletivos da sociedade:

Nesse espaço os indivíduos interagem uns com os outros, debatem o conteúdo moral das diferentes relações existentes ao nível da sociedade e apresentam demandas em relação ao Estado. [...] Os indivíduos no interior de uma esfera pública democrática discutem e deliberam sobre questões políticas, adotam estratégias para tornar a autoridade política sensível às suas discussões e deliberações. [...] a ideia aqui presente é de que o uso público da razão estabelece uma relação entre participação e argumentação pública.

Pela sua composição paritária e como instrumento de controle social³⁷ sobre as ações estatais, pode-se afirmar, portanto, que “[...] os Conselhos aparecem como um *constructo* institucional que se opõe à histórica tendência clientelista, patrimonialista e autoritária do Estado brasileiro” (RAICHELIS, 2000, p. 6).

A democratização dos espaços dos Conselhos requer, portanto, o diálogo e o ouvir o outro, “[...] reconhecendo que compartilhar ideias e experiências pode provocar mudanças relevantes no modo de ver e de significar problemas e soluções” (KLEBA; WENDHAUSEN, 2012, p. 54); ou seja, o diálogo qualificado de interesses, experiências e pontos de vista, resulta na produção de inovações.

Os assuntos abordados por um Conselho devem ter relação com à sua área de atuação, segundo o setor público objeto de seu funcionamento. Entretanto, deve haver possibilidade de diálogo interativo e de troca de saberes e experiências com outros Conselhos para discussões de políticas intersetoriais, objetivando melhoria das condições de vida para a população e, neste caso, para as mulheres negras que sofrem dupla opressão, a racial e de gênero (LIMA, 2015). A interação entre grupos sociais no espaço público produz solidariedade.

Intersetorialidade compreendida, segundo Martins *et al.* (2008, p. 164), como “[...] articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e

³⁷ Significa acesso aos processos que informam resoluções da sociedade política, “[...] viabilizando a participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e arbitragens sobre os interesses em jogo, além da fiscalização daquelas decisões, segundo critérios pactuados” (RAICHELIS, 2000, p. 9).

avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando ao desenvolvimento social”.

Os conselhos são canais importantes de participação coletiva, contudo, foram criados a partir da lógica setorial, fragmentados, cada um deles voltados para ações específicas no seu campo de atuação, dificultando, por vezes, produzir respostas satisfatórias para além da gestão de cada política setorial (GOHN, 2002; RAICHELIS, 2006).

Assim, é estratégico que sejam identificados mecanismos que possam viabilizar, nos três níveis governamentais, ações intersetoriais de diferentes áreas ou o trânsito concreto dos usuários a diferentes programas em um mesmo território, bem como considerar a natureza transversal das políticas sociais das diversas áreas de atuação (RAICHELIS, 2006). À vista disso, é inteiramente deficiente a organização da gestão pública de maneira isolada do conjunto das ações sociais públicas.

Transversalidade como categoria significa dizer que políticas públicas não devem ser compreendidas como visões estreitas e fracionadas, como programas que se dividem por setores de acordo com as necessidades do Estado, mas sim, estarem frequentemente interligadas e serem percebidas a partir da própria construção de instituição e processos políticos, quais estão intimamente interligados com todos os assuntos que regem uma sociedade (COSTA; PORTO, 2012).

A transversalidade diferentemente da intersectorialidade sugere uma estratégia de ação estruturada para colocar na agenda governamental temas de trabalho não atendidos anteriormente, como as desigualdades de raça e gênero.

Segundo Lima (2015, p. 252), a transversalidade nas políticas públicas é essencial, pois, objetiva “[...] reduzir desigualdades em relação a grupos sociais tradicionalmente subalternos”, como no caso das mulheres negras, que diante do racismo, do preconceito e da discriminação racial e de gênero são socialmente excluídas e marginalizadas.

Para isso, o papel das organizações e movimentos que compõem a representação da sociedade civil nos conselhos é primordial.

Neste sentido, é urgente a articulação entre os Conselhos Municipais, e para o objeto desta dissertação, a articulação entre os Conselhos de Igualdade Racial e de Direitos das Mulheres como estratégia para adotar projetos com foco na mulher negra no enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Ou seja, um projeto comprometido com a garantia da igualdade racial e de gênero para mulheres negras.

“A inexistência de coordenação e de intersetorialidade tem sido apontada frequentemente como um obstáculo à eficiência e à efetividade das políticas públicas e como um resultado de práticas de gestão pública marcadas pelo clientelismo” (FARAH, 2006, p. 58).

Em resumo, diversamente da clássica representação eleitoral, as particularidades no interior dos Conselhos de Direitos, são as seguintes: participação e representação coletiva (organizações/entidades); participação voluntária (ao contrário da atuação política profissional e com todas as decorrências daí advindas); introdução em distintos espaços participativos; periodicidade distintas apontada por diferentes regimentos; seleção de representantes por meio de procedimentos diversos (eleições, conferências, fóruns, indicações, etc.); e, enfim, grande flexibilidade (baixo controle) de entradas e saídas em espaços representativos (LÜCHMANN, 2008).

Contudo, garantir a existência dos direitos sociais no conjunto de instrumentos legais e a sua efetivação via políticas públicas são desafios postos a todo momento na agenda dos Conselhos. Em termos de transparência, controle público, eficiência com o compromisso democrático e o exercício da cidadania, os Conselhos tem sido colocado a prova por diversos fatores, desde a falta de capacitação dos conselheiros para discussão crítica e negociação da agenda das políticas sociais, até o grau de autonomia que os constituem (RAICHELIS, 2006).

Nos contextos localizados (municípios) os conselhos têm sido, muitas vezes, apenas uma realidade “jurídico-formal”, isto é, mera exigência legal ou instrumentos a mais nas mãos dos prefeitos e das elites, seja pelas dificuldades de acesso às informações/decisões públicas, principalmente as relativas ao orçamento, e aos recursos materiais; seja por interesses particularistas, ou por intimidação e dificuldade de se posicionar/negociar, resultando, em pouco ou nenhum envolvimento com a comunidade que representa (GOHN, 2006; KRÜGER, 2008; MORONI, 2005; TATAGIBA, 2005). Logo, não atendendo minimamente aos objetivos aos quais se propõe, ou seja, como mecanismos de controle e fiscalização de políticas públicas sociais.

“Quando se pretende tomar decisões corporativas, clientelistas, costuradas com base em negociatas políticas escusas, trata-se de boicotar, obstruir e desqualificar o Conselho” (MARTINS *et al.*, 2008). Daí a necessidade de mecanismos que assegurem exigências democráticas mínimas de responsabilização, prestação de

contas e sanção para a garantia de legitimidade desse modelo de representação (LÜCHMANN, 2008).

Segundo Gohn (2002, p. 21), os conselhos bem operacionalizados, composto por lideranças e grupos qualificados, poderão contribuir para:

[...] fazer política publicizando os conflitos; como interlocutores públicos poderão realizar diagnósticos, construir proposições, fazer denúncias de questões que corrompem o sentido e o significado do caráter público das políticas, fundamentar ou reestruturar argumentos segundo uma perspectiva democrática: em suma, eles podem contribuir para a ressignificação da política de forma inovadora.

Os conselheiros que representam a sociedade civil devem ter como principal conduta a construção de uma prática técnica, ética, de transparência e de eficiência, que garanta a participação da população brasileira que se encontra excluída nas decisões do conselho.

Assim, para a eficácia dos Conselhos é essencial projeto de capacitação continuada de seus conselheiros, por meio de cursos, oficinas, escolas e outras modalidades de formação, bem como formação conjunta dos vários conselhos, neste caso sem reduzir as demandas específicas, visando ao exercício mais qualificado acerca dos problemas sociais em sua área de atuação e fortalecendo agendas comuns (RAICHELIS, 2006).

À frágil presença da sociedade em tais espaços também é outro fator que limita a atuação dos conselhos. É substancial aos atores que participam desses espaços públicos contar com o amparo social de suas bases representativas. Sem a mobilização da sociedade e de segmentos organizados, enfraquece-se a capacidade de pressão social que garantiria força, legitimidade e representatividade qualificada para expansão das demandas sociais (MARTINS *et al.*, 2008; RAICHELIS, 2000).

Um investimento político nas articulações “extraconselho” é de fundamental importância para o fortalecimento da representatividade e legitimidade social, para isso, destaca-se a importância dos fóruns, plenárias, audiências públicas, mesas de concertação, redes e outras formas estratégicas de mobilização e participação da sociedade, especialmente dos usuários das políticas sociais públicas e, neste estudo, das mulheres negras (GOHN, 2002; RAICHELIS, 2006, p. 6). A participação da sociedade concebe conhecimentos e contribuições à construção de estratégias de resolução dos problemas e conflitos envolvidos.

No que concerne na autonomia dos conselheiros, a mobilização dos representantes locais da sociedade civil e do Ministério Público pode contribuir para o fortalecimento e efetividade para a atuação dos conselhos (GONZÁLEZ, 2012).

Contudo, não se pode negar o ganho expressivo que essas práticas participativas representam para a população brasileira, pois é nesses espaços de inserção e vocalização que grupos sociais desassistidos (em especial as mulheres negras, negros, índios, pessoas com deficiência etc.) conseguem ou podem expressar suas demandas, lutar por seus interesses e conhecer um pouco mais da agenda governamental (KRÜGER, 2008).

Transcendendo esses limites, por vezes estreitos, corporativistas e excludentes, avançando na identificação das necessidades sociais, das interfaces e das possibilidades de constituição de agendas comuns, sem dúvida, que os Conselhos de Direitos locais e regionais são mecanismos que podem provocar transformações substantivas no contato Estado-sociedade “[...] e contribuir com a construção/consolidação de uma cultura política contra-hegemônica, por meio da prática da socialização da política e da distribuição de poder” (MORONI, 2005, p. 22).

Verifica-se também, que os Conselhos desempenham um papel educativo, resultando em cidadãos ativos e politizados, à medida que fornecem informações, capacitam-nos à tomada de decisões e desenvolvem uma sabedoria política, a partir de uma visão crítica da realidade e dos problemas que os circundam.

Portanto, deve-se reconhecer a relevância desses canais de participação, como instância de socialização da política, voltados para a democratização do Estado e das políticas públicas e não como espaços de representação de interesses particulares de governos, de organizações ou movimentos. Pelo contrário, suas ações devem reforçar e garantir a construção de uma agenda universalista no âmbito das políticas públicas, que fortaleça direitos e defenda as várias demandas sociais de cada grupo e setores historicamente excluídos dos processos de decisão política.

O princípio da universalização da cidadania, sob a perspectiva ética-político, pressupõe o reconhecimento dos direitos de todas as pessoas, sejam elas negras, indígenas, quilombolas ou brancas; implica o rompimento e a superação com todas as formas de discriminação e, portanto, a promoção de igualdade de condições e de oportunidades entre as/os desiguais (LIMA, 2015; MORONI, 2005).

Contudo, a universalização dos direitos não será atingida sem a implantação de políticas reparadoras dos danos causados por séculos de exploração,

desigualdades, preconceitos e discriminações e, neste estudo, contra as mulheres negras no cotidiano (LIMA, 2015). Logo, é compromisso e responsabilidade do Governo em parceria com os Conselhos de Direitos propiciar e concretizar um conjunto de políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo.

Deste modo, a principal maneira de estender direitos às mulheres negras na atual conjuntura é através de políticas públicas reparadoras, garantindo a elas o acesso aos bens, serviços e riquezas da sociedade. Nesse sentido, passa-se a uma breve explanação sobre Políticas Públicas, tecendo algumas considerações sobre o seu conceito, o qual conta com variadas definições, bem como suas fases e ciclos para sua constituição, uma vez que a principal função dos Conselhos de Direitos é articular/provocar a sua efetivação.

Como já apontado, o debate sobre as políticas sociais na perspectiva de sua democratização ganha destaque no quadro político brasileiro a partir da década de 1980, quando emergem com força as lutas contra a ditadura militar e os esforços pela construção democrática do Estado e da sociedade civil.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 impôs regras e responsabilidades às instituições públicas e privadas na execução e efetivação dos novos direitos de modo a assegurar plenas condições de desenvolvimento humano a todos.

Neste contexto, os direitos sociais passam a ter maior relevância para a população, ordenando os meios de agir dos governos sob a forma de políticas públicas, abrangendo também as funções de coordenação e de fiscalização com a participação dos agentes públicos e privados (BUCCI, 1997).

As políticas sociais, portanto, se concretizam a partir da promulgação da Carta de 1988 que, como vimos, evidenciou o princípio da dignidade da pessoa humana e ampliou o conceito de cidadania, reordenando o espaço público para uma política de democracia descentralizadora e participativa nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal.

[...] é justamente por meio do princípio da descentralização político-administrativa que será possível promover o reordenamento político-institucional de modo a garantir o efetivo exercício da democracia participativa nas decisões de caráter público, reconhecendo-se, assim, o papel indispensável da participação popular nas decisões que afetam a sua própria realidade, em especial aquelas diretamente ligadas às políticas públicas [...] (LIMA, 2015, p. 213).

Então, a contar da década de 1990, as políticas públicas sociais no Brasil “[...] passaram a ser examinadas a partir de suas relações com as instituições políticas, e com isso aferindo-se a capacidade de afetar as estratégias dos atores e as tomadas de decisões”. As políticas de gênero e racismo também passaram a fazer parte da pauta de discussões (COSTA; PORTO, 2012, p. 459).

Como vimos, o governo local é a unidade político administrativa que oferece melhores condições para a prática da participação popular na gestão da vida pública. E, os Conselhos de Direitos, presentes na maioria dos municípios brasileiros e como mecanismo de participação popular, são grandes potencialidades na formulação, na implementação e no controle de políticas públicas sociais.

Atualmente, há no Brasil conselhos de políticas públicas em diversas áreas de ação dos governos locais, tais como: saúde, educação, trabalho e emprego, meio ambiente, planejamento e gestão urbana, direitos das crianças e dos adolescentes, de igualdade racial, das mulheres, do idosos, entre outros (FARAH, 2006).

Conforme Celina Souza (2007), não existe um único entendimento, ou uma única definição sobre o que seja política pública, uma vez que comporta várias interpretações de acordo com as áreas de conhecimento – sociologia, antropologia, ciência política, economia – de cada país. Assim, mesmo que minimamente, pode-se conceituar como,

[...] o campo do conhecimento, que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2007, p. 69).

Custódio (2013, p. 4), sob um olhar específico da relação entre as políticas públicas sociais e a sua capacidade de instrumentalizar a efetivação dos direitos fundamentais, conceitua políticas públicas sociais como “[...] o conjunto de ações, projetos, programas e planos que envolvem as ‘políticas sociais públicas’ e as ‘políticas sociais privadas’”.

Para Subirats *et al.* (2008, p. 35), a política pública é um campo que se relaciona com “*a las interacciones, alianzas y conflictos, en un marco institucional*

específico, entre los diferentes actores públicos, parapúblicos y privados, para resolver un problema colectivo que requiere de una acción concertada".³⁸

Significa que, toda política pública possui uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público reconhecido enquanto tal na agenda política, que pode ou não ser implementada. Assim, a política pública fundamenta-se como "[...] resposta ao enfrentamento de um problema político-administrativo que se pretende resolver em uma determinada realidade social que se julga politicamente como inaceitável" e, nesta pesquisa, políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo (LIMA, 2015, p. 208).

Consequentemente, "[...] as políticas públicas devem adotar uma concepção pluralista envolvendo a diversidade de ação, mas vinculados à garantia de universalização dos direitos humanos e efetivação dos direitos fundamentais" (CUSTÓDIO, 2013, p. 4).

Compreende-se, portanto, políticas públicas como conjunto de ações e decisões sancionadas pelo Estado (federal, estadual, municipal) a serviço da sociedade, visando combater problemas definidos para a melhoria da qualidade de vida. Uma vez em ação e implementadas são submetidas a acompanhamentos e avaliações.

Os atores que atuam na formulação, deliberação e controle de políticas públicas são divididos em públicos e privados. Os públicos são os gestores públicos eleitos ou nomeados para o exercício das funções públicas, já os privados são os gestores eleitos em fóruns próprios na condição de representantes das organizações da sociedade civil, como os Conselhos de Direitos (CUSTÓDIO, 2013).

A literatura jurídica apresenta quatro tipos de políticas públicas: as distributivas responsáveis pela distribuição de recursos para a sociedade, regiões ou segmentos específicos; as redistributivas, atingem maior número de pessoas, deslocam recursos das camadas sociais mais abastadas para as menos privilegiadas; as regulatórias, responsáveis por regulamentar e normatizar o funcionamento de serviços públicos; e as constitutivas ou estruturadas, que determinam procedimentos gerais de uma política (COSTA; PORTO, 2012; SOUZA, 2006).

³⁸ "Às interações, alianças e conflitos, em uma estrutura institucional específica, entre os diferentes atores públicos, semipúblicos e privados, para resolver um problema coletivo que requer ação concertada." (Tradução livre).

No que concerne ao controle das políticas públicas, atuam além dos gestores acima referidos, as autoridades que possuem competência institucional para a função, tais como, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, bem como pelo controle popular realizado pelas organizações não-governamentais nos espaços públicos não estatais, como: ONGs, movimentos sociais, meios de comunicação, universidade e a comunidade nas audiências e conferências (CUSTÓDIO, 2013).

Delimitados os elementos de definição de política pública, cabe agora analisar as suas fases ou ciclos constitutivos necessários para que se torne realidade. Salienta-se que essa classificação pode diversificar de autor para autor.

“As críticas alertam para a necessidade de não se considerar as fases como rígidas etapas sequenciais, ou seja, é possível que as sequências se alternem e as fases se misturem” (RAEDER, 2014, p. 127). O mais importante é compreender que a política pública é formada por fases e que cada uma delas possuem características específicas (SUBIRATS *et al.*, 2008).

Segundo a classificação de Subirats *et al.* (2008, p. 44), os ciclos constitutivos são: 1 – surgimento e percepção dos problemas sociais; 2 – incorporação na agenda política; 3 – formulação da política; 4 – implementação; e, 5 – avaliação.

A primeira fase ou primeira condição é a da percepção e identificação do problema social que a política visa corrigir. Subirats *et al.* (2008, p. 44), define como sendo “[...] *aquella en la que una determinada situación, produce una necesidad colectiva, una carencia o una insatisfacción identificable directamente o através de elementos que exteriorizan esa situación y ante la cual se busca una solución*”.³⁹

Dentre os diversos problemas sociais alguns deles são percebidos como mais prioritários e passíveis de resolução pelo sistema político. Assim, para que uma circunstância coletiva seja definida como um problema social e possa alcançar a agenda governamental, é necessário que os formuladores de políticas públicas se convençam de que devem fazer algo a respeito. Portanto, os três mecanismos principais de convencimento são: indicadores divulgados que revelam a dimensão e urgência do problema; eventos decorrentes de situações de emergência (epidemias,

³⁹ Aquele em que uma determinada situação produz uma necessidade coletiva, uma carência ou uma insatisfação diretamente identificável ou através de elementos que exteriorizam essa situação e para os quais se busca uma solução (Tradução livre).

catástrofes naturais, etc.) e, notícias e/ou informações que revelam falhas ou resultados ruins da política atual (CAPELLA, 2007; RAEDER, 2014).

Sendo identificado o problema, a próxima fase é definir se o problema identificado será ou não introduzido na agenda política.

A agenda é o espaço de constituição da lista de problemas, assuntos ou demandas que chamam a atenção do governo e dos cidadãos. Trata-se do rol de questões encarados como relevante pelos atores envolvidos. A agenda não é estável, ela está em permanente construção, uma vez que envolve disputas políticas (CAPELLA, 2007; VIANA, 1996). Aqui reside a resposta do porque alguns assuntos são selecionados para a agenda governamental e outros não, como racismo e sexismo.

Neste ponto, chama-se a atenção para a importância e urgência de se criar uma agenda política específica para as mulheres negras, para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, ou seja, uma agenda comprometida com a garantia da igualdade racial e de gênero e de reconhecimento da diferença, em consequência, assegurando os direitos humanos e fundamentais.

O papel dos movimentos sociais das negras e dos negros e, em especial, os Conselhos de Direitos de Igualdade Racial e de Direitos das Mulheres em âmbito local é crucial para colocar o problema do racismo e do sexismo na agenda pública.

Definidos os problemas, procede-se a ‘formulação da política’, a qual constitui-se na fase onde “[...] os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26).

De acordo com Subiratis *et al.* (2008, p. 44), esta fase acarreta estabelecer objetivos, instrumentos e processos, como mecanismo e filtro de ajuste, que devem ser implementados para solucionar o problema em questão.

A implementação se concretiza a partir do que foi formulado na etapa anterior. Essa fase é compreendida como um conjunto de ações, regras, métodos, estratégias adotadas, para fazer uma política pública sair do papel e ser efetivada, ou seja, é a conversão das intenções em ações (LIMA, 2015; VIANA, 1996).

E, a quinta e última fase, a avaliação – conjunto de ações empreendidas para avaliar o sucesso ou a falha da política pública colocada em prática na sociedade. Segunda Raeder (2014, p. 135), a fase de avaliação pode ocorrer em três diferentes etapas da implementação da política: antes, durante ou depois.

A avaliação pode ser fundamentada por diagnósticos que averiguem “[...] os impactos das ações empreendidas, fornecendo aos executores das ações recursos informacionais preciosos para formação de quadros ou ajustes de rotas nos projetos” (RAEDER, 2014, p. 135).

Assim, após análise das várias definições e modelos existentes sobre políticas públicas, Souza (2007, p. 80) extrai, as seguintes peculiaridades tidas como principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada nos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos a curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.
- Estudos sobre política pública propriamente dita focalizam processos, atores e a construção de regras, distinguindo-se dos estudos sobre política social, cujo foco está nas consequências e nos resultados da política.

Logo, as políticas públicas visam responder a demandas, especialmente dos setores desassistidos da sociedade, considerados como vulneráveis. Objetivam ampliar e concretizar direitos de cidadania, conquistados nas mobilizações e lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. As ações são instituídas por aqueles que estão no poder, mas instigada por uma agenda que se concebe na sociedade civil por meio da pressão e mobilização social.

À vista disso, destaca-se o papel dos Conselhos de Direitos, os quais têm contribuído para o fortalecimento da gestão de políticas públicas em âmbito local, reduzindo as distâncias entre representantes e representadas(os) e constituindo-se como ferramenta importante na concepção de democracia.

Ainda, do mesmo modo que os conselhos, as políticas públicas não devem ser enxergadas somente como visões estreitas ou fracionadas, mas compreendidas também como programas que se interligam com todas as questões relacionadas a sociedade (COSTA; PORTO, 2012). Assim, surge a importância do princípio da intersetorialidade e da transversalidade das políticas públicas, e nesse estudo, sob uma perspectiva de gênero e raça.

Entretanto, estamos vivendo um momento de crise nas políticas públicas que foram construídas em décadas recentes. Grupos de religiosos e de políticos que se intitulam como conservadores e defensores da família, se mobilizam e investem abertamente contra a agenda feminista atuando nos espaços institucionais em defesa da criminalização de mulheres, em virtude das políticas do direito ao aborto e sexualidade, bem como contra as organizações feministas, para restrição do debate sobre gênero (BIROLI, 2018).

Contudo, o embate é com uma sociedade em transformação,

[...] os movimentos feministas, LGBT e antirracistas têm sido capazes de impor suas pautas ao debate público, ampliando as controvérsias onde antes predominavam o silêncio e naturalização. Desse modo, põe em xeque visões arraigadas e privilégios (BIROLI, 2018, p. 205).

No próximo capítulo, serão analisadas as atas das reuniões do Conselho Municipal de Igualdade Racial - COMPIRC e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, ambos de Criciúma/SC, correspondente ao período entre 2017 e 2019, no que se refere ao processo de planejamento de políticas públicas para o enfrentamento do racismo e do sexismo, à luz do direito a igualdade racial e de gênero consagrada pela CRFB/1988.

4 AS DELIBERAÇÕES DOS CONSELHOS DE IGUALDADE RACIAL E DA MULHER NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA NO PERÍODO 2017-2019 A PARTIR DAS GARANTIAS DE DIREITOS HUMANOS NA INTERSECÇÃO DE RAÇA E GÊNERO

Como vimos no capítulo anterior, uma das transformações das democracias contemporâneas relaciona-se ao fenômeno da ampliação da participação, para além do modelo eleitoral.

Instituições como os Conselhos de Direitos de Políticas Públicas são o resultado das demandas e reivindicações de diversos segmentos políticos e sociais (movimentos sociais, associações civis, ONGs), que se organizaram e lutaram, durante os anos da redemocratização, pela concretização e institucionalização de novos espaços e mecanismos de participação, voltados à formulação, controle e avaliação das políticas públicas para melhores condições sociais de vida, cidadania, identidade de raça, etnia, gênero, etc.

Assim, os Conselhos de Direitos em âmbito municipal obtêm uma importância essencial, tanto pela sua potencialidade, enquanto mecanismo de controle público, quanto pela sua função de constituir um novo modelo de gestão das políticas adequadas a realidade local, reduzindo as distâncias entre representantes e representadas(os) e constituindo-se como ferramenta importante na concepção de democracia.

Diante dessas considerações, este capítulo tem como objetivo analisar se os direitos das mulheres negras, tomando como referência empírica a atuação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIRC e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de Criciúma, bem como suas atuações conjuntas, estão sendo cumpridos/pensados à luz da garantia da igualdade racial e de gênero, a partir do planejamento de políticas públicas no enfrentamento ao racismo e sexismo. Para o presente estudo, foi realizado um recorte cronológico que abrangeu o período entre os anos 2017 e 2019.

Assim, para atingir este objetivo, este capítulo está estruturado em três partes. A primeira, visa situar e contextualizar o município de Criciúma, a partir de uma abordagem histórica e de suas particularidades (localização, população, municípios limítrofes, índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM, entre outras). Após apresentar-se-á as atribuições, competências e demais peculiaridades do COMPIRC e CMDM, ambos de Criciúma, a partir de suas leis de criação e regimentos internos.

Na sequência, apresentar-se-á a metodologia empregada, que abrangeu a técnica de pesquisa de caráter qualitativo, baseada em análise de conteúdo documental e descritiva a partir da interpretação da pesquisadora, apoiada nos dados disponíveis nas atas de deliberações dos dois Conselhos de Direitos – COMPIRC e CMDM – de Criciúma, no período compreendido entre 2017 e 2019; como também, nos marcadores definidos (mulheres negras; racismo; sexismo; e, políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo) como norte/direção para a pesquisa.

Como método de análise foram escolhidas três categorias: a correspondência, a intersetorialidade e a transversalidade - utilizadas como instrumentos para compreender como ou de que forma ambos os Conselhos orientam a construção de políticas públicas para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo.

E, na terceira e última parte, o diagnóstico e conclusão da análise das atas de deliberação do COMPIRC e CMDM do município de Criciúma, referente ao período estabelecido, com o propósito de averiguar se o que dialogamos nos capítulos 1 e 2 possuem uma aplicação prática, no sentido de constatar se as mulheres negras enquanto sujeitos políticos possuem ou não visibilidade nas decisões e ações desses dois conselhos. Igualmente verificar se essas decisões convergem entre si e, se positivo, quais orientações sobre as políticas públicas possuem em comum para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, à luz da garantia da igualdade racial e de gênero.

4.1 SITUANDO O MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

Criciúma é um município brasileiro localizado no litoral, na região sul do Estado de Santa Catarina, distante 221km da capital Florianópolis, com uma área de 250,33 km². Tem como municípios limítrofes: Araranguá, Maracajá, Forquilha, Nova Veneza, Siderópolis, Cocal do Sul, Morro da Fumaça e Içara (CRICIÚMA, 2020a).

A história oficial narra que a ocupação geográfica de Criciúma deu-se no ciclo da imigração europeia em 06 de janeiro de 1880, com a chegada das primeiras famílias de imigrantes italianas, procedentes das regiões de Veneza (Beluno e Treviso), que se estabeleceram, construindo casas e cultivando a terra, entre outras culturas (VOLPATO, 1984).

Mais tarde, vieram as primeiras famílias de poloneses de 1890, seguidas de imigrantes portugueses, de 1905; os africanos, de 1905 a 1912; os alemães, de 1912; os espanhóis, de 1914 e os árabes, de 1922, que juntos com os italianos, da colonização do primeiro momento, contribuíram para o desenvolvimento do município e constituíram as sete etnias da população criciunense (NASPOLINI FILHO, 2000; PHILOMENA, 2005; VOLPATO, 1984).

O município de Criciúma, em razão do processo de escravidão no Brasil por mais de 3 séculos onde milhares de africanos foram sequestrados da África e após a abolição permaneceram no Brasil para viver de forma livre, também recebeu famílias negras que se estabeleceram e também contribuíram para o seu crescimento e desenvolvimento a partir da sua participação na exploração econômica do carvão e na construção da ferrovia Dona Tereza Cristina, antes rede Ferroviária Federal e depois privatizada no governo Fernando Henrique Cardoso. (NASPOLINI FILHO, 2000). Contudo, em muitas narrativas históricas ocorre a sua invisibilidade.

Em Santa Catarina a escravidão negra ocorreu em cinco municípios: São Francisco do Sul, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), Laguna, Araranguá e Lages. O primeiro grupo veio com os vicentistas das Ilhas dos Açores e da Madeira na metade do século XVIII (CÂMARA, 2020b).

A presença do negro no sul de Santa Catarina é decorrente de um processo de escravidão ou de movimentos migratórios, sobretudo, no período pós-Guerra do Paraguai⁴⁰. A migração dos negros, após abolição da escravatura, ocorreu em função da tentativa de melhores condições de vida, conquista de terras cultiváveis e, após, com a descoberta do carvão, o trabalho de extração nas minas (CÂMARA, 2020b).

Neste momento, faz-se um parêntese para rememorar (conforme já apontado no item 2.2 do capítulo 1), que nesse período de imigração muitos países europeus passavam por dificuldades econômicas e crises sociais, em especial, a Itália. E, o Brasil, com o pós-abolição em 1888, e com o intuito de tornar-se numa nação moderna e independente a exemplo das nações europeias, com a noção incorreta de que as sociedades mestiças prejudicavam o progresso e o desenvolvimento econômico e social, investiu políticas concretas de incentivo à imigração de europeus para o país, com o fim de branquear a população (LIMA, 2015).

⁴⁰ “Ex-combatentes da guerra do Paraguai, em vez de retornar à Bahia, fixaram-se em Içara, na localidade de Urussanga Velha, onde trabalharam na lavoura, na construção da estrada de ferro e no carvão” (CÂMARA, 2020b).

Logo a população negra que possuía a técnica da mão de obra foi relegada a segundo plano na sociedade brasileira, entregues à própria sorte. Não houve qualquer preocupação com a inserção social das negras e dos negros libertos na sociedade brasileira. Essa postura, concorreu ainda mais para ampliar as desigualdades sociais e o racismo no Brasil (LIMA, 2015).

Neste início e durante os 30 anos seguintes do município de Criciúma, a atividade econômica preponderante para a subsistência da população era a agricultura, mas com a descoberta de jazidas de carvão mineral teve início a sua exploração, contribuindo para o desenvolvimento da região e capacidade de alterar a história social, política e econômica (VOLPATO, 1984).

A história carbonífera inicia-se por volta de 1910, a partir da construção da estruturação da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, provocando a migração de muitos trabalhadores para a região como, trabalhadores de grupos étnicos como os negros em busca de trabalho que, após a conclusão da estrada, passaram a ser os primeiros trabalhadores⁴¹ das minas de carvão, em companhia com os colonos que deixaram a agricultura pelo trabalho na mineração (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002; GOULARTI FILHO, 2001; VOLPATO, 2001).

Os primeiros negros “[...] trabalharam abrindo picadas para a construção da estrada de ferro, no meio do mato, dormindo em barracos de lonas. Nas minas faziam parte da linha de frente, colocando dinamite e preparando os estopins” (CRICIÚMA, 2020b).

Igualmente, em todas as minas deste período a força de trabalho feminino, seja de mulheres negras seja de mulheres brancas, se fazia presente; não só nas minas, mas também em outros ramos industriais e comerciais existentes, além dos serviços tradicionais do lar. Contudo, na história oficial do município, há uma completa invisibilidade destas mulheres (CAROLA, 1997; PHILOMENA, 2005).

Segundo Carola (1997, p. 26), as mulheres também exerceram um grande papel enquanto trabalhadoras na indústria carbonífera,

[...] nas minas as funções das trabalhadoras estavam formalmente limitadas a tarefas condizentes com a suposta “natureza feminina”, embora no cotidiano do trabalho nem sempre fossem cumpridas as formalidades. Neste tempo, a maioria das minas não eram mecanizadas, sendo os trabalhos realizados apenas com auxílio de instrumentos rudimentares, tais como pás e picaretas. A principal

⁴¹ “Os pioneiros foram Manioel Estevão e sua esposa, Joventina Lima, que fornecia aulas gratuitamente” (CRICIÚMA, 2020b).

atividade feminina nas minas era a seleção ou escolha manual do carvão, daí serem conhecidas popularmente como “escolhedeiras” ou “catadoras” de carvão.

“Do ponto de vista das famílias mineiras, o trabalho das mulheres nas minas tinha um papel importante no orçamento doméstico e, em alguns casos, era fundamental e único, embora fosse sempre considerado complementar” (CAROLA, 1997, p. 58). O trabalho das mulheres era lucrativo para os proprietários das minas, devido a mão de obra de valor mais baixo (VOLPATO, 1984).

Assim, “[...] muito longe da propagada docilidade e submissão feminina, as trabalhadoras das minas de Criciúma e região jogavam por terra todos os estereótipos de sua suposta fragilidade” (CAROLA, 2002, p. 73).

“A ideia de que as mulheres começaram a trabalhar fora do espaço doméstico apenas recentemente não encontra respaldo na história vivida, e sim na história escrita, pois esta é escrita no masculino” (CAROLA, 2002, p. 9).

Portanto, as mulheres, em especial, as negras sempre estiveram presentes, contudo, foram invisibilizadas na narrativa histórica oficial e, igualmente, não consideradas na história de Criciúma, fruto de um sistema escravocrata, do machismo e do patriarcado estabelecido na sociedade. Como já salientado, sempre houveram mulheres e mulheres negras que resistiram e fizeram crescer o coro de suas vozes na política, na cultura e na vida social.

À vista disso, deve-se corrigir a afirmação de que o desenvolvimento e crescimento do município de Criciúma deu-se por europeus, para a afirmação de que se deu por europeus e pela exploração da mão de obra dos negros, agora trabalhadores livres (NASPOLINI FILHO, 2000).

Ainda, afirma-se, antes da chegada dos imigrantes europeus, já existia em Criciúma a ocupação por índios das tribos dos Jês e Tupis-Guaranis (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002, p. 21).

Criciúma era distrito criado com a denominação de Cresciúma, pela Lei Estadual nº 48, de 02/09/1892 e subordinado ao município de Araranguá. Posteriormente, elevado à categoria de município com a denominação de Cresciúma, pela Lei Estadual nº 1.516, de 04/11/1925. E, em 30/12/1948 com a Lei Estadual nº 247, o município passou a denominar-se Criciúma (CRICIÚMA, 2020a; IBGE, 2020a).

O município recebeu esta denominação por existir na região, na época da colonização, uma espécie de planta em grande quantidade às margens do rio de

mesmo nome, “Cresciúma”. De procedência indígena, o nome “Cresciúma”, significa “taquara pequena”, uma vara lisa e delicada (CRICIÚMA, 2020a; PHILOMENA, 2005).

Apesar de o nome da cidade estar relacionado a uma planta, o símbolo de Criciúma é o mineiro, o “homem do carvão”, representando

[...] a força simbólica e histórica de Criciúma, este grupo social de trabalhadores se confunde com a história da cidade. Se, de um ponto de vista econômico e empresarial, não se pode pensar Criciúma sem a indústria do carvão, de um ponto de vista ideológico e cultural não há maneira de se pensar Criciúma sem identificar aquele que foi seu grupo social mais destacado: os mineiros (TEIXEIRA, 1996, p. 33).

Com a implantação total da ferrovia Dona Tereza Cristina, em 1919, a atividade carbonífera deu grande impulso à economia do sul do Estado, possibilitando o desenvolvimento econômico de Criciúma e destacando-a no cenário nacional como a “capital do carvão” (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002; GOULARTI FILHO, 2001).

A exploração do carvão na cidade de Criciúma contribuiu para a diversificação de setores empresariais que, por sua vez, justificam para um importante aumento demográfico da Região Sul catarinense, completando o encadeamento socioeconômico de repercussão nacional (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002).

À vista disso, a história da produção mineral em Criciúma se mistura com a história do Brasil. A extração de carvão colaborou com o desenvolvimento econômico de Criciúma, porém, à época impôs consequências danosas a saúde dos trabalhadores nas minas e, hoje, graves problemas socioambientais de toda ordem são vivenciados pela população local, assim como o comprometimento dos elementos bióticos e abióticos do ambiente, interferindo na qualidade de vida das pessoas em geral (PAGANINI, 2016; GONÇALVES; MENDONÇA, 2007).

Ao longo do tempo o município passou a identificar-se como a cidade das etnias, muito por conta dos aspectos negativos e degradantes ao meio ambiente que a exploração do carvão provocava (RODRIGUES JÚNIOR, 2018).

E, assim, entre tantas festas populares que acontecem no Sul, uma das mais conhecida que acontece em Criciúma é a Festa das Etnias, a qual reúne todas as tradições étnicas da região, africana, italiana, alemã, polonesa, portuguesa, árabe e espanhola, e tem como principal objetivo promover as manifestações culturais e integrar os colonizadores da região, repassando assim sua história cultural (IBGE, 2020b).

Atualmente, Criciúma é o maior município do Sul Catarinense, tanto no âmbito econômico como no populacional. A Cidade se destaca por ser pólo nos setores da indústria química, indústria de plástico, metal-mecânica, cerâmica, confecção, colorifícios e extração mineral (CÂMARA, 2020c). É a cidade sede da Região Metropolitana Carbonífera, integrante, juntamente com outros 11 municípios, a microrregião da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC⁴² (AMREC, 2015).

Criciúma é a 5ª cidade mais populosa de Santa Catarina, atrás de Joinville, Florianópolis, Blumenau e São José. Conta com uma população estimada em 215.186 habitantes em 2019, número que vem crescendo se contrastado ao último censo de 2010, o qual indicava uma população de 192.308 habitantes, sendo 97.701 o total da população feminina (50,8%) (IBGE, 2020b).

Referente a população por cor ou raça, o censo de 2010 informa que Criciúma possui uma população negra de 25.503 habitantes (13,26%), sendo 12.622 mulheres negras (IBGE, 2020c).

Tabela 1 – População negra dos municípios da região

População negra dos Municípios – IBGE 2010 https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil PESQUISAS – POPULAÇÃO – CENSO DEMOGRÁFICO – DEMOGRÁFICO 2010 – UNIVERSO – CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E DOS DOMICÍLIOS – COR OU RAÇA – POPULAÇÃO RESIDENTE (TABELA 3175)						
Município	População Total	População Parda	População Preta	População Negra	População Negra (%)	População negra do sexo feminino
Balneário Rincão	Estimativa 2017 12.403	-	-	-		-
Braço do Norte	29.018	1.917	898	2.815	9,7	1.367
Capivari de Baixo	21.674	2.193	1.823	4.016	18,5	2.067
Criciúma	192.308	13.861	11.642	25.503	13,26	12.622
Forquilha	22.548	1.806	492	2.298	10,10	1.039
Içara	58.833	2.767	1.914	4.681	7,9	2.218
Imbituba	40.170	1.717	1.288	3.005	7,4	1.425
Laguna	51.562	3.370	2.125	5.495	10,6	2.708
Siderópolis	12.998	1.136	876	2.012	15,4	983
Tubarão	97.235	4.680	4.067	8.747	8,9	10.851
Urussanga	20.223	519	395	914	4,5	433

Fonte – Tabela elaborada para a Conferência Macrorregional de Promoção da Igualdade Racial – Etapa Criciúma, com base no censo demográfico de 2010 do IBGE, fornecida pela COPIRC.

⁴² Fundada em 25 de abril de 1983 e atualmente é composta pelos municípios de Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH)⁴³ de Criciúma, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, tendo como base o ano de 2010, é de 0,788, situando-o na faixa de desenvolvimento humano alto, ocupando a 76ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. O eixo que mais contribuiu para o IDHM da cidade de Criciúma é a longevidade, com índice de 0,846, seguida de renda, com índice de 0,786, e da educação, com índice de 0,737 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2020).

Considerando o eixo Trabalho e Rendimento, Criciúma em 2017 possuía uma população ocupada de 36,5% e com um salário médio de 2,6 salário mínimos. Confrontando com outros municípios de Santa Catarina, Criciúma ocupa a posição 54 e 25 de 295, respectivamente; e, em relação com municípios de todo o país sua posição é 247 e 421 de 5570, respectivamente (IBGE, 2020b).

Já quando comparado nos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Criciúma possui 26,2% da população nessas condições, ocupando o lugar 178 de 295 dentre as cidades do estado e o lugar 5225 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2020b).

Como vimos, a população feminina negra no Brasil continua sendo a mais vulnerável às desigualdades sociais, situadas em último lugar na base da pirâmide social, recebendo os menores salários, conforme pesquisa realizada pelo IPEA. Toda essa desigualdade é resultado dos danos causados por séculos de exploração, preconceitos e discriminações.

À vista disso, ressalta-se a importância de políticas públicas reparadoras que atuem como soluções e remédios sobre as experiências e necessidades específicas para as mulheres negras, garantindo acesso aos bens, serviços e riquezas da sociedade.

Assim, destaca-se a institucionalização dos Conselhos de Direitos de Políticas Públicas em âmbito local, como exemplo democrático participativo ao realizar o encontro entre Estado e Sociedade Civil e apresentam-se como uma alternativa qualificada, por meio de uma comunicação real e efetiva, voltados à formulação, controle e avaliação das políticas públicas para melhores condições sociais de vida, cidadania, identidade de raça, etnia, gênero, etc. É obrigação e responsabilidade do

⁴³ O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador que vai de zero a um. Quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano. O índice mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação (PNUD, 2020).

Governo local em parceria com os Conselhos de Direitos Municipais, oportunizar e executar um conjunto de políticas públicas para o enfrentamento ao racismo e sexismo.

Nesse sentido, passa-se a apresentação dos Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial – COMPIRC e dos Direitos da Mulher - CMDM de Criciúma, considerando suas leis de criação e regimentos internos, atribuições, competências e demais peculiaridades.

4.1.1 O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma – COMPIRC

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma – COMPIRC foi criado pela Lei orgânica específica nº 6.494 de 02 de outubro de 2014, responsável por elencar sua finalidade, composição e atribuições (CRICIÚMA, 2014).

De acordo com a lei de criação, o COMPIRC é de natureza permanente, é um órgão colegiado, vinculado ao Poder Executivo, de composição paritária entre o governo e sociedade civil, possui caráter fiscalizador no âmbito da sua competência, propositivo e consultivo nos demais casos. Em âmbito municipal é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e assessorado pela Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial – COPIRC (CRICIÚMA, 2014).

O COMPIRC está localizado junto à Prefeitura e possui como finalidade principal, atuar na promoção, formulação e controle na articulação de políticas públicas de interesse para a promoção da Igualdade Racial de Criciúma, “[...] nas estratégias e inserção social e garantia de direitos, garantido que os serviços/entidades prestem assistência e atendimento especializado nos casos de discriminação” (CRICIÚMA, 2018c, p. 6). Tal como, promover a garantia de igualdade, inserção social, econômica e político-cultural em toda a sua abrangência para a população negra criciumense (CRICIÚMA, 2018c).

São atribuições do COMPIRC constantes na sua lei de criação:

- I – promover políticas públicas que contemplem a igualdade racial, com ênfase na população negra e em outros segmentos raciais e étnicos do Município, ampliando o controle social sobre as referidas políticas;
- II - propor e acompanhar, em parceria com a COPIRC a organização da Conferência Municipal de Promoção de Igualdade Racial;

III - zelar pela diversidade cultural da população do município, especialmente pela preservação e manutenção da memória e das tradições africanas e afro-brasileiras, ciganas, quilombolas e outras etnias construtivas da formação histórico e social do povo criciumense;

IV – estimular e promover o desenvolvimento de programas educativos e pedagógicos, estudos, pesquisas e eventos para a conscientização da igualdade racial com as secretarias afins. Assim como as entidades dos movimentos sociais que trabalhem e atuem na demanda das ações afirmativas;

V - formular diretrizes e promover, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Criciúma, atividades que visem ao fortalecimento e disseminação dos direitos das comunidades historicamente discriminadas por motivações étnicas, eliminando discriminações que as atinjam, inserindo plenamente tais comunidades na vida socioeconômica e político-cultural do município;

VI - assessorar o Poder Executivo Municipal, emitindo pareceres, acompanhando a elaboração e execução de programas de Governo nos âmbitos, federal, estadual e municipal, em questões relativas à comunidade negra e demais comunidades discriminadas por questões étnicas, com o objetivo de defender seus direitos e interesses;

VII - receber orientações, solicitações e sugestões oriundas das entidades representativas da comunidade negra e demais comunidades discriminadas por questões étnicas que compõem a cidade de Criciúma;

VIII - fomentar, assessorar e publicar estudos, debates e pesquisas relativas à problemática da comunidade negra e demais comunidades discriminadas por questões étnicas;

IX - fiscalizar e tomar as providências para o cumprimento da legislação favorável aos direitos da comunidade negra e demais comunidades discriminadas por questões étnicas;

X - fomentar, estimular e apoiar projetos que promovam a participação da comunidade negra em todos os setores de políticas públicas;

XI - estudar os problemas, receber sugestões da sociedade, opinar e oferecer encaminhamentos às denúncias recebidas;

XII - apoiar as realizações de projetos e programas, atividades e eventos concernentes à comunidade negra e demais comunidades discriminadas por questões étnicas, articulando o intercâmbio com organizações nacionais e internacionais, afins ou não;

XIII - fomentar e assessorar junto às secretarias de educação, saúde, assistência social, meio ambiente, cultura e esporte; às organizações sociais e classistas e aos demais setores de políticas públicas, debates e estudos para a conscientização da comunidade criciumense acerca das questões de racismo, preconceito e discriminação;

XIV - fazer-se representar, à medida que a plenária julgar necessário, em qualquer órgão ou fórum, que promovam a discussão de políticas públicas e/ou sociais de caráter geral;

XV – promover intercâmbios e debates, firmar protocolos e outros ajustes junto à iniciativa privada nacional e internacional, à administração direta e indireta, estadual, municipal e federal, e junto às empresas de capital misto de todos os níveis de administração no país, com a finalidade de obter apoio à realização de projetos/atividades de sua autoria e/ou da COPIRC, como também, de contribuir com a implementação de programas e/ou projetos de ações afirmativas para a comunidade negra de Criciúma;

XVI - elaborar, aprovar, modificar ou revogar o seu Regimento Interno;

XVII - apoiar fomentar o trabalho das entidades que tenham interesse com concorrer em editais públicos que visem o financiamento de projetos sociais em prol da comunidade negra de Criciúma;

XVIII - divulgar o Conselho e sua atuação na sociedade através dos meios de comunicação;

XIX - promover e apoiar eventos, com o objetivo de valorizar as diversas culturas (indígenas, africana, árabe, cigana, judaica, etc);

XX - articular a criação e acompanhar o funcionamento de Fóruns e Comitês que tratem sobre temas pertinentes à promoção da igualdade racial nos mais diversos espaços coletivos de debates, em especial o Comitê de Saúde da População Negra, o Fórum de Educação Étnico-racial, e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M);

XXI - em parceria com a Secretaria de Assistência Social e a COPIRC acolher e orientar, em suas necessidades, os grupos da população negra instalados na cidade de Criciúma (CRICIÚMA, 2014).

O Regimento Interno acrescenta mais três atribuições, quais sejam:

[...] XXII - criar, coordenar e supervisionar Comissões Intersetoriais e outras que julgar necessárias, inclusive Grupos de Trabalho, integradas pelas secretarias e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil;

XXIII - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Câmara de Vereadores e mídia, bem como com setores relevantes não representados no Conselho;

XXIV - articular-se com outros conselhos com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento do sistema de participação e Controle Social [...] (CRICIÚMA, 2018c, p. 7).

Observa-se, assim, que são competências amplas, de cunho propositivo, fiscalizador, orientador na luta por direitos à igualdade de raça para a população negra.

O Conselho conta com a representação do Poder Executivo e com a representação de entidades não governamentais de âmbito local de atendimento e fortalecimento aos direitos à igualdade racial.

Sua composição possui 10 representantes titulares do Poder Executivo e respectivos suplentes e 10 representantes titulares de entidades da sociedade civil organizada e respectivos suplentes, nomeados pelo chefe do poder executivo, totalizando 20 membros, com mandato de 02 anos, com a possibilidade de recondução por igual período (CRICIÚMA, 2014).

Verifica-se a seguinte composição: 1) Representantes do governo: a) um representante do Gabinete do Prefeito; b) um representante da Procuradoria Geral do Município; c) um representante da Secretaria Municipal de Educação; d) um representante da Secretaria Municipal de Saúde; e) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social; f) um representante da Fundação Municipal de Esportes; g) um representante da Polícia Militar; h) um representante da Diretoria de Trânsito e Transporte; i) um representante do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) e, j) um representante da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma – COPIRC; e, 2) Representantes da sociedade civil: a) um representante

da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Criciúma; b) dois representantes da Diversidade Religiosa em Criciúma; c) um representante da União das Associações de Bairros de Criciúma - UABC; d) um representante de grupos de Dança Afro; e) um representante de movimentos sociopolíticos Afro; f) dois representantes da Entidade Negra; g) um representante Sindical; h) um representante das instituições em educação no ensino privado; com mandato de dois anos, permitida sua recondução por igual período de dois anos (CRICIÚMA, 2014).

Deverá ser respeitada a alternância do mandato entre entidade governamental e não governamental nos cargos de Presidente e vice-presidente (CRICIÚMA, 2018c).

Os representantes da sociedade civil devem estar legalmente organizados em instituições, organizações não-governamentais, associações legalmente constituídas, que desenvolvam trabalhos no município de Criciúma guiados à promoção da igualdade racial (CRICIÚMA, 2014).

A lei de criação exige que para a designação e nomeação de conselheiros representantes da sociedade civil, sejam pessoas de comprovada atuação na promoção da igualdade racial que, após indicado pela entidade ou associação inscrita e eleitos na forma de convocação editalícia, por meio de fóruns próprios, serão nomeados pelo chefe do poder executivo do município (CRICIÚMA, 2014).

Verifica-se, de acordo com o Regimento Interno, que a representação por entidades ou organizações sociais está baseada em critérios de conhecimento, envolvimento e vinculação com a área temática do conselho.

Os conselheiros não podem ser remunerados, portanto, são voluntários, devido justamente ao espaço de interesse público que ocuparão e, portanto, serão consideradas como serviço público relevante (CRICIÚMA, 2014). À vista disto, os conselheiros devem ter consciência da relevância da obrigação e da responsabilidade que possuem, tanto pela busca do comprometimento da sociedade junto à gestão pública, quanto pela defesa dos direitos à igualdade racial para seus usuários.

Sua estrutura está dividida em Secretaria Executiva, formada por presidente, vice-presidente e secretário devidamente eleitos e Plenária, órgão de deliberação plena e conclusiva.

Quanto à periodicidade das reuniões, o COMPIRC deve-se reunir ordinariamente 12 (doze) vezes por ano e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou em decorrência de requerimento da maioria absoluta dos seus

membros (CRICIÚMA, 2018c). As reuniões ocorriam nas instalações do executivo municipal.

As deliberações do COMPIRC, após estabelecido o quórum, serão tomadas pela maioria simples de seus membros, e importarão em,

- I – Resoluções, sempre que se reportarem a responsabilidades legais do Conselho;
- II – Recomendações sobre tema ou assunto específico que não é habitualmente de sua responsabilidade direta, mas é relevante e/ou necessário, dirigida a ator ou atores institucionais de quem se espera ou se pede determinada conduta ou providência;
- III – Moções que expressem o juízo do Conselho, sobre fatos ou situações, com o propósito de manifestar reconhecimento, apoio, crítica ou oposição (CRICIÚMA, 2018c, p. 9).

Portanto, o COMPIRC tem o dever de propiciar a instrumentalidade e materialização da participação popular aliada a representação do poder político com os diferentes grupos representantes da sociedade civil; bem como a responsabilidade em formular, promover, controlar e orientar a execução de políticas públicas de proteção dos direitos da população negra, eliminando discriminações e visando a inserção na vida socioeconômica, política e cultural.

4.1.2 O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Criciúma – CMDM

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Criciúma – CMDM foi fundado na década de 1997 pelo Poder Executivo municipal pela Lei orgânica específica nº 3.409/1997, a qual foi revogada pela Lei de reestruturação n. 6.838 de 19 de dezembro de 2016, responsável por elencar sua finalidade, composição, competências e seu funcionamento (CRICIÚMA, 2016).

O CMDM de Criciúma está localizado junto à Prefeitura, é órgão autônomo, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de natureza permanente, com competência deliberativa, consultiva, fiscalizadora da política pública sob a ótica de gênero, com perspectiva transversal nas diversas instituições da administração pública do Município de Criciúma (CRICIÚMA, 2016).

Possui como uma das suas importantes atribuições acompanhar e monitorar políticas públicas com enfoque na perspectiva de gênero, de modo a assegurar a liberdade e igualdade de oportunidades e direitos entre os homens e as

mulheres, garantido à população feminina o pleno exercício de sua cidadania (CRICIÚMA, 2018d).

Observa-se, que o CMDM em sua lei de reestruturação se denomina como órgão deliberativo em matérias que se refiram aos direitos das mulheres, com autonomia administrativa e financeira.

O CMDM possui as seguintes atribuições:

- I - Promover a cidadania feminina e a equidade nas relações sociais de gênero, prestando assessoria aos órgãos do poder público, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração de programas e projetos desenvolvidos pelo Poder Público nessa área;
- II - Contribuir para o fortalecimento da população feminina por intermédio de ações voltadas para a capacitação das mulheres;
- III - Promover a articulação e a integração dos programas de governo, nas diversas áreas da Administração Pública Direta e Indireta, no que concerne às políticas públicas pela igualdade de direito e oportunidade entre mulheres e homens;
- IV - Monitorar e propor políticas públicas comprometidas com a superação do preconceito e desigualdade de gênero, desenvolvendo ações integradas e articuladas com o conjunto das instituições governamentais e não - governamentais;
- V - Acompanhar e fiscalizar a legislação em vigor, exigindo seu cumprimento, no que se refere aos direitos assegurados às mulheres;
- VI - Acompanhar e divulgar os trâmites dos projetos de lei que dizem respeito à condição da mulher na esfera do Congresso Nacional, da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal;
- VII - Indicar medidas normativas que proíbam a discriminação contra a mulher;
- VIII - Propor a adoção de medidas normativas para modificar ou derogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra as mulheres;
- IX - Promover intercâmbio e firmar protocolos com organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, com a finalidade de implementar o plano de ação do CMDMC;
- X - Elaborar o Regimento Interno do CMDM;
- XI - Fazer divulgar, por intermédio do Diário Oficial do Município de Criciúma, o planejamento anual do CMDM e as alterações do Regimento Interno;
- XII - Promover campanha de conscientização da opinião pública acerca das conquistas constitucionais que equiparam homens e mulheres em deveres e direitos nos termos do art. 5º, inciso I, da CRFB, bem como, possíveis novas alterações que surgirem em consonância desse texto constitucional;
- XIII - Manter relação permanente com o Movimento de Mulheres, apoiando o desenvolvimento de atividades dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades;
- XIV - Propor e fiscalizar diretrizes gerais ao plano municipal de ações voltadas para promoção dos direitos da mulher;
- XV - Monitorar a execução do Plano Municipal de Política para as Mulheres de que trata o inciso XIV;
- XVI - Fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegure os direitos da mulher;
- XVII - Receber denúncias relativas às discriminações e violências contra a mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes exigindo providências efetivas;
- XVIII - Praticar os demais atos necessários que oficialmente lhe forem atribuídos (CRICIÚMA, 2016).

De composição paritária, o CMDM conta com a representação do Poder Executivo e com a representação de entidades não governamentais de âmbito local, integrado por 20 (vinte) Conselheiras titulares e suas respectivas suplentes, assim dispostas:

10 (dez) conselheiras representantes do poder público das seguintes áreas:

I – uma representante do Gabinete do Prefeito; II – duas representantes, de setores distintos da Secretaria Municipal de Assistência Social; III – uma representante da Secretaria Municipal de Educação; IV – duas representantes, de setores distintos da Secretaria Municipal de Saúde; V – uma representante da Procuradoria Geral do Município; VI – uma representante da Delegacia da Mulher; VII – uma representante de órgão público que disponha sobre a promoção de Igualdade Racial; VIII – uma representante do Conselho Tutelar (CRICIÚMA, 2016); e,

10 (dez) conselheiras titulares representantes da sociedade civil: I – uma representante da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil da subseção de Criciúma; II – uma representante da ACIC – Associação Empresarial de Criciúma, vinculado à Câmara da Mulher Empresária de Criciúma; III – três representantes, distintos/as, de organizações não governamentais que tenham como finalidade a discussão de políticas públicas voltadas às questões de gênero ou diversidade e que sejam comprometidas com a assistência e/ou promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens; IV – uma representante de entidades que representem interesses de pessoa com deficiência e/ou vitimados(as) em decorrência de atividade laboral; V – uma representante de sindicato de trabalhadores do setor público municipal de Criciúma; VI – uma representante de sindicato das trabalhadoras rurais do município de Criciúma; VII – uma representante de estabelecimento de ensino superior que possua grupo de estudo com linha de pesquisa em discussões de gênero; VIII – uma representante do movimento negro organizado que aborde especificamente a temática do gênero (CRICIÚMA, 2016).

Todas as conselheiras são mulheres, escolhidas dentre os membros do órgão/entidade correspondente que contribuam de modo significativo em benefício dos direitos e interesses das mulheres, eleitas na forma da convocação do edital, por meio de fórum próprio, que após serão nomeadas pelo chefe do executivo, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período. Não serão remuneradas, mas consideradas como de serviço público relevante (CRICIÚMA, 2018d).

As entidades de representação da sociedade descritas nos itens III, IV, V e VIII, serão as seguintes: item III: União Brasileira de Mulheres – UBM, Movimento Mulher de Criciúma – MM e Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma – AFASC; item IV: Associação de Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI; item V: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma – SISERP; e item VIII: Movimento Organizado de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência (CRICIÚMA, 2016).

A representante do item VII (uma representante de estabelecimento de ensino superior que possua grupo de estudo com linha de pesquisa em discussões de gênero) deverá previamente se cadastrar no CMDM e indicar seus representantes conforme critérios a serem definidos pelo regimento interno (CRICIÚMA, 2018d).

De acordo com o art. 21 do Regimento Interno, é obrigatória a alternância de cargos em cada eleição, sendo sempre uma entidade diversa daquela que faz parte da composição, possibilitando assim, a participação de todas na Presidência como forma de empoderamento das mulheres (CRICIÚMA, 2018d).

As representantes da sociedade civil devem estar legalmente organizadas em instituições, organizações não-governamentais, associações legalmente constituídas, que desenvolvam trabalhos em Criciúma voltados aos direitos e interesses das mulheres (CRICIÚMA, 2016).

De acordo com o seu Regimento Interno poderá haver convidados a participar das reuniões do CMDM, com direito a voz e sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos, se da pauta constar temas de sua área de atuação (CRICIÚMA, 2018d).

O CMDM se estrutura por meio da Plenária, órgão máximo e soberano em suas decisões; e Diretoria, composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretária, Vice-Secretária, Secretária de Finanças e Vice-Secretária de Finanças; e, Comissões (CRICIÚMA, 2018d).

As Comissões são grupos de estudo, de caráter consultivo e de assessoramento a Plenária, formadas por tempo limitado e/ou permanente, designados a elaboração de propostas sobre temas específicos (CRICIÚMA, 2018d).

O CMDM, segundo o seu Regimento Interno, deve-se reunir ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando for necessário por convocação de sua Presidente ou por qualquer Conselheira. As decisões do Conselho, observado o

quórum estipulado, devem respeitar a maioria simples de seus membros e serão após transcritas (CRICIÚMA, 2018d). As reuniões eram realizadas nas dependências do executivo municipal.

Assim, percebe-se a potencialidade do CMDM para dialogar, discutir e decidir sobre as diretrizes das políticas públicas de defesa e garantia dos direitos das mulheres.

4.2 METODOLOGIA

Para verificar se os direitos das mulheres negras do município de Criciúma, na intersecção de raça e gênero, estão sendo planejados/pensados pelas políticas públicas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo, foram escolhidos para a pesquisa os Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial - COMPIRC e dos Direitos da Mulher - CMDM, tendo como instrumentos de análise as atas de deliberações do período compreendido entre 2017 e 2019.

A escolha desses dois Conselhos justifica-se, porquê de acordo com todo o referencial bibliográfico utilizado ao longo da dissertação percebe-se que as mulheres negras ainda são impedidas de acessar determinados espaços da sociedade. Verificou-se, a partir dos indicadores oficiais que as mulheres negras ainda não são ouvidas e nem reconhecidas nas suas especificidades como sujeito político identitário, e o resultado é a sua invisibilidade. Por isso a necessidade de se pensar/analisar como os referidos Conselhos planejam as questões das demandas das mulheres negras no município de Criciúma.

De acordo com as leis de criação e regimentos internos, ambos os Conselhos são potencialidades na instrumentalização e materialização da participação popular quando alia a representação do poder político com os diferentes grupos representantes da sociedade civil. Ambos os Conselhos possuem como finalidade precípua promover, formular e fiscalizar a execução de políticas públicas no município de Criciúma: o COMPIRC, de contemplar e assegurar a igualdade racial e o CMDM, de promover a defesa e garantia dos direitos das mulheres; portanto, possuem o dever a partir de suas peculiaridades de movimentar-se para a garantia dos direitos fundamentais à dignidade da pessoa humana.

A escolha de análise das atas deu-se por ser um documento de registro, um relatório minucioso das decisões das reuniões, rico em elementos discursivos e, portanto, relevantes fontes de pesquisa.

Tratando especificamente da ata, podemos assinalar que é um tipo de documento de suma importância para as organizações, tanto na administração pública quanto na área privada. É usado como um meio de comunicação altamente formal, cuja finalidade é relatar os assuntos mais relevantes tratados em uma reunião, assembleia ou convenção. Daí as suas várias espécies: ata de assembleia geral extraordinária, de assembleia geral ordinária etc. A ata é, portanto, um relatório —pormenorizado de tudo o que se passou em uma reunião, assembleia ou convenção (NASCIMENTO, 2012, p. 118).

Ainda, considera-se as atas importantes para a pesquisa, uma vez que a partir desse instrumental será possível verificar se as deliberações de ambos os Conselhos levam em conta o enfrentamento ao racismo e sexismo a partir do planejamento de políticas públicas para a garantia da igualdade racial e de gênero para as mulheres negras. Possibilitará também, verificar o que foi concretizado por ambos os Conselhos, se as decisões tomadas convergem entre si, ou somente ficam no discurso, sem maiores ações específicas ou objetivos concretos que promovam políticas públicas de defesa e garantia dos direitos das mulheres.

Portanto, as atas de ambos os conselhos, COMPIRC e CMDM, são documentos oficiais que se registram as decisões resultantes do que se discute e se debate nas reuniões, constituindo-se como instrumentos de análise considerado imprescindíveis e bastante completo aos objetivos deste estudo.

As atas foram solicitadas aos Presidentes de ambos os Conselhos por meio do e-mail oficial (conselhos2014@gmail.com), com fundamento no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações Públicas).

Foram solicitados também: relação dos membros que fizeram parte no período compreendido, assim como o Regimento Interno e o relatório final das Conferências de Direitos realizadas entre os anos de 2017 e 2019.

No requerimento encaminhado, via e-mail ao endereço acima citado, constou-se a justificativa desta pesquisadora de que referidos documentos são necessários para realização desta dissertação de Mestrado em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) sob orientação da Profª. Drª. Fernanda da Silva Lima, sob o tema do Direitos da Mulheres Negras.

Os arquivos das atas de deliberações e os Regimentos Internos foram fornecidos eletronicamente através do e-mail oficial, com exceção da ata de nº 1 de 2017 do CDMD que não pôde ser encaminhada, pois, conforme esclarecido pela secretária esta reunião realizou-se fora da coordenação e a ata não foi transcrita.

A secretária executiva de ambos os Conselhos informou ainda, que em dezembro de 2019 não houve reuniões em ambos os Conselhos e no tocante a relação dos membros do período estabelecido não seria possível fornecer, uma vez que contém informações dos seus documentos pessoais, bem como os relatórios de Conferências de Direitos do período estabelecido igualmente não foram enviados.

Assim, a pesquisa documental desenvolveu-se por meio da leitura e análise das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, a partir de uma amostra de 37 atas do COMPIRC e de 32 atas do CMDM. Essa pesquisa documental foi baseada em marcadores e categorias de análise abaixo definidas, de modo que estas pudessem fornecer informações interpretativas para as questões que orientaram a pesquisa.

Para a análise das atas, foi realizado um recorte cronológico que compreendeu o período entre os anos 2017 a 2019, sendo esse espaço de tempo considerado suficiente para verificar de que maneira o COMPIRC e o CMDM deliberaram no período em análise.

Os quatro (04) marcadores de análise selecionados são: mulheres negras; racismo; sexismo; e, políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo; e, as três (03) categorias são: correspondência, intersectorialidade e transversalidade.

Tabela 2 – Marcadores e Categorias de análise

Marcadores	Categorias
Mulheres Negras	Correspondência
Racismo	Intersectorialidade
Sexismo	Transversalidade
Políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo	

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora.

Para a coleta de dados foram utilizadas as observações desta pesquisadora a partir da análise e leitura documental de cada ata de deliberação dos Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos da Mulher de Criciúma, no período 2017-2019, com base em cada um dos marcadores e categorias de análise definidos no próximo tópico.

4.2.1 Marcadores de análise

– Mulheres negras

Sujeitos identitários e políticos que se autodeclaram pertencentes à raça negra, resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (WERNECK, 2010, p.10).

– Racismo

Racismo é uma ideologia que defende a hierarquia entre grupos humanos, classificando-os em raças inferiores e raças superiores; ou seja, um conjunto de ideias utilizado para explicar um comportamento que se expressa em repulsa, um sentimento social negativo lançado contra outra pessoa em relação aos seus traços fenotípicos, tais como: a cor da pele, tipo do cabelo, formato do nariz, boca, dentre outros caracteres morfológicos, bem como de sua cultura (GOMES, 2005).

“Raça” é uma categoria que não confere nenhuma realidade natural; é uma construção sociológica de dominação e de exclusão. Isto é, biologicamente e cientificamente, as raças não existem. “O racismo é uma forma de naturalizar a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais” (GUIMARÃES, 2012).

– Sexismo

Sexismo refere-se ao conjunto de ações e ideias de discriminação e, nesta pesquisa, em relação às mulheres. É uma posição ou uma postura misógina, de preconceito, de indiferença frente ao sexo feminino. Embora, seja uma posição que pode afetar tanto homens quanto mulheres, é mais comumente aplicado contra mulheres e meninas. Logo, o sexismo está presente intragêneros tanto como entre gêneros (SMIGAY, 2002).

Para Karin Ellen von Smigay (2002, p. 34), uma cultura falocrática,

[...] impregna o imaginário social e o prepara a um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social.

Portanto, a cultura do sexismo alimenta-se cotidianamente para manter o poder masculino e o patriarcado, através de práticas ideológicas e materiais de indivíduos, coletivos e instituições que oprimem, humilham, menosprezam, desqualificam e violentam as mulheres e meninas com base em sexo ou gênero.

– Políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo

Política pública é um campo que relaciona-se com às relações, alianças e conflitos, em uma estrutura institucional específica, entre os diferentes atores públicos, semipúblicos e privados, para resolução de um problema coletivo que requer ação concertada (SUBIRATS *et al.* 2008). Significa, que toda política pública tem a finalidade de resolver um problema reconhecido enquanto tal na agenda política.

São, portanto, conjuntos de ações desenvolvidas pelo Estado a serviço da sociedade, visando combater problemas para a melhoria da qualidade de vida. Uma vez em ação, são submetidas a acompanhamentos e avaliações.

4.2.2 Categorias de análise

– Correspondência

A categoria da correspondência como critério de análise é relevante para esta pesquisa, pois permite identificar se nas atas de deliberação dos conselhos de direitos, COMPIRC e CMDM, há a discussão sobre as especificidades da mulher negra, uma vez que o racismo e sexismo são problemas a serem enfrentados e resolvidos no âmbito das políticas públicas e, se positivo, se há a previsão de orientações ao poder público para planejar, criar e executar políticas públicas de enfrentamento ao sexismo e ao racismo que atingem às mulheres negras de forma

específica, bem como se há avaliações dos projetos, programas e políticas, com o propósito de reduzir ou até mesmo eliminar o problema constatado (LIMA, 2015).

– Intersetorialidade

Intersetorialidade compreendida como articulação entre setores que “[...] pactuam um projeto integrado, identificam determinantes-chave do problema em pauta, formulam intervenções estratégicas que transcendem os programas setoriais e alocam os recursos em função dessas prioridades (BURLANDY, 2009, p. 853).

Segundo Lima (2015, p. 227), a categoria da intersetorialidade é uma crítica a da fragmentação⁴⁴, pois

[...] enquanto esta visa pensar a lógica das políticas públicas sob a perspectiva dos atores envolvidos no processo de construção e planejamento das políticas públicas, aquela visa potencializar a integração destes atores que trabalham em áreas específicas – setoriais – para um planejamento comum e que envolva o diálogo e a troca de saberes, justamente para evitar que haja a fragmentação das políticas públicas.

Assim, é estratégico superar fragmentações e, desse modo garantir o acesso igual dos desiguais, assim como considerar a natureza transversal das políticas sociais das diversas áreas de atuação.

Neste estudo, a intersetorialidade servirá de base para verificar se nas atas de deliberações dos dois Conselhos, COMPIRC e CMDM, ocorre a articulação de diferentes saberes e experiências com vistas a enfrentar problemas complexos e, neste caso, com foco nas mulheres negras que sofrem dupla opressão, a racial e de gênero, objetivando melhoria das condições de vida para este grupo da população.

Também servirá para analisar se as ações, diretrizes, metas, proposições de políticas públicas, avaliação de programas e projetos registrados nas atas de deliberação são capazes de reconhecer que é necessário que haja a integração das políticas setoriais para o enfrentamento ao racismo e sexismo (LIMA, 2015).

⁴⁴ A categoria da fragmentação tem relação com o princípio da eficiência na administração pública e serve como parâmetro para verificar a falta de interlocução dos atores envolvidos no processo de garantia de direitos, neste caso, no que se refere às políticas públicas de igualdade racial, que, nos planos, pode aparecer de forma fragmentada e descontextualizada, dificultando a implementação e a viabilidade das políticas por todos os atores responsáveis (LIMA, 2015, p. 226).

– Transversalidade

Esta categoria visa analisar, a partir das atas de deliberações, se existe a transversalidade de problemas como gênero e raça nas políticas setoriais do COMPIRC e CMDM, especialmente as políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo.

A transversalidade diferentemente da intersectorialidade sugere uma estratégia de ação estruturada de novos temas na agenda governamental, colocando em movimento linhas de trabalho não atendidas anteriormente, como às “[...] emergências para resolver problemas de desigualdades, não exclusivamente a econômica, mas as desigualdades de gênero, as desigualdades por condição sexual, por questões étnico-raciais, por questões relacionadas às faixas etárias”, dentre outras (LIMA, 2015, p. 227).

Neste sentido, é imposto que os órgãos públicos “[...] considerem as múltiplas facetas da realidade, possibilitando o atendimento a requisitos diversos ou a consideração particular de fatores de vulnerabilização de diferentes grupos sociais” (SILVA, 2011, p. 1).

4.3 ANÁLISE DAS ATAS DE DELIBERAÇÃO DOS CONSELHOS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIRC E DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

É necessário a partir de agora reunir o diagnóstico realizado das atas de deliberação do COMPIRC e CMDM, apresentar se há, de algum modo, comprometimento desses órgãos com as especificidades da mulher negra, no que se refere a políticas de enfrentamento ao racismo e sexismo.

O diagnóstico será realizado de forma conjunta, descritiva e conclusiva de ambos os Conselhos, tendo como base os marcadores e categorias de análise anteriormente relacionados, de maneira que estes pudessem fornecer informações interpretativas para as questões que orientaram a pesquisa.

Inicialmente será apresentada a análise do contexto geral das reuniões para em seguida relacionar as atas que aparecem os marcadores com a apresentação da tabela e, após, o exame conclusivo de cada uma das categorias de análise a partir da comparação das atas de ambos os Conselhos, COMPIRC e CMDM.

4.3.1 Análise geral das atas e identificação dos marcadores

A ata é elaborada pela secretária executiva de ambos os Conselhos. Cabe destacar que em várias situações há erros ortográficos e dificuldade de se entender o contexto da discussão, do debate, da problematização apresentada, ficando prejudicada a análise. A ata como documento legal e oficial, deveria ser descrita com maior clareza e objetividade, permitindo um reconhecimento da dinâmica de cada reunião.

A reunião plenária em ambos os Conselhos, COMPIRC e CMDM, em regra, inicia-se com a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, encaminhada antecipadamente aos conselheiros por correio eletrônico, para ajustes e correções, ou em raras vezes entregue em mãos no momento da reunião.

Após, prossegue-se com a apresentação da pauta do dia previamente estabelecido e preparados na reunião anterior, inicia-se as deliberações, discussões, argumentações, apresentação de situações ocorridas, denúncias, problematizações, esclarecimentos, sugestões e ao final, as decisões. Em seguida, definição da pauta para a próxima reunião, informes e encerramento.

Ambos os Conselhos permitem, quando necessário, a inserção de temas de relevância na pauta do dia.

Entre os assuntos apontados destaca-se: informações, aprovação do regimento interno, formação/capacitação dos conselheiros ou indicação desta para membros de outras entidades, aprovação de projetos, organização dos grupos de trabalho, explanação de participações em eventos, proposta de divulgação do conselho para a comunidade, denúncia de casos envolvendo racismo ou violência doméstica, reuniões no sentido de articular entidades para a formulação de políticas de atendimento à população criciumense, funcionamento de Abrigos e instalação de Centros de referência, entre outros assuntos. Contudo, predominavam os assuntos de caráter informativo.

Quanto à periodicidade das reuniões, verificou-se que os Conselhos pesquisados reuniam-se periodicamente uma vez por mês, ocupando instalações do executivo municipal, em cumprimento à Lei de criação e ao Regimento Interno.

Geralmente, o quórum era garantido, permitindo a reunião e o encaminhamento da pauta. Não houve quórum nas seguintes reuniões: COMPIRC - reunião do dia 22/03/2018, conforme registrado na Ata nº 02; e, CMDM reunião

marcada para o dia 19/06/2017, de acordo com a Ata nº 04 e na reunião do dia 07/06/2019, em conformidade com a Ata nº 05.

Em diversas ocasiões constatou-se a presença de convidados, visitantes e acadêmicos de áreas diversas, observando-se a participação social. Regularmente eram convidadas pessoas externas ao conselho com objetivo de esclarecer dúvidas ou para apresentar projetos, programas e ações sobre as temáticas que os conselheiros necessitavam deliberar.

Destaca-se que na composição dos representantes de cada Conselho verifica-se a categoria da intersetorialidade, uma vez que incorpora pessoas de diferentes segmentos, como por exemplo: da saúde, da educação, da segurança pública, movimentos sociais, entre outros. Percebeu-se que essa dinâmica permitiu promover uma inter-relação entre diferentes proposições, discussões, questionamentos específicos de sua área de atuação.

As atas onde foram localizados e identificados os marcadores - mulheres negras, racismo, sexismo e políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo, sendo identificadas 14 atas do COMPIRC e 05 atas do CMDM, conforme tabela abaixo, são:

Tabela 3 – Marcadores selecionados

CONSELHO MUNICIPAL DA IGUALDADE RACIAL - COMPIRC		
Ano	Ata nº	Descrição/assunto
2017	05	Convite realizado para o evento em comemoração ao dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, no dia vinte e cinco de julho.
2017	08	Viagem da Presidente do COMPIRC à Brasília para a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, onde pôde perceber ainda mais a carência da população negra no segmento saúde.
2017	11	Participação de uma conselheira numa formação ocorrida em Curitiba patrocinada pela Ong das Mulheres Negras sobre a saúde da população negra com enfoque nas mulheres negras.
2018	03	Nota recebida pelo Coletivo Chega de Racismo, que dispõe sobre as denúncias feitas a um renomado professor, acusado de abuso moral, sexual e estupro contra uma mulher negra.
2018	05	Exposição da Conselheira representante do Centro Espírita Pai Ogum Sete Espadas, a qual exprime a importância de se reconhecer enquanto mulher negra.
2018	06	Destaca-se a fala da conselheira representante da Ong Mulheres Negras, a qual afirmou que historicamente Criciúma sempre foi uma cidade racista.
2018	07	Convite realizado para o encontro Nacional das Mulheres Negras que contará com a participação da COPIRC.
2018	08	Convite para homenagem às mulheres negras Senhoras Ângela Maria dos Santos Franco, Idalete Fidel Felipe, Ernesta José

		Machado, Marinalda Ricardo Sebastião e Raquel Damázio da Costa, relativo ao Dia da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha.
2019	01	Registrou-se sobre uma abordagem abusiva realizada por policiais aos jovens negros e negras.
2019	03	Convite realizado em nome da Ong Mulheres Negras para capacitação em parceria com a UNESCO, sob o tema “Direitos Humanos e Gênero”, com as Professoras Lucy Ostetto e Dra. Fernanda da Silva Lima.
2019	04	Informação sobre a discussão levantada sobre a Saúde da Mulher Negra na Reunião do Conselho Consultivo do Hospital Materno Infantil Santa Catarina.
2019	06	Uma ocorrência realizada com uma mulher, onde segundo acusações feitas pela mesma, ela foi abordada pela polícia militar de maneira abusiva.
2019	08	Convite realizado para o evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha que homenageou cinco Mulheres Negras do Município; bem como o convite para um café voltado só para Mulheres e promovido pela ONG Mulheres Negras.
2019	09	Convite para o evento “Marcha do Orgulho Crespo”.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES		
Ano	Ata nº	Descrição/assunto
2017	05	Convite para participação do Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, com homenagem a cinco (05) Mulheres Negras de Criciúma.
2018	02	Convite realizado pela ONG de Mulheres Negras para homenagear as Mulheres Negras que contribuíram para a construção de Criciúma, com homenagem também à Vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro.
2018	05	Convite realizado para participarem do evento em homenagem às Mulheres Negras.
2019	01	Convite aos presentes para participarem do evento realizado pela Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma em alusão ao Dia Internacional da Mulher. A palestra contou com a presença de Edenice Fraga, com o tema: “A Mulher Protagonista da Sua Própria História”.
2019	04	Informação sobre a palestra realizada no dia 29 de maio, promovida pelo Comitê de Saúde da População Negra com o tema “Saúde da População Negra”.

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora.

4.3.2 Análise com base nas categorias – correspondência, intersetorialidade e transversalidade

– Correspondência

A análise confirma que a categoria da correspondência não é observada nas atas de deliberações dos conselhos municipais, COMPIRC e CMDM.

Verificou-se que as atas de deliberação dos Conselhos contemplam objetivos estratégicos com conteúdo coletivo: o COMPIRC, promove políticas públicas que contemplam a igualdade racial, com ênfase na população negra em geral; igualmente o CMDM, mas com enfoque na população feminina universal.

No período analisado, constatou-se que não houve em nenhum dos dois Conselhos propostas concretas de promoção de projeto para as especificidades das mulheres negras, em relação ao enfrentamento ao racismo e sexismo no âmbito das políticas públicas local, nem mesmo previsão de objetivos, de diretrizes, metas e ações a serem atingidas para esse problema.

Percebeu-se que não há correspondência no que se refere às ações que visem reverter as estatísticas que colocam as mulheres negras nas piores posições sociais dos indicadores: a vida, a liberdade, a saúde, o trabalho. Constatou-se, a partir dos indicadores demonstrados no item 3.2 do capítulo 2 desta dissertação, que ambos os Conselhos não mencionam dados e contexto geral sobre a vida da população negra, mulheres e mulheres negras, por isso, fica evidente que pode haver um desconhecimento desta realidade, algo que levantamos como hipótese.

O CMDM por exemplo, aponta para a implantação de políticas públicas de prevenção e de acolhimento para as mulheres vítimas de violência, sem considerar, contudo, que as mulheres negras apresentam os maiores índices se comparado com as mulheres brancas, conforme o Mapa da Violência de 2019, o qual mostrou que entre os anos de 2007 e 2017, houve um crescimento de homicídios de 60,5% contra as mulheres negras contra de 1,7% de homicídios contra mulheres brancas (IPEA - ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 38-39).

Das ações registradas nas atas dos dois Conselhos, não há discussão real sobre raça e gênero, na perspectiva da igualdade de gênero e de raça para mulheres negras.

– Intersetorialidade

É no âmbito municipal que as pessoas vivem e se relacionam, onde os problemas se manifestam e onde a população tem acesso aos serviços e, onde, neste estudo, coloca-se a importância dos Conselhos de Direitos Municipais para identificar estratégias para a promoção de ações que contemplem políticas públicas e, em consequência, a cidadania de seus habitantes (JUNQUEIRA, 2004b).

Intersetorialidade entendida como,

[...] uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços para garantir o acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses (JUNQUEIRA, 2004a, p. 27).

Assim, a estratégia intersetorial dos problemas de determinado grupo populacional “[...] reconhece que é necessário moldar a ação governamental por um novo paradigma, de modo a promover a inclusão dos grupos alijados dos mínimos sociais e de elevar os padrões de qualidade de vida” (INOJOSA, 1998, p. 43).

Para Junqueira (2004a, p. 27):

A qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais. A ação intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante porque aponta para uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Com isso, busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social.

Logo, intersetorialidade como estratégia de articulação e de integração de direitos sociais, associado a questões de valores, como igualdade, equidade e justiça. Para Junqueira (2004a), a gestão intersetorial oportuniza o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equânime.

A categoria intersetorialidade para esta pesquisa visou analisar se os assuntos abordados por um Conselho relacionam-se com a área de atuação do outro Conselho. Possibilitou verificar se há diálogo interativo e troca de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, objetivando melhoria das condições de vida para a população e, neste caso, para as mulheres negras que sofrem dupla opressão, a racial e de gênero (LIMA, 2015).

A partir desta categoria e do cruzamento e comparação das atas de reuniões, percebeu-se que não há a articulação de ações, metas, e proposições de políticas públicas, troca de diferentes saberes e experiências entre o COMPIRC e CMDM; ou seja, não há ao longo de toda a análise previsão de ações e metas

intersetoriais entre os dois Conselhos com foco nas mulheres negras para o enfrentamento ao racismo e sexismo.

Assim, é estratégico que sejam identificados mecanismos que possam viabilizar ações intersectoriais entre COMPIRC e CMDM, que aproxime saberes para um novo modo de planejar, executar e controlar políticas públicas, superando fragmentações e, desse modo promovendo a interseccionalidade entre raça e gênero, possibilitando o enfrentamento ao racismo e sexismo

É preciso que os conselheiros, os grupos de trabalho responsáveis pelas políticas públicas de ambos os órgãos relacionados tomem consciência e coloquem como temática a especificidade da mulher negra e, portanto, o enfrentamento ao racismo e sexismo. Que ambos os Conselhos inter-relacionem entre si, que “[...] trabalhem de forma conjunta e compartilhada, e mais, que possam incluir a participação da comunidade diretamente envolvida neste processo [...]”, garantindo a participação social das mulheres negras (LIMA, 2015, p. 248).

O papel dos Conselhos de Direitos Municipais de Igualdade Racial e de Direitos da Mulher é crucial para colocar o problema do racismo e do sexismo na agenda pública, assim, devem os dois órgãos se comunicarem mais para concretizarem políticas públicas comuns.

– Transversalidade

De acordo com essa categoria, as políticas públicas não devem ser compreendidas como visões estreitas e fracionadas, como programas que se dividem por setores de acordo com as necessidades do Estado, mas sim, como políticas que estão frequentemente interligadas e que são percebidas a partir da própria construção de instituição e processos políticos, ou seja, interligados com todas as questões que regem uma sociedade (COSTA; PORTO, 2012).

A transversalidade sugere uma estratégia de ação estruturada para colocar na agenda governamental temas de trabalho não atendidos anteriormente, como as desigualdades de raça e gênero.

Segundo Lima (2015, p. 252), a transversalidade nas políticas públicas é essencial, pois, destina-se a “reduzir desigualdades em relação a grupos sociais tradicionalmente subalternos, como é o caso dos grupos raciais negros”, e neste

estudo, para as mulheres negras, que diante do racismo, do preconceito e da discriminação racial e de gênero são socialmente excluídas e marginalizadas.

À vista disso, “O ‘enfoque transformador’ sustenta que é necessário transversalizar as políticas públicas, em que a justiça distributiva, a equidade, a satisfação das necessidades de todos e de todas e o desenvolvimento das capacidades se convertam em fim último” (PEREIRA *et al.*, 2010, p. 429).

Para esses casos, “[...] é exigido que os órgãos governamentais considerem as múltiplas facetas da realidade, possibilitando o atendimento a requisitos diversos ou a consideração particular de fatores de vulnerabilização de diferentes grupos sociais” (SILVA, 2011, P. 11).

Assim sendo, verificou-se que não há transversalidade de raça e de gênero entre COMPIRC e CMDM. Racismo e gênero são finalidades precípua do COMPIRC e CMDM, e a relação entre essas questões, não se verificam entre as principais preocupações contempladas nos planos, metas, ações desses órgãos.

Os dois Conselhos, COMPIRC e CMDM, se preocupam com a visibilidade da sua problemática específica, o primeiro na questão da igualdade de raça e o segundo com foco na igualdade de gênero. Contudo, o racismo e sexismo estruturam perversas desigualdades sociais e marcam diversos tipos e graus de exclusão e marginalização social.

Constatou-se, portanto, a deficiência pelas questões relativas a intersecção de raça e gênero, ou seja, as decisões de ambos os Conselhos não convergem entre si e igualmente não possuem políticas públicas em comum para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo no período analisado.

A transversalidade aparece em circunstâncias específicas como, a afirmação da necessidade de se incluir a história da África e dos Africanos no currículo escolar, a necessidade de haver ações para a saúde da população negra, de haver ações de combate ao racismo e a violência doméstica, a necessidade de cursos e palestras de capacitação dos atores envolvidos na rede. Contudo, não há efetivamente qualquer ação representativa capaz de enfrentar o debate sobre racismo e sexismo.

Aponta-se que um dos únicos registros sobre transversalidade, ainda que superficial, encontra-se na ata de nº 13/2018 que se refere a preocupação do COMPIRC sobre a necessidade de ser instituída transversalmente no Plano Municipal

de Saúde a perspectiva da diversidade, contemplando a história e as condições de saúde da população negra residente em Criciúma.

Desse modo, devem o COMPIRC e CMDM se reorganizarem para incluir nas suas ações a transversalidade para a promoção da igualdade de raça e da igualdade de gênero, ou seja, que desde o momento do reconhecimento de um problema, tenham consciência de que este pode afetar de maneira diversa as mulheres negras. Portanto, que todas as políticas públicas que se concebem tenham uma perspectiva para o enfrentamento ao racismo e sexismo.

Para isso, o papel das organizações e movimentos que compõem a representação da sociedade civil nos conselhos é primordial.

Por todo o exposto, a partir da análise das atas, baseada nos marcadores e categorias de análise, a hipótese apresentada para esta pesquisa restou confirmada. Ficou demonstrado que as mulheres negras ainda não são ouvidas e nem reconhecidas nas suas especificidades como sujeito político identitário, e o resultado é a sua invisibilidade. Logo, seus direitos, sob perspectiva das demandas de raça e gênero, ainda não são garantidos de forma plena, e igualmente não são pensados nas políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo; não estando, igualmente, representadas em nenhum dos dois Conselhos Municipais – Igualdade Racial e dos Direitos da Mulher, do município de Criciúma.

Verificou-se a incapacidade do COMPIRC e CDMD de promoverem estratégias de ações capazes de potencializar a intersecção de raça e de gênero. Ficou evidenciada também a falta de diálogo interativo e troca de saberes e experiências entre os dois órgãos.

Pensar em direitos das mulheres negras sem reconhecer a sua especificidade, ou ainda planejar políticas universalistas, não darão conta de superar todas as formas de discriminação e, desse modo, a promoção de igualdade de condições e de oportunidades entre as/os desiguais.

Neste momento, resgata-se o estudo do 1º capítulo onde Djamila Ribeiro (2017) nos ensina que a mulher não é pensada a partir de si, e sim a partir do olhar do homem; enquanto a mulher negra é o *Outro do Outro*, posição que a coloca num lugar de mais difícil reciprocidade. (KILOMBA, 2010).

Ou seja, as mulheres brancas, apesar de sofrerem opressão de gênero, são brancas, e os homens negros, apesar de sofrerem racismo, são homens, o que

faz com que as mulheres negras, por não serem nem brancas e nem homens, exerçam essa função de Outro do Outro, dificultando assim, que a mulher negra seja vista como sujeito (KILOMBA, 2010).

As mulheres negras, “[...] por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade”. (RIBEIRO, 2017, p. 40); essa antítese impede de “o olhar de homens brancos e negros e mulheres brancas” enxergarem as mulheres negras como sujeitos (RIBEIRO, 2017, p. 46).

Assim, a mulher negra segue sendo invisibilizada, impedida de ser vista como um sujeito e, portanto, aprisionada num lugar de subalternidade muito mais difícil de ser superado. A luta é diária para o reconhecimento das mulheres negras enquanto sujeitos políticos identitários e é urgente serem vistas e reconhecidas no plano das políticas públicas e no acesso aos seus direitos materiais. O direito a igualdade firmado no texto constitucional ainda está longe de alcançar materialmente todos os corpos, entre eles aqueles racializados e generificados, como é o caso das mulheres negras

Audre Lorde, mulher negra, lésbica, mãe, ativista (ocupa um lugar central no feminismo atual), poeta e escritora, foi também precursora do feminismo interseccional e do projeto decolonial, declarava: “Eu sou definida como a outra em todos os grupos de que participo. A forasteira, tanto pela força como pela fraqueza” (ANUNCIADA, 2015).

Isso porque nas fases do feminismo e LGBT, “[...] a realidade do racismo era negada; por parte da comunidade negra, o lesbianismo era uma traição à raça e, pelo feminismo, uma distração da luta antirracista” (LARA, 2019).

Lorde (1977) afirmava, que muitas mulheres vivenciam esse mesmo sentimento, pois, nem mesmo dentro do movimento feminista tinham apoio. E para estas mulheres e negras deve haver “a transformação do silêncio em linguagem e ação”. E declara que um dos seus maiores arrependimentos são os seus silêncios

Ao estudar as diferenças das mulheres numa conferência estadunidense, Lorde confirma que é uma arrogância qualquer estudo que não pense as variadas diferenças das vidas de mulheres, seja de raça, sexualidade, classe e idade; que não pense as divisões de gênero em conjunto com outras formas de opressão e que não examine as várias distinções que determinam o lugar de cada mulher negra

(interseccionalidade). “A ausência destas considerações enfraquece qualquer discussão feminista do pessoal e do político” (LORDE, 1979).

As mulheres negras, mesmo dentro do movimento social feminista, tiveram que lutar, e ainda lutam por sua visibilidade. É preciso reconhecer que as mulheres negras contribuíram de forma incessante na construção do país, como sujeito histórico participativo, que nunca deixaram de lutar por sua liberdade e atualmente lutam pela sua visibilidade, por igualdade e melhores condições de vida.

Assim, é urgente criar uma agenda política específica para as mulheres negras, para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, ou seja, uma agenda comprometida com a garantia da igualdade racial e de gênero e de reconhecimento da diferença para uma melhor qualidade de vida e, em consequência, assegurando os direitos humanos e fundamentais.

Contudo, registre-se a dupla importância que envolve os dois Conselhos, COMPIRC e CMDM. Não se pode negar o ganho expressivo que a comunidade cricumense possui no sentido de participação popular, pois verificou-se que ambos os Conselhos são bastante atuantes cada um na sua área de atuação e se reúnem com frequência. São verdadeiros espaços potenciais de inserção e vocalização dos grupos sociais desassistidos, pois são nesses espaços que conseguem expressar suas demandas, lutar por seus interesses e direitos e conhecer um pouco mais da agenda política.

Avançando na identificação das necessidades sociais, das interfaces e das possibilidades de constituição de agendas comuns, sem dúvida, que o COMPIRC e CMDM são mecanismos que provocam transformações substantivas no contato Estado-sociedade, contribuindo para uma cultura de respeito a diversidade e, principalmente, de respeito a mulher negra.

5 CONCLUSÃO

Como se verificou no decurso desta pesquisa, as mulheres negras seguem posicionadas na base da pirâmide social, obtendo os maiores índices de violência e pobreza em todos os indicadores sociais. Isso só nos mostra que a estrutura da desigualdade no Brasil tem cor, e também gênero.

A proposta desta pesquisa foi verificar se os direitos das mulheres negras na intersecção de raça e gênero, a partir de uma análise da atuação dos Conselhos de Direitos em âmbito local estão sendo cumpridos/pensados à luz da garantia da igualdade racial e de gênero, a partir do planejamento de políticas públicas no enfrentamento do racismo e sexismo.

Para tanto, no primeiro capítulo, realizou-se o estudo dos principais conceitos-chaves do grupo Modernidade/Colonialidade - M/C para a compreensão da dinâmica do poder colonial.

A partir deste estudo, compreendeu-se que o discurso colonial foi um dos recursos mais poderosos de produção de antagonismos, pois foi criado discursivamente por aqueles que se conceberam como civilizados, modernos, desenvolvidos, europeus, brancos, heterossexuais, em contraposição aos “Outros” – incivilizado, colonizado, o inferior, o negro, o índio, as mulheres negras.

O estudo do projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade, nos mostrou que apesar de o colonialismo tradicional ter chegado ao fim, a colonialidade permanece nos dias atuais. O atual sistema-mundo como um todo histórico-estrutural é decorrente desse padrão de poder colonial, o qual atinge todas as proporções da existência social, tais como a raça, a sexualidade, a política, a subjetividade, a linguística e o trabalho.

A partir das teorizações de María Lugones, constatou-se que existe um sistema de gênero moderno/colonial eurocêntrico que impõe uma hierarquia de gênero/sexo que privilegia homens em detrimento de mulheres; e, que esse sistema ignora e tende a ocultar a intersecção de raça, classe, gênero e sexualidade.

As diferenças estabelecidas como recursos de hierarquização confirmam que, mesmo no caso da opressão de gênero vivida pelas mulheres dos vários pertencimentos raciais, a raça daria a cor da diferenciação da opressão experimentada pelas mulheres negras.

Percebeu-se com a pesquisa, que o Brasil ainda não foi capaz de transformar a configuração colonial, mantendo as mulheres negras hierarquizadas pelos marcadores de raça, classe e gênero.

Assim, o projeto decolonial propõe, não apenas o término das relações formais de colonização, mas uma negação radical ao legado e à produção contínua da colonialidade do poder, do saber e do ser para uma transformação das ciências humanas e sociais no século XXI.

Portanto, é urgente a superação à interpretação hegemônica, a superação da opinião corrente; a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade nas suas três perspectivas (a do poder, do saber e do ser), os quais retratam-se como um problema desafiador a ser encarado pela ciência e teoria política estudada no Brasil.

A pesquisa enfrentou o estudo histórico das teorias raciais, e constatou-se que hoje no Brasil o racismo é, inquestionavelmente, um dos maiores problemas que marcam profundamente as desigualdades sociais. Muitos dos mitos existentes nos dias atuais, relacionado à ideologia de raças humanas e sua hierarquização, retrocedem a esse período histórico.

A raça é uma categoria de invenção da modernidade, uma construção sociológica de dominação e de exclusão que carrega consigo consequências materiais e subjetivas de dominação e submissão de pessoas que foram racialmente inferiorizadas.

Contudo, mesmo que se reconheça a existência do racismo e desigualdades no País, ainda vive-se um falso mito da harmonia entre as raças negando e ocultando o preconceito e a discriminação racial em que aspectos como a cor da pele tornam-se determinantes aos direitos e garantias das pessoas negras.

Logo, a crença na democracia racial, que serviu como pretexto para afirmar que no Brasil todos são iguais, não pode ser interpretada apenas como um mito. Não basta apenas desmascarar a democracia racial, é preciso levar a sério essa falsa ideologia e não tratá-la apenas como um fato, mas superar e romper com esse mito.

Para isso, é fundamental conhecermos melhor a história e a cultura africana e afro-brasileira. Uma das alternativas para esse conhecimento que está em vigor é a Lei 10.639/2003, que estabelece e obriga a inclusão dessa temática no currículo escolar e que completou 17 anos recentemente (09/01/2020), porém, ainda não é concretamente aplicada.

É necessário também e urgente que sejam implementadas políticas públicas de redução de desigualdades sociais para a população negra, e para as mulheres negras, políticas públicas para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, para a garantia da igualdade racial e de gênero e de reconhecimento da diferença.

A pesquisa constatou que o papel dos movimentos sociais negros, assim como os movimentos de mulheres negras têm sido um importante ator social na desmitificação do mito da democracia racial no Brasil. A luta antirracista continua indispensável.

No que tange ao estudo do Pensamento Feminista Negro, verificou-se que as diferenças estabelecidas como recursos de hierarquização acabou por se reproduzir dentro do movimento feminista tradicional, pois são ideias eurocentradas e universalizadas de emancipação da mulher e, portanto, não são adequadas e nem representativas das especificidades das mulheres negras, surgindo a necessidade de reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo, ou seja, a necessidade de racialização do movimento feminista brasileiro.

Verificou-se que no interior do feminismo tradicional não havia diferenças palpáveis, de classe social ou de raça. Existia somente a questão de gênero, e assim, não se encarou as lutas que existiam por causa dessas diferenças.

As mulheres negras possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas apenas sob a rubrica da questão de gênero sem levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste grupo. Nas sociedades, esse grupo, por vezes, sofre uma tripla opressão: interseccionadas pelo gênero, classe e raça.

Assim sendo, o Movimento Feminista Negro assumiu outras frentes e lutas, voltadas para a garantia de participação de mulheres negras na sociedade brasileira em condições de equidade.

No segundo capítulo, enfrentou-se o estudo do processo de reconhecimento dos direitos políticos e de participação das mulheres e compreendeu-se que o processo de cidadania ao longo da história não deu-se de modo uniforme e contínuo, mas em diferentes dimensões – em detrimento de mulheres e, especialmente, em detrimento da mulher negra nas diversas sociedades.

A cidadania representou significativos avanços em direitos, porém, foi construída na diferenciação baseada no gênero e, para as mulheres negras, no gênero e na raça.

As mulheres negras foram ignoradas, estigmatizadas e invisibilizadas no decorrer da história e na conquista de direitos em decorrência do colonialismo, da escravidão, do machismo e do patriarcado estabelecido na sociedade. Todavia, sempre houveram mulheres e mulheres negras que resistiram e fizeram crescer o coro de suas vozes na política, na cultura e na vida social.

A partir deste estudo, percebeu-se que a noção de hierarquias sociais está presente em todos os lugares, na casa, na rua, na sociedade, no cotidiano. É uma cultura de exclusão que deve ser combatida para uma efetiva democratização da sociedade, implicando, desde logo, uma redefinição da política e das relações de poder.

Dessa forma, é necessário pensar a cidadania em uma concepção que reflita a inclusão do Outro como forma de concretização dos direitos humanos, é a expressão fundamental para a concretização de um novo exercício da cidadania e, portanto, para a construção e difusão de uma cultura democrática.

Sobre a questão democrática ficou demonstrado que a democracia representativa está em crise, em virtude de uma descrença nesse modelo de democracia e, portanto, responsável por um abstencionismo da participação popular. Os cidadãos se sentem cada vez menos representados por aqueles que elegeram como seus representantes, uma vez que estes estão mais a serviço dos seus interesses.

O modelo estrutural existente hoje é disfuncional e ineficiente, incapaz de dar respostas às necessidades humanas fundamentais e aos conflitos sociais emergentes. Sendo assim, constatou-se que a democracia em que vivemos nunca foi plena para as mulheres negras brasileiras, pois de fato, não as representa de modo suficiente, satisfatório e tampouco defende seus interesses, para tanto, basta consultar os indicadores sociais.

As mulheres ainda lutam pela igualdade de direitos com os homens, seja na educação, seja na política, na igualdade de salários, seja contra o machismo, seja contra o patriarcado; e, as mulheres negras além destas lutas enfrentam o racismo existente na sociedade.

Verificou-se, portanto, que as normas de direitos humanos internacionais e, no que concerne aos Estados, as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais continuam não promovendo materialmente os direitos de todos, mantendo-se os direitos de igualdade como um princípio simplesmente formal.

Logo, é necessário que haja rupturas epistemológicas e a construção de uma nova racionalidade, e para tanto, sugere-se o reconhecimento de saberes outros como proposta epistemológica decolonial, comprometido com a emancipação social e oriundo dos valores e das práticas dos movimentos sociais.

Desse modo, constatou-se que para uma transformação social efetiva na atualidade, torna-se necessária a criação de espaços de participação que complementem aqueles institucionalizados na democracia representativa, aptos a responder a vontade popular, a partir de sua realidade.

Compreendeu-se, que as políticas sociais se concretizaram a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que após longos anos de ditadura militar, consagrou o princípio da dignidade da pessoa humana e ampliou o conceito de cidadania, reordenando o espaço público para uma política de democracia descentralizadora e participativa nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal.

Dentre os espaços de participação democrática, destaca-se os Conselhos de Direitos de Políticas Públicas, instrumentos mediadores na relação entre sociedade civil e Estado, frutos da conquista dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada.

Sem dúvida, que a principal maneira de estender direitos às mulheres negras na atual conjuntura é através de políticas públicas reparadoras, garantindo a elas o acesso aos bens, serviços e riquezas da sociedade. Portanto, os Conselhos de Direitos em âmbito local obtêm uma importância crucial, tanto pela sua potencialidade, enquanto mecanismo de controle público, quanto pela sua função de constituir um novo modelo de gestão das políticas local.

O objetivo desta pesquisa foi analisar se os direitos das mulheres negras, tomando como referência empírica a atuação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIRC e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de Criciúma, bem como suas atuações conjuntas, estão sendo cumpridos/pensados à luz da garantia da igualdade racial e de gênero, a partir do planejamento de políticas públicas no enfrentamento ao racismo e sexismo

E, no terceiro capítulo, ficou demonstrado, a partir da análise das atas de deliberações do período compreendido entre 2017 e 2019, com base nos marcadores e categorias de análise, que as mulheres negras seguem invisibilizadas na sociedade. Que, seus direitos, sob perspectiva das demandas de raça e gênero, ainda não são

garantidos de forma plena, e igualmente não são pensados nas políticas públicas de enfrentamento ao racismo e sexismo; não estando representadas em nenhum dos dois Conselhos Municipais – Igualdade Racial e dos Direitos da Mulher, do município de Criciúma.

Comprovou-se, a partir da análise dos registros em atas, que não há em nenhum dos dois Conselhos proposta concretas de promoção de projeto para as especificidades da mulher negra, em relação ao enfrentamento ao racismo e sexismo no âmbito das políticas públicas locais, nem mesmo previsão de objetivos, diretrizes, metas e ações a serem atingidas para esse problema.

Ficou evidenciada também a incapacidade do COMPIRC e CDMD de promoverem estratégias de ações capazes de potencializar a intersecção de raça e de gênero e também comprovada a falta de diálogo interativo e troca de saberes e experiências entre os dois órgãos.

Neste ponto, chama-se a atenção para a importância e urgência de se criar uma agenda política específica para as mulheres negras, para o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, ou seja, uma agenda comprometida com a garantia da igualdade racial e de gênero e de reconhecimento da diferença, em consequência, assegurando os direitos humanos e fundamentais.

Enfim, a proposta que se sugere é decolonizar o gênero, estabelecer uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada, tensionando uma modificação vivida do social, para um feminismo decolonial. É necessário desestruturar verdades constituídas, construir novos saberes, novas epistemologias em que mulheres invisibilizadas, que estão nas margens/fronteiras, que vivem múltiplas opressões, possam ter voz e, o mais importante, serem ouvidas. Pois, reconhecer as mulheres negras como sujeitos de direito é reconhecê-las como sujeitos de sua própria história e da nossa história social coletiva.

A finalidade desta pesquisa é que ela possa, de algum modo, potencializar a propagação das reflexões do campo feminista em suas múltiplas expressões e facetas. Que nos permita pensar e assumir com responsabilidade e compromisso, a partir de novas compreensões próprias da colonialidade do poder, saber e ser, uma atitude dirigida à uma transformação, à uma concepção que ressignificam o “modos outros” ao exercer o projeto político, social, epistêmico e moral da interculturalidade.

REFERÊNCIAS

AMREC. **Associação dos Municípios da Região Carbonífera**. 2015. Disponível em: <https://www.amrec.com.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/59316> Acesso em: 22 jan. 2020.

ANUNCIADA, Patricia. **A poesia de Audre Lorde**. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-poesia-de-audre-lorde/> Acesso em: 09 fev. 2020.

AUAD, Denise. **Mecanismos de participação popular no Brasil: plebiscito, referendo e iniciativa popular**. 2004. Disponível em: <http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/viewFile/73/73>. Acesso em: 10 dez. 2019.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática, esfera pública e participação local**. In: Sociologias. Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/6925-21277-1-PB.PDF>. Acesso em: 10 jan. 2020.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

AZEVEDO, Eliane. **Raça, conceito e preconceito**. São Paulo: Ática, 1987.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas/Dossiê Mulheres negras**. Rio de Janeiro: IFC/UFRJ, 3(2):458. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>. Acesso em: 07 set. 2018.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Rev. Bras. de Ciência Política. nº 11, Brasília, 2013, p. 89-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Revista de Ciências Sociais**. vol. n. 60, n. 2, Rio de Janeiro, 2017a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v60n2/0011-5258-dados-60-2-0505.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo Subalternos. **Revista Estudos Feministas**. v. 25, n. 3, Florianópolis, 2017b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n3/1806-9584-ref-25-03-01035.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BARBOSA, Wilson Nascimento; SANTOS, José Rufino. **Atrás do muro da noite: dinâmicas das culturas afro-brasileiras**. Brasília: Minc/Fundação Cultural Palmares, 1994.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. 5. ed. atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 2002.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BELOLLI, Mario; QUADROS, Joice; GUIDI, Ayser. **História do carvão de Santa Catarina**. v. 1. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 2000.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre eficiência e democratização**. 2002. 246 fls. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82787/181822.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 14 jan. 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 2006.

BERND, Zilá. **Racismo e Anti-Racismo**. São Paulo: Editora Moderna, 1994.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. rev. amp. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2001a.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria constitucional da democracia participativa: por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade**. São Paulo: Malheiros, 2001b.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. rev. e atual. 13ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2004.

BORDEAU, Georges. **O Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. [2020]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932**. Código Eleitoral brasileiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995**. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998**. Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9709.htm. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política do SUS. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.

BRASIL. **Temático Saúde da População Negra**. Painel de Indicadores do SUS; v. 7, n. 10. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Articulação Interfederativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tematico_saude_populacao_negra_v._7.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. [2019] Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imagens/fotos/professora-celina-guimaraes-vianna-primeira-eleitara-do-brasil>. Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Dezembro/ministra-rosa-weber-apresenta-comissao-tse-mulheres-e-lanca-pagina-%23participamulher>. Acesso em: 18 dez. 2019.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 34, n. 133, jan./mar. 1997.
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198/r133-10.PDF?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 17 jan. 2020.

BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência e saúde coletiva** [online]. 2009, vol.14, n.3, pp.851-860. ISSN 1413-8123. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232009000300020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 24 jan. 2020.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 26, n.01, abr. 2010. p.15-40.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estudos sobre direitos fundamentais**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais; Portugal: Coimbra Editora, 2008.

CAPELLA, Juan Ramón. **Fruto proibido**: uma aproximação histórico-teórica ao estudo do Direito e do Estado. Tradução de Grasiela Nunes Rosa e Lédio Rosa de Andrade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Revista Estudos Avançados**. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 04 out. 2018.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos Subterrâneos da História**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). 1997. 231 fl. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 1997. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77129>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo. **Teorías sin disciplina** (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). México: Miguel Ángel Porrúa, 1998. Disponível em:
<https://www.ensayistas.org/critica/teoria/castro/manifiesto.htm>. Acesso em: 07 jul. 2019.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Cap. 5. 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123078/mod_resource/content/1/Patricia%20Hill%20Collins.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. Viabilizando a Participação em Conselhos de Políticas Públicas Municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e *policy communities*. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; PORTO, Rosane T. Carvalho. **A transversalidade das políticas públicas de gênero**: um caminho para efetivação dos direitos sociais da mulher. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITO: dimensões materiais e eficácias dos direitos fundamentais, v. 1, n. 1, 2012. *Anais...* Disponível em: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/1622-Texto%20do%20artigo-6825-1-10-20120719%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/1622-Texto%20do%20artigo-6825-1-10-20120719%20(2).pdf). Acesso em: 17 jan. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. **Revista Estudos Feministas**, 2002, p. 171-188.

CRICIÚMA. **Atas do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial**. [2017a]. Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Criciúma, 2019.

CRICIÚMA. **Atas do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial**. [2018a]. Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Criciúma, 2019.

CRICIÚMA. **Atas do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial**. [2019a]. Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Criciúma, 2019.

CRICIÚMA. **Atas do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**. [2017b]. Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Criciúma, 2019.

CRICIÚMA. **Atas do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**. [2018b]. Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Criciúma, 2019.

CRICIÚMA. **Atas do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**. [2019b]. Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Criciúma, 2019.

CRICIÚMA. **Lei ordinária nº 6.494**, de 02 de outubro de 2014. Institui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, e dá outras disposições. Disponível

em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4558/leis-de-criciuma?q=6494>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CRICIÚMA. **Lei ordinária nº 6.838**, de 19 de dezembro de 2016. Reestrutura o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e dá outras disposições. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4558/leis-de-criciuma?q=lei+6838>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CRICIÚMA. **O Município**: características. [2020a]. Disponível em: <https://www.camaracriciuma.sc.gov.br/caracteristicas>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CRICIÚMA. **O Município**: o negro no sul do estado. [2020b]. Disponível em: <https://www.camaracriciuma.sc.gov.br/o-negro-no-sul-do-estado>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CRICIÚMA. **O Município**: aspectos atuais. [2020c]. Disponível em: <https://www.camaracriciuma.sc.gov.br/aspectos-atuais>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CRICIÚMA. **Regimento Interno do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial**. Secretaria Municipal de Assistência Social. [2018c]. Disponível em: <https://www.criciuma.sc.gov.br/pmc/webroot/upload/153194487619-07-2018.pdf>. Acesso em 10 dez. 2019.

CRICIÚMA. **Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**. Secretaria Municipal de Assistência Social. [2018d]. Disponível em: <https://www.criciuma.sc.gov.br/pmc/webroot/upload/152658940918-05-2018.pdf>. Acesso em 10 dez. 2019.

CUSTÓDIO, André Viana. Avanços e obstáculos à concretização das políticas públicas sociais no Brasil. In: COSTA, Marli Marlene Moraes da; LEAL, Mônica Clarissa Henning (Orgs.) **Direitos sociais & políticas públicas**: desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. 13, 2013.

DAGNINO, Evelina. Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo Negro**: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. Tradução de Eduardo Fonseca. Rio de Janeiro: Ediouro, 1987.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. A Liberdade é uma luta constante. **Seminário Internacional Democracia em Colapso**. Boitempo: São Paulo, out/2019. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2019/10/democracia-baseada-na-supremacia-branca-em-sp-angela-davis-nao-ve-liberdade-sem-mulheres-negras/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, votada em 02 de outubro de 1789. [2019] In: **USP**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 03 dez. 2019.

DIAS, Letícia Otero. **O Feminismo Decolonial de María Lugones**. 8º Encontro de Ensino e Pesquisa e Extensão. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Mato Grosso do Sul: 2014.

DUSSEL, Enrique. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **Europa, modernidade e eurocentrismo**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/56.20_Teses_politica.pdf. Acesso em 03 dez. 2019.

ESCRIVÃO FILHO, Antônio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. **Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica**. El Cotidiano 184. marzo-abril, 2014.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet; MEDEIROS, Talita Gonçalves de. **A atualidade da obra Mary Wollstonecraft**. Estudos Feministas. vol. 25, n. 1, Florianópolis, jan./abr., 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100375. Acesso em: 10 fev. 2020.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. José Laurênio de Melo. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Editora EDUFBA: Salvador, 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Temas emergentes em gestão e políticas públicas: tendências gerais. **Repositório FGV de Periódicos e Revistas**. v. 11, n. 48, 2006.

Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/44053/42971>. Acesso em: 19 jan. 2020.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando:** conversas sobre educação e mudança social. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51.ed. São Paulo: Global, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 48-79.

GALTON, Francis. **Hereditary genius:** an inquiry into its laws and consequences. 1892. Disponível em: <http://galton.org/books/hereditary-genius/text/pdf/galton-1869-genius-v3.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GARCÍA-PELAYO, Manuel. **As transformações do Estado contemporâneo**. Tradução e prefácio de Agassiz Almeida Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores na política social urbana e participação popular**. 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/9257/6867>. Acesso em 15 fev. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e gestão pública**. v. 42, n. 1. Ciências Sociais Unisinos. 2006. p. 5-11. Disponível em: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/6008-18468-1-SM%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/6008-18468-1-SM%20(5).pdf). Acesso em: 15 fev. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. In: Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secad, 2005. (Col. Educação para todos). Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. Epistemologias do Sul. **Revista Lusófona de Educação**. 2009. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Revista%20Lusofona%20Educacao_2009.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Teresinha Maria; MENDONÇA, Francisco de Assis. **Impactos, riscos e vulnerabilidade socioambientais da produção do carvão em Criciúma/SC**. Curitiba: Editora UFPR, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/8276-44882-2-PB.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALES, Lélia. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n. 1**. Batalha de Ideias. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democracia. In: KLEBA, Maria Elisabeth; WENDHAUSEN, Agueda Lenita Pereira (Orgs.). **Conselhos Gestores e Empoderamento: vivências e potenciais da participação social na gestão pública**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

GORCZEWSKI, Clovis; MARTÍN, Nuria Belloso. **A necessária revisão do conceito de cidadania**: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. Disponível em: http://www.unisc.br/editora/?id_livro=335. Acesso em: 25 nov. 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. 373 fl. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – UNICAMP, Campinas, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285604>. Acesso em: 22 jan. 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008: 115-147. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 08 jul. 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 29-47.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HERRERA FLORES, Joaquin. **A (Re)invenção dos direitos humanos**. Tradução Carlos Roberto Diogo Garcia, Antonio Henrique Graciano Suxberger, Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOFBAUER, Andréas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. 2011. Disponível em:
https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf. Acesso em 08 ago. 2019.

hooks, bell. **Mulheres negras**: moldando a teoria feminista. Rev. Bras. Ciênc. Polít.[online]. 2015, n.16 [cited 2018-09-11], pp.193-210. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados e Municípios**: Criciúma. [2020a]. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/criciuma/historico>. Acesso em: 23 jan. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados e Municípios**: Criciúma. [2020b]. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/criciuma/panorama> Acesso em: 23 jan. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: Criciúma. [2020c]. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>. Acesso em: 23 jan. 2020.

INOJOSA, Rose Marie. **Intersectorialidade e configuração de um novo paradigma organizacional**. Rap. Rio de Janeiro, n. 32, p. 35-48, mar./abr., 1998. Disponível em:
https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/intersectorialidade_configuracao_novo_paradigma_organizacional.pdf. Acesso em: 08 fev. 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6524/1/Nota_n24_Mulheres_trabalho.pdf. Acesso em 04 fev. 2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise nº 65. Brasília: Ipea; Ministério do Trabalho, 2018. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/181031_bmt_65.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise nº 67. Brasília: Ipea; Ministério do Trabalho, 2019. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/191101_bmt_67.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor**. Saúde e Sociedade. v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/04.pdf>. Acesso em 05 fev. 2020.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Descentralização, intersetorialidade e rede na gestão da cidade**. Organizações e Sociedades, v.11, Edição Especial, 2004b. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12639>. Acesso em: 05 fev. 2020.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories**: episodes of everyday racism. Disponível em: https://schwarzemilch.files.wordpress.com/2012/05/kilomba-grada_2010_plantation-memories.pdf Acesso em 12 mar. 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDHAUSEN, Agueda Lenita Pereira. Empoderamento e participação social na gestão pública. In: KLEBA, Maria Elisabeth; WENDHAUSEN, Agueda Lenita Pereira (Orgs.). **Conselhos Gestores e Empoderamento: vivências e potenciais da participação social na gestão pública**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

KONDER, Leandro. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 170-189.

KRÜGER, Tânia Regina. **Participação da comunidade**: 20 anos de diretriz constitucional. Emancipação, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 75-90, 2008. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/125/123>. Acesso em: 10 jan. 2020.

KUHN, Thomas Samuel. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LANDER, Edgardo. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LARA, Bruna. **Ensaio inédito da pensadora Audre Lorde**. A transformação do silêncio em linguagem e ação. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/27/audre-lorde-ensaio-irma-outsider/?comments=1>. Acesso em 08 fev. 2020.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS – **INFOPEN MULHERES** - 2ª Edição/ organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa et al. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.

LIMA, Fernanda da Silva; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Mamãe África, cheguei ao Brasil:** os direitos da criança e do adolescente sob a perspectiva da igualdade racial. Florianópolis: Ed. da UFSC, Fundação Boiteux, 2011.

LIMA, Fernanda da Silva. **Os direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes negros à luz da proteção integral:** limites e perspectivas das políticas públicas para a garantia de igualdade racial no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Direito). Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LIMA, Fernanda da Silva. **Racismo e antirracismo no Brasil:** temas emergentes no cenário sócio jurídico. [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/livro_pj_essere_15dez_racismo_antirracismo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/livro_pj_essere_15dez_racismo_antirracismo%20(1).pdf). Acesso em: 10 set. 2018.

LIMA, Fernanda da Silva. **Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Relações Raciais em Direitos Humanos.** 2º sem. 2019. Notas de Aula.

LORDE, Audre. **A Transformação do silêncio em linguagem e ação.** 1977. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

LORDE, Audre. **As ferramentas do mestre nunca vão desmantelar a casa-grande.** 1979. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo.** Caderno CRH, Salvador, v. 21. n. 52, p. 87-97, jan./abr. 2008.

LUGONES, María. **Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System.** Hypatia, Volume 22, N. 1, Winter 2007, p. 186-209.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género.** Tabula Rasa. Bogotá, Colômbia. n. 9: 73-101, julio-diciembre, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/396/39600906.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas: Florianópolis**, setembro-dezembro/2014.

LYRA, Rubens Pinto. Teorias clássicas sobre a democracia direta e a experiência brasileira. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, Senado Federal, ano 35, n. 140, p. 11-16, out./dez. 1998. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/413/r140-02.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 22 dez. 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser**: contribuciones al desarrollo de un concepto. 2003. Disponível em: <http://ramwan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80: 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em: 05 jul. 2019.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. In: **Maquiavel**: vida e obra – o príncipe e escritos políticos. Tradução de Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTÍN, Nuria Belloso. **Os novos desafios da cidadania**. Tradução Clovis Gorczewski. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

MARTINS, Marcelo Feijó *et al.* Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público Brasília**: 2008. p. 151-185. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/144/149>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MENEZES, Anderson de. **Teoria Geral do Estado**. 5. ed. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

MEZZAROBBA, Orides. **Partidos políticos**: princípios e garantias constitucionais lei 9.096/95 – anotações jurisprudenciais. Curitiba: Juruá, 2005.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade** Buenos Aires: Clacso, 2005.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade**: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco de Oliveira. vol. 32. n. 94. RBCS: 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2019.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo dos movimentos de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. (Dissertação) Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas/SP, 2007.

MORONI, José Antônio. **O direito a participação no Governo Lula**. 2005. Disponível em: https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/artigos/artigo_moroni.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

MORIN, Edgar. **Rumo ao abismo?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. A Polifonia de locutores no gênero ata: estratégia semântico-argumentativa. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 112-130, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2918>. Acesso em: 05 fev. 2020.

NASPOLINI FILHO, Archimedes. **Criciúma, orgulho de cidade II: fragmentos da história de seus 120 anos**. Criciúma: Editora do autor, 2000. Disponível em: <https://camaracriciuma.sc.gov.br/files/HISTORIA-CRICIUMA-ORGULHO-DE-CIDADE-VOL-II.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros: uma história**. 2001. 159 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/81514/187558.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 dez. 2019.

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Bolsonaro interfere radicalmente no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. 2019. Disponível em: <https://www.justificando.com/2019/09/05/bolsonaro-interfere-radicalmente-no-conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. **A ideologia do branqueamento na sociedade brasileira**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-6.pdf>. Acesso em: 03 ago. de 2019.

PAGANINI, Juliana. **A cidadania participativa no Conselho Municipal de Assistência Social de Criciúma-SC no contexto da política nacional de assistência social**. 2016. 183 fl. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3856/1/Juliana%20Paganini.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PASOLD, Cesar Luiz. **Função social do estado contemporâneo**. [recurso eletrônico]. Itajaí: Univali, 2013. Disponível em: <https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book%202013%20FUN%C3%87%C3%83O%20SOCIAL%20%20DO%20ESTADO%20CONTEMPOR%C3%82NEO.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* [online]. 2005, vol.24, n.1 [cited 2018-07-30], pp.77-98. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2018.

PEREIRA, Rosângela Saldanha *et al.* Transversalidade de gênero e políticas sociais no orçamento do estado de Mato Grosso. **Revista Estudos Feministas**. [online], Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 425-450, 2010.

PHILOMENA, Gerson Luis de Boer. **Cultura do carvão em Criciúma– SC**: a história que não se conta. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 265-309.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. [2020]. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **Apresentação da edição em português**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Perú Indígena, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2019.

QUIJANO, Aníbal. **¡Qué tal Raza!** Publicado en América Latina em movimento: 2000. (<https://www.alainet.org>). Disponível em <https://www.alainet.org/active/929>. Acesso em: 08 fev. 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAEDER, Savio. Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**. v. 7. n. 13, 2014. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/revistapp/article/view/856/550>. Acesso em: 19 jan. 2020.

RAICHELIS, Raquel. **Democratizar a gestão das políticas sociais**: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. 2000. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-4.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

RAICHELIS, Raquel. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas**: uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. 2006. Disponível em: http://igepp.com.br/uploads/arquivos/apu_93.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RODRIGUES JÚNIOR, João Carlos Medeiros. **Direito social fundamental**: uma análise das ações e políticas públicas relativas ao transporte coletivo urbano por ônibus no município de Criciúma/SC. 2018. 233 fl. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6135/1/Jo%C3%A3o%20Carlos%20Medeiros%20Rodrigues%20J%C3%BAnior.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

SADER, Emir. **A maravilhosa revolução haitiana**. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/02/01/a-maravilhosa-revolucao-haitiana/> Acesso em 10 fev. 2020.

SÁNCHEZ, Félix. **Orçamento participativo**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul (Org.). **Revista Lusófona de Educação**. 2009. p. 183-189. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n13/13a12.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2019.

SANTOS, Maria Clara Oliveira. **Ampliação da democracia participativa: necessidade de manifestação do poder público após o procedimento participativo**. 2011. 145 fl. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8MRGAT/1/dissertacaomariaclara.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem braço, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SGARBI, Adrian. **O referendo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

SILVA, Tatiana Dias. **Gestão da Transversalidade em Políticas Públicas**. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB2041.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SMIGAY, Karin Ellen von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, jun. 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/136-Texto%20do%20artigo-396-1-10-20081007.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

SOUSA, Leandra da Silva. **Movimento negro brasileiro: uma reflexão sobre os saberes construídos**. 2019. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/19553>. Acesso em: 07 out. 2020.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45 jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakrabarty. **Pode o Subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Almeida Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STERNBACH, Nancy Saporta *et al.* **Feministas na América Latina:** de Bogotá a San Bernardo. Estudos Feministas. n. 2, 1994. Disponível em: file:///C:/Users/Acer/Downloads/Artigo_sobre%20Bertioga%201985%20e%20os%20movimentos%20na%20america%20latina.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. **Ciência Política & Teoria do Estado**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SUBIRATS, Joan *et al.* **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Planeta, 2008.

TATAGIBA, Luciana. **Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa:** aprofundando o debate. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200017. Acesso em: 13 já. 2020.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum:** para todas, todes e todos. 7. Ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 2018.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

TOURAINÉ, Alain. **Um Novo Paradigma:** para compreender o mundo de hoje. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VIANA, Ana Luíza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n.2, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8095/6917>. Acesso em: 17 jan. 2020.

VIEIRA, Reginaldo de Souza. **A cidadania na República Federativa:** pressupostos para a articulação de um novo paradigma jurídico e político para os Conselhos de Saúde. 2013. 540 fl. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107508/319593.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jan. 2019.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **A piritá humana:** os mineiros de Criciúma. Florianópolis: UFSC, 1984.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **Vidas marcadas**: trabalhadores do carvão. Tubarão: Unisul, 2001.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial**: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009a. p. 12-43. (pdf).

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Abya Yala, 2009b. Disponível em: file:///C:/Users/Acer/Downloads/INTERCULTURALIDAD_ESTADO_SOCIEDAD_LUCHAS.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. 2010. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303/281>. Acesso em: 15 jan. 2019.

WOLKMER, Carlos Antonio. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Reivindicação dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4545865/mod_resource/content/1/Reivindica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20direitos%20da%20mulher%20-%20Mary%20Wollstonecraft.pdf Acesso em: 20 jan. 2020.

ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria geral do Estado**. 3. ed. Tradução de Karin Praefke-Aires Coutinho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

APÊNDICE A – Descrição das atas de deliberações do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma - COMPIRC

– Referente ao ano de 2017

Ata nº 01 – Reunião ordinária realizada em 23/01/2017. Nesta primeira reunião do ano, evidencia-se a informação de que em maio de 2017 será realizado a 12ª edição do Evento “Maio Negro” na UNESCO, com duração de três dias. Este evento possui como principal fundador o *Núcleo de Estudos Afro Brasileiros* (NEAB) da Universidade do Extremo Sul Catarinense e o Curso de História (CRICIÚMA, 2017a).

Ata nº 02 – Reunião ordinária realizada em 27/04/2017. Neste encontro destaca-se, o registro da urgência de acrescentar na pauta de deliberação a discussão sobre o Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CRICIÚMA, 2017a).

O Comitê foi criado em 2011 a fim de tratar das especificidades da população negra no que diz respeito à saúde. Assim, consignou-se a emergência de se discutir a questão da saúde, visto a necessidade de pensar nas especificidades da população negra e a ausência de dados referente a este público. Por consequência, deliberou-se que seja feito o contato com a Secretaria de Saúde para tratar das especificidades da população negra para a próxima reunião (CRICIÚMA, 2017a).

Ata nº 03 – Reunião extraordinária realizada em 17/05/2017. Registrou-se o envio de ofício, conforme decidido na reunião anterior, à Secretária da saúde, e esta confirmou presença para o próximo encontro.

Para esta reunião destaca-se a informação dada aos presentes sobre a conversa tomada com a Secretária da Saúde, a qual afirmou conhecer sobre os anseios da população negra.

Assim, explanou-se sobre a urgência e a importância de realização de formação para os profissionais da saúde, pois estes profissionais, na sua maioria, não conhecem as especificidades da população negra durante o atendimento realizado.

Apontou-se sobre a importância de um prontuário médico mais específico, que demonstre além de outras especificidades, a origem étnica das pessoas atendidas. Foi mencionado que a falta das especificidades nos prontuários é uma das sutilezas utilizadas pelo racismo e que invisibiliza ainda mais as pessoas negras.

Registrou-se também a importância de formação para o próprio conselho de igualdade racial, alegando o pouco conhecimento referente às especificidades da

população negra. Assim, uma conselheira se propôs a colocar à disposição para os demais conselheiros o material disponível que subsidiou seus estudos e que podem servir como referência para os novos conselheiros.

Por fim, foi mencionado a importância de se estabelecer prazos para as ações deliberadas pelo conselho. “A morosidade das ações enfraquece o grupo” (CRICIÚMA, 2017a).

Ata nº 04 – Reunião ordinária realizada em 25/05/2017. Nesta reunião estavam presentes as representantes da Secretaria de Saúde, as quais expuseram seus conhecimentos sobre a população negra de Criciúma. Enfatizou-se a importância da presença das representantes da Secretaria da saúde na reunião discutindo com o grupo de conselheiros as especificidades da população negra, assim como a importância de manter vivo o Comitê Técnico de Saúde da População Negra.

As preocupações do Comitê envolvem, entre outras, formação para os profissionais da saúde, em especial os agentes de saúde, já que estão em contato direto com os bairros e a população. A Secretária de Saúde explanou que o município de Criciúma não possui um Plano Municipal de Saúde e que esse é um dos seus compromissos para a gestão dos próximos quatro anos. A Secretária de saúde explanou que as especificidades da população negra serão contempladas no Plano e, inclusive, já existe uma pessoa responsável pela articulação do plano nos vários segmentos.

Ressaltou-se a importância de constar no prontuário médico a informação da origem étnica, visto que pode direcionar melhor a ação do profissional e subsidiar os trabalhos do Comitê (CRICIÚMA, 2017a).

Ata nº 05 – Reunião extraordinária realizada em 22/06/2017. Desta pauta destaca-se o convite realizado para o evento em comemoração ao dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, no dia vinte e cinco de julho. Nele, cinco (05) mulheres negras escolhidas em parceria com outras quatro entidades serão homenageadas (CRICIÚMA, 2017a).

Ata nº 06 – Reunião ordinária realizada em 27/07/2017. Destaca-se a informação sobre a reunião da Presidente do Conselho com o Coordenador Estadual da Igualdade Racial, em Florianópolis, para tratar sobre a Conferência Regional da Igualdade Racial.

A Conferência Regional em Criciúma ficou marcada para acontecer no dia vinte e três de setembro do corrente ano e o tema central é: "O Brasil na década dos

Afro descendentes: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e igualdade de direitos" (CRICIÚMA, 2017a).

Ata 08 – Reunião ordinária realizada em 24/08/2017. Neste encontro aponta-se a ausência da Presidente do Conselho que está em Laguna fazendo capacitação de dois dias.

Proferiu-se sobre a Conferência Macrorregional da Igualdade Racial que acontecerá em Criciúma com data marcada para acontecer no dia vinte e três de setembro do corrente ano.

Após, exarou-se sobre o desfile cívico que acontecerá no Parque das Nações Cincinato Napolini e sobre a proposta de levar o nome da Sociedade Recreativa União Operária e da comissão de revitalização do clube, “Viva União Operária”. O grupo será o último a desfilar, a fim de se evitar qualquer tipo de protesto, pois o objetivo é dar visibilidade para o clube União Operária.

Explanou-se sobre a viagem da Presidente do COMPIRC à Brasília para a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres que foi muito produtivo no que se refere ao conhecimento adquirido. Nesta oportunidade a Presidente pôde verificar ainda mais a carência da população negra no segmento saúde. Lembrou-se aos presentes que o conselho teve o apoio da Secretária da Saúde na última reunião, mas que é preciso continuar a discutir e levantar a bandeira da saúde da população negra no conselho.

A partir desta explanação, determinou-se que seja enviado um ofício ao Conselho de Medicina, ao Conselho de Enfermagem e ao Sindicato dos Médicos solicitando presença na próxima reunião para discutir o tema.

Em continuidade a pauta, passou-se a apresentação aos conselheiros sobre o projeto de Segurança Escolar, alegando a sua importância para quebrar estereótipos envolvendo segurança e educação (CRICIÚMA, 2017a).

Ata 09 – Reunião ordinária realizada em 21/09/2017. Nesta reunião destaca-se a formação dos Grupos de Trabalho (GTs), definidos da seguinte forma: GT Saúde e Bem Estar, GT Educação, Cultura e Comunicação e GT Segurança, Justiça e Cidadania, com a finalidade de realizar estudos e pensar ações para o segmento e apresentar para a plenária deste Conselho.

Nesta assembleia, estava presente um membro do Conselho Regional de Enfermagem (COREM), a qual informou que o conselho de enfermagem é parceiro e se coloca à disposição do COMPIRC. Que o Plano Municipal de Saúde está sendo

discutido e esse é o momento de entrar em contato com o Conselho Municipal de Saúde para tratar dos assuntos relacionados a saúde da população negra. Neste momento, ressaltou-se a necessidade de catalogar os problemas enfrentados pela população negra no seguimento da saúde e suas especificidades (CRICIÚMA, 2017a).

Ata nº 10 – Reunião ordinária realizada em 26/10/2017. Nesta reunião, citou-se sobre a possibilidade de todas as entidades fazerem um evento coletivo alusivo ao dia da Consciência Negra, no dia vinte de novembro, no período noturno. Solicitou-se que cada entidade pensasse em alguma atividade e que após, seja divulgado ao conselho o quanto antes, a fim de organizar o evento (CRICIÚMA, 2017a).

Ata nº 11 – Reunião ordinária realizada em 23/11/2017. Dando início à última reunião do ano, a Presidente do conselho registrou que na reunião anterior ficou combinado que cada entidade representativa encaminharia uma atividade relacionada ao Dia da Consciência Negra que se realizaria no dia 20/11/2017, o que não aconteceu e, assim, o evento não se efetivou.

Ficou decidido que no próximo ano seja realizado um seminário, focado na questão do preconceito, racismo, injúria racial, entre outros, que é de extrema importância para a conscientização da população.

Consignou-se também a importância do diálogo entre o conselho, polícia civil e polícia militar, com a finalidade de conscientizar essas instituições sobre as situações de racismo, bem como a necessidade de desmitificar a ideia de que a polícia é violenta e mata os negros. Assim, pensar em formações para área da segurança pública (CRICIÚMA, 2017a).

Outra referência importante, a qual se destaca, é a informação sobre a participação da conselheira Janaína numa formação ocorrida em Curitiba patrocinada pela Ong das Mulheres Negras, que faz parte de uma rede de mulheres do Paraná e que, por sua vez, faz parte de outra rede de mulheres a nível mundial. Nesta formação com duração de três dias, foi deliberado sobre a saúde da população negra com enfoque nas mulheres negras. Nesta formação, com duração de três dias, foi deliberado sobre a saúde da população negra com enfoque nas mulheres negras.

Registrou-se ainda, que a participação no evento é em consequência da participação deste Conselho em espaços de participação social e que foi tudo

custeado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (CRICIÚMA, 2017a).

– Referente ao ano de 2018

Ata nº 01 - Reunião extraordinária realizada em 15/02/2018. Nesta reunião destaca-se a importância do critério estabelecido para ocupação dos cargos de coordenador executivo e coordenador operacional, no âmbito da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial do Município de Criciúma - COPIRC, que serão ocupados por servidores negros, estáveis, da rede municipal de ensino.

Evidencia-se também a informação de uma denúncia realizada sobre um caso de racismo ocorrido na Policlínica Municipal de Criciúma e que o denunciante é integrante do Coletivo Chega de Racismo.

Outra informação constante da ata, se refere ao convite realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, pólo Araranguá, à Vice-presidente do COMPIRC, para participar da banca de validação das cotas raciais (CRICIÚMA, 2018a).

Ata nº 03 – Reunião extraordinária realizada em 28/03/2018. Evidencia-se o chamado realizado para dar início a elaboração do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma. Foi salientado que várias propostas já foram levantadas quando da realização da Conferência Macrorregional de maneira participativa entre governo e sociedade civil, podendo tais sugestões servir de ponto de partida para o plano.

Após, explanou-se aos demais presentes sobre uma nota recebida do Coletivo Chega de Racismo, que dispõe sobre as denúncias feitas a um renomado professor da Universidade do Estado de Santa Catarina, acusado de abuso moral, sexual e estupro. O Conselho se solidariza com as denunciantes afirmando que, o silêncio é uma forma de agressão e solicita investigação ágil, minuciosa e extremamente severa sobre o crime praticado. Neste momento os conselheiros concordaram em aguardar a finalização das investigações para tomar providências, pedindo por hora a celeridade nas investigações.

Em seguida, foi informado que as escolas da rede municipal receberam o documento para informar os dados dos alunos imigrantes – país de origem, nome, idade e turma – e as devolutivas estão sendo feitas.

Salientou-se sobre as dificuldades para conseguir informações nas escolas com o recorte racial, como número de alunos negros na rede municipal e dados sobre a evasão. Informou-se que o quesito raça/cor é uma das informações incorporada na matrícula, mas o sistema i-educar, utilizado pela educação municipal, não gera o relatório com essa informação. O Conselho diligenciou sobre esse assunto e a empresa do sistema informou que disponibilizará até dia seis de abril os novos relatórios com a referida adequação.

Quanto aos dados sobre evasão escolar, constante no sistema APOIA, solicitou-se que seja solicitado para o Ministério Público, a inserção do quesito raça/cor, atualmente ausente no sistema (CRICIÚMA, 2018a).

Ata nº 04 – Reunião ordinária realizada em 27/04/2018. Desta reunião aponta-se a reunião realizada com a responsável pela Coordenação pedagógica da Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma - AFASC, sobre a possibilidade de realizar levantamento sobre o número de crianças imigrantes matriculadas nas creches de referida instituição. A responsável relatou que a quantidade de crianças é pequena, porém, o número de crianças nascidas no Brasil, de mães imigrantes é maior. Também relatou a dificuldade encontrada para a compreensão do idioma, dos documentos e o contato com os pais das crianças.

Destaca-se ainda, o convite realizado para a palestra sobre a Saúde da População Negra, evento a se realizar no dia 08 de maio, às 19h30, no salão Ouro Negro (CRICIÚMA, 2018a).

Ata nº 05 – Reunião ordinária realizada em 24/05/2018. Novamente foi trazido o assunto sobre a importância de levantamento do número de crianças imigrantes da rede municipal, sobre a dificuldade não só do acolhimento, mas também da matrícula na educação infantil e também na fundamental, uma vez que é necessário o histórico escolar com tradução por tradutor público juramentado o qual possui valor alto para as famílias.

Apresentou-se aos conselheiros o levantamento realizado na educação infantil até o 9º ano e foi identificado um total de 25 alunos imigrantes de todas as idades, sendo maioria matriculados nos primeiros anos do ensino fundamental.

O conselho registrou que as professoras devem ser orientadas a pensar ações pedagógicas que minimizem a dificuldade da língua e acolham a criança em sala de aula. A solução encontrada para os casos foi incluir a participação do

Presidente da Associação dos Imigrantes haitianos, o qual facilitará/mediará a comunicação com as famílias.

Salientou-se que o GT de Saúde e bem-estar havia se reunido, e nesta reunião verificou-se a carência de informações relativas aos números de atendimentos e do quantitativo de pessoas que compõe a população negra atendida pela área da saúde do município. Concluindo-se pela necessidade de se realizar uma abordagem aos agentes comunitários de saúde e junto ao corpo médico que atende a população negra, uma vez que falta informações e sensibilidade com este grupo. Para tanto, consignou-se que trarão pessoas de renome para participar da conversa com os médicos e agentes comunitários de saúde.

Nesta reunião, foi ressaltado também, a necessidade de promover reuniões com representantes das escolas privadas e estaduais, a fim de dar conhecimento e conscientização a respeito das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Relatou-se, que as instituições de ensino da rede municipal têm sido acompanhadas por meio do Programa Municipal de Educação para Diversidade Étnico-Racial (PMEDER). Concorde-se que há ainda muito o que fazer na rede municipal, porém, há de se verificar o trabalho realizado também nas outras redes em relação a aplicação das referidas leis, uma vez que o Conselho desconhece a existência de uma diretoria, comissão ou algum órgão nos espaços escolares e educacionais fora da rede municipal que trate dessa questão.

Destaca-se a explanação da Conselheira representante do Centro Espírita Pai Ogum Sete Espadas, a qual expõe a importância de se reconhecer enquanto mulher negra e também da importância de conhecer a própria cultura e sua essência, em especial a religião de matriz africana (CRICIÚMA, 2018a).

Ata nº 06 – Reunião extraordinária realizada em 15/06/2018. Esta reunião extraordinária foi solicitada pelo conselheiro, o qual ocupa a cadeira da polícia militar, em virtude do ocorrido na madrugada do último dia nove com um professor. O educador diz ter sido vítima de racismo num evento denominado “Princípio Ativo” na casa de eventos “Bem Music Hall” em que foi agredido por policiais militares, em virtude de uma confusão entre os presentes iniciada no interior do evento e que se estendeu até o estacionamento.

Referido conselheiro consignou que as circunstâncias até então conhecidas é de difícil caracterização do crime de racismo em razão de uma série de questões técnicas jurídicas, dentre os quais o dolo. Contudo, ressaltou que o Inquérito

Policial Militar (IPM) ficará sob a responsabilidade do Capitão encarregado, o qual buscará identificar os policiais militares envolvidos diretamente na ação que resultou na lesão do professor, assim como os possíveis excessos e até mesmo o racismo.

Relatou-se ainda, o qual se acha importante descrever, a situação em que quatro garotos haviam sido abordados por uma guarnição da PM, sendo que três deles após terem a documentação analisada, receberam seus respectivos documentos em mãos. Entretanto, os documentos do único garoto negro foram lançados ao chão pelos PMs.

O conselho anotou a necessidade de se pensar em ações para encorajar os jovens negros a lidar com esse tipo de problema. Que pouco importa criar o Disk Racismo se não houver conscientização da comunidade negra. “Somos sabedores que em qualquer instituição, existem as pessoas boas e as más. Acredito que realmente houve racismo, mas como provar? Se não conseguir provar a questão do racismo, então que seja provado o excesso”.

Destaca-se a fala da conselheira, representante da Ong Mulheres Negras, que assim explanou: “Historicamente Criciúma sempre foi uma cidade racista e com a criminalização do racismo, os casos tendem a crescer. Sinto que é necessário realizar uma campanha contra esse tipo de violência através da imprensa ou por meio de outdoor.” E arremata, afirmando a crença que nessa situação em específico, o racismo não será provado.

Diante do ocorrido e explanado nesta reunião, o Conselho acrescentou a necessidade de formação para conscientização dos policiais, bem como da necessidade de orientar os negros para sua defesa e, portanto, promover ações públicas e divulgar os resultados. Defendeu-se a ideia da necessidade de elaboração de material para divulgação, como exemplo, confecção de uma cartilha para esclarecimento e encorajamento para a comunidade negra, tendo como modelo a cartilha elaborada pelo município de Itajaí.

Também ressaltou-se, a emergência de mais negros na condição de promotores, delegados, advogados, médicos, entre outros (CRICIÚMA, 2018a).

Ata nº 07 – Reunião ordinária realizada em 28/06/2018. Nesta ata, destaca-se a retificação, após levantamento, do número de crianças imigrantes para o número atualizado de trinta e duas (32) crianças na rede municipal de diferentes idades.

Destaca-se também a informação sobre o ofício encaminhado para as escolas privadas cobrando o cumprimento da Lei nº 10.639/03 e 11.645/08.

Outra informação importante explanada na reunião se refere aos dados estatísticos de boletins de ocorrências relatando casos de racismo e injúrias raciais registrados pela Polícia Civil a nível estadual. Esses dados foram comparados com os do município de Joinville que no ano de dois mil e dezessete houveram 32 (trinta e dois) casos registrados de racismo e 21 (vinte e um) de injúria pelo preconceito. Em Criciúma, no mesmo período, tiveram 13 (treze) casos de racismo e 14 (quatorze de injúria).

Aponta-se o convite realizado a todos para participarem do evento que ocorrerá no mês de julho, mais precisamente no dia vinte e um. Nessa data, acontecerá o encontro Nacional das Mulheres Negras e contará com a participação da COPIRC. Ressaltou-se que é de suma importância a presença das mulheres de religião de matriz africana. Serão convidadas mulheres dos municípios de Laguna, Tubarão e Araranguá.

Outro assunto decorrido é sobre a comemoração do dia nacional da umbanda que ocorre no mês de novembro. Sobre a necessidade do GT de Segurança entrar em contato com os Terreiros para um diálogo junto ao COMPIRC. A ideia seria sensibilizá-los no sentido de discutir assuntos oportunos, como políticas públicas e direitos humanos (CRICIÚMA, 2018a).

Ata nº 08 – Reunião ordinária realizada em 26/07/2018. Inicialmente discutiu-se sobre a proposta do material para a campanha contra o racismo que após explanações e modificações na escrita foi aprovado e encaminhado para a impressão de 5 mil exemplares.

Ressaltou-se sobre a importância do tema “racismo” para o dia 07 de setembro, que não há tema mais relevante no momento para o desfile cívico do pelotão (CRICIÚMA, 2018a).

Ao final da reunião, a Vice-Presidente do conselho informou que na noite do dia 25 de julho, Dia da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha, as Senhoras Ângela Maria dos Santos Franco, Idalete Fidel Felipe, Ernesta José Machado, Marinalda Ricardo Sebastião e Raquel Damázio da Costa, mulheres negras, foram homenageadas na sessão especial do legislativo municipal. Estas Senhoras fazem parte da história de Criciúma e a sessão ocorrida no legislativo municipal teve como objetivo apresentar a comunidade a biografia de cada uma delas, reconhecendo-as como sujeitos que contribuíram e que ainda contribuem com o desenvolvimento do município.

Em seguida, ressaltou-se que houve um grande número de pessoas presentes no evento, e enfatizou-se a necessidade de reconhecer o real valor da mulher negra na sociedade, pois, “o dia da mulher negra é todos os dias” (CRICIÚMA, 2018a).

Ata nº 09 – Reunião ordinária realizada em 27/09/2018. Destaca-se o exarado sobre a Campanha “Racismo é Crime, Denuncie!”. Referente a campanha foi relatado que foram distribuídos dois mil e quinhentos (2.500) flyers, conforme aprovado na reunião anterior, que a campanha foi levada ao desfile cívico do dia sete (07) de setembro.

Também aponta-se a realização do curso com o tema “Racismo é Crime”, promovido em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos, Prefeitura Municipal de Criciúma, Secretaria de Assistência Social e COPIRC.

Foi registrado a visita do conselho na escola do bairro São Cristóvão, onde falaram sobre racismo, sobre a campanha em torno desse tema e também sobre o papel fundamental dos conselhos.

Apresentou-se aos demais conselheiros a proposta solicitada no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, onde este, por meio de parcerias, promove palestras/debates para diferentes comunidades sobre os direitos das mulheres. Sugeriu-se que o COMPIRC, de igual modo, promovesse ações à essas e outras comunidades (CRICIÚMA, 2018a).

Ata nº 10 – Reunião ordinária realizada em 24/10/2018. Inicialmente, destaca-se a justificativa da ausência da Presidente do Conselho na reunião, visto que a mesma estava participando de uma capacitação na cidade de Joinville.

Nesta reunião, ressalta-se a preocupação do Conselho sobre como anda o caso referente ao professor vítima de racismo, lesão corporal e abuso de autoridade da polícia militar. Determinou-se que houvesse diligências por parte do Conselho pedindo esclarecimento sobre como estava o andamento do caso do crime de racismo sofrido pelo professor. Ficou consignado que no dia 30 de outubro de 2018, às 9h, na casa do Professor, acontecerá a Devolutiva.

Consignou-se ainda, informação sobre a organização de curso de capacitação que ocorrerá no dia 27 de novembro para os agentes de segurança pública.

Por fim, destaca-se a palestra a realizar-se nos dias 14 e 19 de novembro, para os alunos dos quartos e quintos anos da escola Adolfo Back (Jardim União) e

também na Luiz Tramontin (Forquilha). O assunto do evento será voltado para questões relacionadas ao negro (CRICIÚMA, 2018a).

Ata nº 11 – Reunião extraordinária realizada em 30/10/2018. Conforme deliberado na última reunião, esta assembleia foi marcada em virtude da presença no município de Criciúma da pessoa responsável pela investigação do crime de racismo sofrida por um professor, praticado por um policial.

O inquérito foi concluído e foi lido pela pessoa responsável da investigação aos presentes, de que não há possibilidade de imputar aos policiais militares envolvidos na ocorrência, responsabilidades criminais e nem prática de transgressão disciplinar, referente a denúncia nº 2601/9B/PMSC/2018 (fls. 03), registrada na Corregedoria do 9º Batalhão de Polícia Militar. Os autos foram remetidos ao Ten. Cel. da polícia militar, comandante do 9º BPM, o qual também confirmou a decisão de que não há indícios de crime ou transgressão disciplinar por parte de quaisquer policiais militares.

Após leitura da conclusão do inquérito, a Presidente do conselho fez uso dos seguintes argumentos para este caso:

Acredito que nós cumprimos muito bem enquanto Conselho, a função de acompanhar o desenrolar desse ocorrido. E já na reunião da Casa do Professor ficou evidente que seria difícil comprovar que realmente teria acontecido o racismo, visto que não houve a possibilidade de reconhecimento do agressor. Se por ventura vier acontecer outro episódio, certamente o Conselho tomará outra iniciativa. Penso que a Campanha Chega de Racismo trará um novo olhar sobre questões como esta. O Conselho fez a sua parte (CRICIÚMA, 2018a).

Ata nº 12 – Reunião extraordinária realizada em 23/11/2018. A pauta dessa reunião foi para deliberar sobre quais ações serão tomadas pelo Conselho referente as manifestações, os achismos ideológicos expressados pelo Deputado Jessé Lopes ao dia da Consciência Negra, com a intenção de descaracterizar a importância deste dia para a população negra.

Sugeriu-se, fazer um apontamento ao Deputado Jessé evidenciando sua responsabilidade referente as suas manifestações. Assim, deliberou-se pela emissão de uma nota de repúdio ao Deputado e que a mesma seja publicada nas redes sociais, bem como o relato do ocorrido por meio de um ofício ao Conselho Estadual (CRICIÚMA, 2018a).

Ata nº 13 – Reunião ordinária realizada em 29/11/2018. Nesta reunião, destaca-se as propostas do GT Saúde. Salientou-se que as propostas foram baseadas nas diretrizes dispostas no Plano Municipal de Saúde de Criciúma (2018-2020).

Ressaltou-se sobre a relevância de que esteja instituída transversalmente no Plano Municipal de Saúde a perspectiva da diversidade, contemplando a história e as condições de saúde da população negra residente em Criciúma. Conforme os dados apresentados na proposta pelo referido GT, a população negra criciumense corresponde a 13,26% da população total (CRICIÚMA, 2018a).

– Referente ao ano de 2019

Ata 01 – Reunião extraordinária realizada em 23/01/2019. Esta reunião foi convocada para discutir sobre a abordagem abusiva de policiais aos jovens negros, ocorrida na Rua Getúlio Cândido Albino, bairro Nova Esperança, em Criciúma. Consignou-se que a abordagem foi com agressividade e sem nenhum motivo aparente.

Apresentou-se aos demais, áudios de uma jovem que estava presente no dia e local da ocorrência. O ocorrido durou cerca de três horas, começando às vinte e uma horas. Constou-se na ata que as provas coletadas já estão com o advogado responsável pelo caso.

Assim, foi deliberada a necessidade de o Conselho emitir uma nota de apoio aos jovens negros, bem como a necessidade de comunicar à população de que tomou providências em relação ao ocorrido. Ficou consignado que a nota de apoio será publicada nas redes sociais. Sugeriu-se também, que além do Conselho, cada movimento também fizesse uma nota de apoio para causar um efeito maior (CRICIÚMA, 2019a).

Ata nº 02 - Reunião ordinária realizada em 28/02/2019. Nesta primeira reunião ordinária do ano, destaca-se o registro da necessidade de comunicação com os líderes, associações de presidentes de bairros, como alternativa de auxílio para o Conselho ter espaço no bairro, com o intuito de envolver a comunidade a participar. Foi montada uma comissão com o objetivo de organizar a referida ação.

Outra informação importante se refere ao levantamento realizado pela Secretaria de Educação de cinquenta e três literaturas infantis e infanto-juvenis

voltadas exclusivamente para a diversidade étnico-racial e representatividade da criança negra. Cada escola da rede municipal receberá cinquenta obras literárias.

Em continuidade, foi ressaltado sobre a realização da Conferência Municipal de Saúde que acontecerá nos dias 26 e 27 de março, e o alerta realizado é que o Comitê de Saúde da População Negra também deve participar. Indicou-se a necessidade de que haja uma participação maior por parte dos Movimentos Negros.

Posteriormente, mencionou-se sobre a proposta voltada para a criação do SOS Racismo, compromisso esse definido na plenária de dezembro, o qual se apresenta o pré-projeto. Para a elaboração de um esboço do projeto, o Conselho buscou informações do pessoal responsável pelo SOS Racismo de Florianópolis, os quais foram estudadas algumas questões que se encaixariam para a realidade de Criciúma.

Foi informado também os dados atualizados dos registros policiais e de Boletins de Ocorrências realizados presencialmente nas delegacias de Polícia Civil, na cidade de Criciúma e também na região sul do estado. Os registros são alusivos aos anos de dois mil e dezoito e aos primeiros meses de dois mil e dezenove. Os dados são levantamentos de registros oficiais que comprovam os números dos crimes de racismo ou injúria racial pelo preconceito. Os números ainda evidenciam que a região de Criciúma e arredores possui uma taxa muito menor de crimes raciais do que os municípios que compõem a região de Florianópolis.

Importante também a informação sobre o curso de formação aos conselheiros do COMPIRC e entidades por meio do SINAPIR – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Destaca-se o informe também, do convite realizado para os conselheiros se fazerem presentes no evento que será realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no próximo dia oito de março, na praça Nereu Ramos, em homenagem ao dia Internacional da Mulher (CRICIÚMA, 2019a).

Ata nº 03 – Reunião ordinária realizada em 28/03/2019. Abriu-se a pauta e retomou-se as discussões sobre os andamentos do projeto SOS Racismo.

Nesta reunião, destaca-se a notícia sobre o caso de racismo sofrido por um jovem que foi ao Supermercado Allthoff para fazer compras e, após selecionar determinada mercadoria, decidiu não comprá-la, deixando-a num outro local. O segurança do estabelecimento, por não ter observado que o jovem havia deixado a mercadoria noutro local dentro das dependências do estabelecimento, obrigou-o a

levantar a sua camisa diante de várias pessoas, a fim de averiguar se este havia furtado o produto, circunstância que o expôs a uma situação vexatória.

O assunto foi discutido e ficou deliberado que o Conselho irá elaborar um documento solicitando que o Supermercado se manifeste sobre o ocorrido. No mesmo documento será consignado o desejo dos Conselheiros de que a empresa realize uma formação para os seus funcionários.

Constou-se ainda, a necessidade de formação entre os conselheiros com a participação de juízes para troca de informações, assim como da PM, CDL, ACIC e do Judiciário. Anotou-se, que os juízes têm decidido que não há provas suficientes de racismo para as condenações. Concluindo, que em relação ao judiciário, seria interessante desmistificar o imaginário de que o negro seja o sujeito padrão no olhar criminal.

Destaca-se, o convite realizado aos presentes em nome da Ong Mulheres Negras, que neste mês estará promovendo uma capacitação em parceria com a UNESCO, sob o tema “Direitos Humanos e Gênero”, com as Professoras Lucy Ostetto e Dra. Fernanda da Silva Lima.

Por fim, realizou-se ainda o convite para o evento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a ser realizado neste dia, cujo tema será: Violência Doméstica e Políticas Públicas e contará com a participação da Desembargadora Salete Sommariva” (CRICIÚMA, 2019a).

Ata nº 04 – Reunião ordinária realizada em 25/04/2019. Antes de iniciar a reunião, foi realizado convite para participarem da palestra que será realizada no Clube União Operária, e tratará da participação do Negro na Política Brasileira. O Professor e Sociólogo João Carlos Nogueira e a Professora Dra. Joana Célia dos Passos eram os palestrantes.

Desta pauta, destaca-se a informação sobre as atividades previstas para o Maio Negro. Dentre várias frentes para este dia, aponta-se a ideia do relançamento da campanha “Racismo é Crime” nos jornais, rádios, televisão e material de panfletagem já produzido que deverá ser distribuído nos comércios dos bairros do Centro, Santa Luzia e Rio Maina, levando conhecimento aos comerciantes e à população sobre os casos ocorridos de racismo no município.

Ficou deliberado também que um representante do Conselho se fizesse presente em uma das seções de treinamento do CDL para falar do atendimento diferenciado dos casos envolvendo as pessoas negras.

Desta reunião, destaca-se, sobretudo, a informação sobre a discussão levantada sobre a Saúde da Mulher Negra, na Reunião do Conselho Consultivo do Hospital Materno Infantil Santa Catarina. Ficou registrado que o COMPIRC irá verificar a possibilidade de um conselheiro participar de uma das reuniões para falar sobre este assunto.

O segundo ponto da pauta “Encontro dos movimentos negros de Criciúma que atuam na luta pelo combate ao racismo”, consignou-se que a programação do Décimo Quinto Maio Negro já se encontra pronta e com o tema: “Negras e Negros em Movimentos: Existimos Porque Resistimos”. O dia vinte um de maio dará início ao evento e será marcado pelo encontro dos movimentos negro de Criciúma que atuam na luta pelo combate ao racismo, nas dependências da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Na semana do Maio Negro, dentre as palestras sobre o tema e apresentações culturais, também foi marcado uma jornada acadêmica na UNESC, cujo propósito é buscar os alunos que possuam trabalhos acadêmicos voltados para temas étnico raciais. Para tanto, abre-se um parêntese, para registrar que neste evento a pesquisadora, dentre outros acadêmicos, apresentou o trabalho intitulado “Movimento Negro Brasileiro: uma reflexão sobre os saberes construídos”.

Constou ainda, a informação de que a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, publicou edital que visa receber projetos. Explanou-se que o Conselho, ao se inscrever, poderá escrever um projeto para o financiamento do Plano de Promoção da Igualdade Racial (CRICIÚMA, 2019a).

Ata nº 05 – Reunião extraordinária realizada em 09/05/2019. Deste encontro, destaca-se a informação consignada de que a ação promovida para conscientização do comércio no dia 04 de maio foi positiva, no sentido de serem bem recebidos, bem como a certeza de que a comunidade compreendeu o significado dessa ação.

Outro assunto de grande importância submetido ao Conselho, se refere a preocupação quanto ao grande número de casos de racismo ocorridos em escolas do município de Criciúma. Explanou-se sobre a necessidade de o conselho investir esforços nas escolas, pois têm acontecido muitas situações relacionadas ao racismo, sendo que boa parte dos professores não sabem lidar com esse tipo de ocorrência. É preciso que ocorra um alinhamento entre a Coordenadoria e o Conselho.

Apontou-se que o Programa Municipal de Educação para Diversidade Étnico-Racial - PMDER deve ser cobrado, no sentido de verificar se os professores estão obedecendo as determinações da Lei 10.639/2003, a qual cita a obrigatoriedade da inclusão da História da África e dos Africanos no currículo escolar. Explanou-se que na rede municipal de Criciúma a norma está sendo obedecida e que é exemplo nacional no que se refere à execução dessa Lei.

A conselheira, representante governamental da Secretaria Municipal de Educação, salientou que a educação étnico-racial vem sendo trabalhada na Rede Municipal de Ensino de Criciúma. O foco para o ano de 2019 está na reformulação do currículo da rede em conformidade com a BNCC - Base Nacional Comum Curricular, na qual, a educação para as relações étnico-raciais estão contempladas, inclusive na escrita introdutória específica de capítulo específico da nova Proposta Curricular do Município, além de estar contemplada nos componentes curriculares de História, Geografia e Ensino Religioso.

Cumprir salientar que para o cumprimento do acima exposto, foram adquiridos cinquenta e três títulos de livros para cada uma das sessenta e oito Unidades de Ensino, onde personagens negros são partícipes-protagonistas de histórias para professores trabalharem com os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental e também adquiridos e distribuídos giz de cera cor de pele negra para desenhos e trabalhos.

No ano de dois mil e dezoito, foram realizadas formações para professores da rede municipal, diretores e estudantes sobre relações étnico-raciais, oficinas de práticas e materiais pedagógicos para os professores trabalharem nas escolas ao longo do currículo.

Por fim, destaca-se a realização do Primeiro Seminário sobre “Saúde Integral da População Negra” para Médicos e Enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde do município de Criciúma, organizado pelo Comitê Técnico de Saúde Integral da População Negra (CRICIÚMA, 2019a).

Ata nº 06 – Reunião ordinária realizada em 30/05/2019. Nesta assembleia o primeiro ponto da pauta foi: Apresentação das ações do programa PMEDER - Programa Municipal de Educação para Diversidade Étnico-Racial. A coordenadora apresentou aos conselheiros relatório contendo a síntese das ações do referido Programa, do período entre 2017 até a presente data. As ações citadas foram: formação de capacitação ofertada a professores e para alguns grupos de alunos,

aquisição de materiais voltados à diversidade étnico-racial, à representatividade das crianças negras, orientações para professores, diretores escolares e as famílias de crianças imigrantes (CRICIÚMA, 2019a).

Desta assembleia ressalta-se o segundo ponto da pauta: “Encaminhamentos SOS Racismo e a urgência deste instrumento de denúncia para o município”, destaca-se o registro do Conselho de se retomar o andamento do projeto. Nesta ocasião, explanou-se sobre uma ocorrência realizada com uma mulher, onde segundo acusações feitas pela mesma, ela foi abordada pela polícia militar de maneira abusiva (CRICIÚMA, 2019a).

Ata nº 07 – Reunião ordinária realizada em 27/06/2019. Nesta reunião, aponta-se a pauta da reunião “Comissão do Projeto para o financiamento do Plano de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma”. As conselheiras responsáveis pelo projeto informaram que o mesmo está sendo elaborado de forma intelectual no termo de referência e no projeto básico, os quais são divididos em etapas e, na próxima reunião da comissão submeterão o projeto para análise e aprovação.

Aprovado o projeto pela comissão, este será encaminhado ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR que poderá ou não ser aprovado. Caso aprovado o financiamento será para desenvolver o plano (CRICIÚMA, 2019a).

Ata nº 08 – Reunião ordinária realizada em 25/07/2019. Destaca-se dessa reunião, a referência ao ocorrido no início de janeiro do corrente ano, onde um grupo de jovens negros da comunidade da Nova Esperança foram discriminados por policiais militares. Ficou acordado que o Secretário do conselho estará elaborando um ofício, o qual será encaminhado à Corregedoria do 9º Batalhão de Polícia Militar, solicitando esclarecimentos sobre o andamento do inquérito (CRICIÚMA, 2019a).

Nesta reunião, assinala-se o convite realizado aos Conselheiros para estarem participando no dia 31 de julho na Câmara dos Vereadores do evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Na oportunidade, serão homenageadas cinco Mulheres Negras do Município.

Na continuidade, informou-se também que no próximo domingo, dia vinte e oito, acontecerá um café voltado só para Mulheres e promovido pela ONG Mulheres Negras (CRICIÚMA, 2019a).

Ata nº 09 – Reunião ordinária realizada em 29/08/2019. Neste encontro evidencia-se a informação sobre o evento “Marcha do Orgulho Crespo”; evento este

que já acontece nos Estados da Bahia, Paraná e Rio Grande Sul. O Conselho estava em contato há três anos para conseguir trazer esta marcha para SC e a cidade escolhida para o evento deste ano foi Criciúma. Frisou-se que a Marcha do Orgulho Crespo nos outros Estado é liderada por mulheres; o de Criciúma foi organizado por um conselheiro masculino (CRICIÚMA, 2019a).

Ata nº 10 – Reunião ordinária realizada em 26/09/2019. Neste encontro destaca-se a informação sobre o evento “A Marcha do Cabelo Crespo”, que ocorrerá no município de Criciúma no dia três de novembro e ressaltou-se a importância da organização para que o evento venha a ser um grande sucesso (CRICIÚMA, 2019a).

Ata nº 11 – Reunião ordinária realizada em 31/10/2019. Desta reunião aponta-se a informação sobre a capacitação étnico-racial que será oferecida aos novos conselheiros tutelares, assim como o seminário realizado no dia oito de novembro, às treze horas, na Assembleia Legislativa, sobre as políticas públicas em favor do idoso e do fundo estadual voltado para os mesmos (CRICIÚMA, 2019a).

APÊNDICE B – Descrição das atas de deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM

– Referente ao ano de 2017

Ata nº 03 – Reunião ordinária realizada em 15/05/2017. Nesta reunião destaca-se a preocupação do Conselho com sua composição, registrou-se que a paridade é a melhor forma deste ser atuante.

Foi tratado sobre o andamento das obras do novo prédio da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idosos – DPCAMI. Conforme explanado foi realizado requerimento pelo Conselho ao Secretário Executivo da Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) de Criciúma, sugerindo modificações no projeto em execução para que se adéque às determinações da Lei Maria da Penha e às mudanças do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, enfatizando que o prazo para que o Estado realize as modificações determinadas era de um ano.

Apontou-se o contato realizado com o Hospital São José para deliberarem sobre a instalação da Maternidade com a máxima urgência. Decidiu-se que seja realizado contato com a Secretaria de Saúde, e que se busque contato com deputados para verificar o encaminhamento referente a verba coletiva deste caso.

Registrou-se o pedido de apoio ao Conselho para que de alguma forma possa ajudar as mulheres que trabalhavam no Hospital Santa Catarina e que foram demitidas sem receber nada pela administradora ISEV.

Explanou-se sobre o caso ocorrido com algumas mulheres que foram atendidas por uma médica de uma unidade de saúde do município. Essas mulheres foram submetidas à cirurgia para colocação de Slingintra-vaginal para levantamento de bexiga e solução de incontinência urinária. Relatou-se que o Sling/tela, utilizado para cirurgias de hérnia inguinal, colocado nas mulheres é de má qualidade, pois é rígido, inabsorvível e, portanto, não se adapta ao corpo da mulher como deveria, ou seja, causando lacerações, infecções, hemorragias, dores, etc. Muitas dessas mulheres já foram submetidas a 02 (duas) cirurgias pela Secretaria de Saúde para retirada de referida tela, porém fora retirado apenas partes da mesma, persistindo o problema.

Essas mulheres enfrentaram dificuldades junto a Delegacia da Mulher para registrar boletim de ocorrência e igualmente no Hospital São José não foram

atendidas, quando precisaram de atendimento na emergência. Assim, foi realizado pedido de ajuda ao CMDM para saber o número de mulheres que estão nesta situação, quantas cirurgias já foram realizadas, quem efetuou a compra dos materiais utilizados para a cirurgia e que seja verificado junto a Delegacia da Mulher o ocorrido, bem como ao IML que recusou atendimento (CRICIÚMA, 2017b).

Ata nº 05 – Reunião ordinária realizada em 17/07/2017. Esta reunião iniciou-se realizando um convite para que todas as conselheiras participem no dia vinte e seis de julho do Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, na Câmara de Vereadores, as dezenove (19) horas, onde será realizado uma homenagem a cinco (05) Mulheres Negras de Criciúma.

Registrou-se como retrocesso o fato de termos um homem (delegado) a frente da delegacia da mulher atualmente. O ideal seria uma mulher estar à frente da delegacia.

Quanto a resposta sobre o caso das mulheres que utilizaram slingintra-vaginal tratado na reunião anterior, colocou-se que foi realizada uma reunião com a representante da Secretaria de Saúde e esta informou que o material foi escolhido pelo hospital e que a mesma disponibilizou apenas o serviço. Informou ainda, que o Dr. Madeira se colocou à disposição para refazer a cirurgia com material adequado, após avaliação das pacientes que assim optarem.

Deliberou-se também, sobre a reunião realizada com o Secretário da Assistência Social sobre a Casa da Mulher. Segundo o Secretário, a casa possui uma equipe em prontidão para atender a demanda, contudo, não é possível manter uma equipe permanente se não há procura para tal.

Assim, constou-se sobre a necessidade de haver no local uma profissional de atendimento à vítima, visto que há obrigatoriedade da Lei Maria da Penha. Firmou-se, que naquele momento a Prefeitura está elaborando a previsão orçamentária e que o Conselho deve oficial e exigir que seja previsto orçamento para Casa da Mulher. Igualmente que seja encaminhado ao Delegado Regional, informando que a casa está em atividade e que a mesma é administrada pela Secretaria de Assistência Social.

Frisou-se que a sociedade civil deve se mobilizar quando o Estado não está contemplando todas as necessidades. Ainda, que é preciso alcançar as comunidades e que, para isso, é necessário que o Conselho se aproxime da Educação e da Saúde. Assim, ficou deliberado que seja marcada reunião com a Secretária de Educação para

que o Conselho possa participar de uma reunião de gestores, com a AFASC e também solicitar participação em reunião com os enfermeiros.

Salientou-se, sobre a importância de ser realizado um trabalho em rede, qualificando o trabalho referente à violência contra a Mulher, para depois conversar com a Secretaria de Educação, AFASC, Saúde e Comunidade (CRICIÚMA, 2017b).

Ata nº 06 – Reunião ordinária realizada em 14/08/2017. O primeiro assunto da reunião foi a informação aos demais presentes do cumprimento e encaminhamento de ofícios discutidos na reunião anterior.

Destaca-se a informação aos demais conselheiros sobre a viagem da Presidente e de outra conselheira à Conferência Nacional de Saúde da Mulher a realizar-se entre os dias 17 a 20 de agosto em Brasília.

Retomando o assunto sobre a Casa Abrigo da Mulher tratado na reunião anterior, explanou-se que na semana anterior foi celebrado o aniversário da Lei Maria da Penha e foi colocado em jornais a situação da casa. Que existe uma situação muito desconfortável em relação à Casa em Criciúma e para que ela funcione é necessário a rede interligada, é necessário ter um projeto que irá se realizar e não ficar só na conversa. Conforme constado: “Não se trata apenas de chegar e dizer que existe uma casa, que existe um espaço, uma Delegacia, e que na realidade não existe. Pois se queremos chegar até a comunidade devemos levar informações corretas.”

Assim, registrou-se, a necessidade do contato com o Secretário da Assistência social e com o Delegado, que são essas as proximidades que o Conselho necessita para poder dar suporte as ações.

Elucidou-se sobre uma situação vexatória que presenciaram com uma mulher que denunciou um estupro na Delegacia e Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Criciúma-SC, a qual acabou desistindo da denúncia.

Também foi colocado nesta reunião, a falta de profissionais qualificados para trabalhar na Delegacia da Mulher, pois estes não recebem nenhuma capacitação ou orientação de como proceder com as situações que abordam todos os dias. Faltam pessoas com qualificação direcionada quando envolve denúncias realizadas pelas mulheres.

Assim, deliberou-se sobre a necessidade de criar uma campanha na mídia direcionada à violência doméstica, pois a mulher é vítima diariamente. A Secretaria de Assistência Social se colocou à disposição para que juntos elaborem esta

campanha, colocando-se também à disposição para outros assuntos e que se estabeleça essa parceria (CRICIÚMA, 2017b).

Ata nº 07 – Reunião extraordinária realizada em 04/09/2017. Para este compromisso, destaca-se a matéria realizada pelo jornal Engeplus expondo a Casa Abrigo da Mulher com publicações de fotos e de sua localização.

Conforme se verifica na ata, houve uma mobilização das conselheiras para que a matéria fosse retirada o mais rápido possível das redes sociais e demais sites. Por meio de ofício foi informado aos jornalistas que a casa não pode estar sendo exposta, pois serve como abrigo para as mulheres vítimas de violência doméstica e que não pode dar publicidade da localidade onde a casa se encontra. Houve a cautela de informar no ofício que não houvesse uma retratação em jornais ou sites, com o intuito de não expor ainda mais o abrigo e, portanto, preservando a imagem da mulher.

Registrou-se, que uma das conselheiras teve uma reunião com uma psicóloga que está justamente trabalhando a questão da violência contra a mulher. Afirmou-se que são mais de 600 boletins de ocorrências feitos por mulheres referentes à violência.

Destaca-se a formação de Grupos de Trabalho e foram sugeridos os seguintes: GT Comissão de Políticas Públicas, GT Comissão Jurídica e o GT Comissão de Planejamento/Orçamento.

O último assunto da pauta foi o convite realizado para o evento que acontecerá no dia 10 de outubro, Dia Nacional de luta contra a violência à mulher, na Praça Nereu Ramos. O evento foi pensado na mobilização de todos os segmentos que trabalham com os direitos das mulheres (CRICIÚMA, 2017b).

Ata nº 08 – Reunião extraordinária realizada em 18/09/2017. Nesta reunião estava presente a Presidente do Conselho Municipal de Saúde – CMS, que veio para explanar sobre o problema do Hospital Materno Infantil / Porta Referenciada, em virtude do que vem sendo noticiado nos jornais e nas mídias e, assim, solicita apoio ao CMDM.

Segundo constou, a decisão tomada pelos secretários de porta referenciada, significa que o HMISC atenderá apenas os casos encaminhados pela Central de Regulação do Estado, Corpo de Bombeiros, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Pronto-Atendimento ou pelas Unidades de Saúde.

E segundo a Presidente do CMS essa decisão é absurda, colocando como exemplo de porta referenciada: uma mãe trabalhadora com um filho doente para

conseguir atendimento terá que ir primeiro até o posto de saúde pegar um número, depois levar a criança para atendimento, para depois fazer exames e depois retornar a consulta. Afirmou que as empresas não aceitam o atestado médico para as mães poderem acompanhar os seus filhos e acabam perdendo o dia de trabalho e, ainda, com gastos com deslocamento.

Constou-se que, se o município de Criciúma quer fazer porta referenciada, que faça com os outros municípios que utilizam o atendimento do Hospital Infantil, mas não com as crianças desta cidade. Que as mães que necessitam levar seus filhos no Hospital Infantil, que possam levar e que sejam atendidos.

Finalizou dizendo, que este assunto será pauta para o CMS, para que seja feito um movimento e que seja marcado uma reunião convocando todos os Conselhos locais, o Conselho da Mulher e o da Saúde da Mulher, para estar verificando essa situação com a Secretária de Saúde e o Prefeito para que isso seja esclarecido. Arrematou dizendo, que essa situação é uma luta de todas as mulheres.

Sobre a questão, o Conselho deliberou que fosse realizada uma reunião extraordinária e que seja convocada a secretária da saúde para discutir sobre este assunto.

Outro ponto que se destaca, refere-se à informação de que no dia 25 de novembro, Dia Internacional de enfrentamento contra a violência à mulher, será realizado um evento e que é importante a mobilização de entidades, movimentos e a participação das mulheres, para dar visibilidade sobre as especificidades das mulheres.

Destaca-se também, a informação de que na próxima assembleia será discutido sobre o programa mulher viver sem violência (CRICIÚMA, 2017b).

Ata nº 09 – Reunião extraordinária realizada em 16/10/2017. Neste compromisso destaca-se a presença da Polícia Militar para a apresentação do programa “Rede Catarina de Proteção à Mulher” do 9º Batalhão.

O programa objetiva direcionar esforços por parte da Corporação no combate e prevenção à violência doméstica, particularmente contra as mulheres. O projeto foi estruturado a partir de três eixos: ações proteção, policiamento direcionado ao problema e solução tecnológica.

Para tanto, o comando local instituirá guarnição específica denominada de “Patrulha Maria da Penha” para qualificar o atendimento as mulheres vítimas de

violência doméstica e familiar. A Patrulha Maria da Penha será composta por no mínimo dois policiais militares, sendo um deles, necessariamente, do sexo feminino.

A Rede Catarina de Proteção à Mulher é uma estratégia, dentre outras do portfólio de programas de prevenção da PMSC, que pode ser utilizada pelo comando local, conforme a necessidade, para preservação da ordem pública.

Foi relatado pelo representante da polícia militar e, portanto, consignado na ata, que no atual cenário a violência doméstica em Santa Catarina é um dos cinco indicadores mais críticos dentre todas as ocorrências atendidas no Estado.

Destaca-se ainda, o apelo registrado para que se valorizem mais a mulher agricultora (CRICIÚMA, 2017b).

Ata nº 10 – Reunião extraordinária realizada em 30/10/2017. Neste dia explanou-se sobre o Programa “Mulher: Viver Sem Violência” que é um dos eixos da “Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e Cidadania”, e possui como objetivo integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, justiça, segurança pública, da rede socioassistencial.

Conforme explanado, o Programa Mulher Viver Sem Violência (Ônibus Lilás) irá acontecer no dia 01 de novembro no bairro de Capão Bonito. O Ônibus Lilás é adaptado para o atendimento ao enfrentamento da violência contra a mulher, sendo equipado com salas de atendimento individual e estará prestando serviços pelos municípios.

Contudo, relatou-se que as mulheres da comunidade não se aproximam do ônibus, a estrutura está à disposição, mas as mulheres sentem medo, se sentem constrangida, com a ideia de que quando entrar no ônibus todo mundo estará vendo, e numa comunidade, bairro pequeno, a mulher fica apreensiva.

Discutiu-se pela necessidade de encontrar uma outra maneira de abordagem para que as mulheres se sintam seguras e tenham coragem de falar, de denunciar (CRICIÚMA, 2017b).

Ata nº 11 – Reunião extraordinária realizada em 13/11/2017. Nesta penúltima reunião do ano deliberou-se sobre a necessidade de um site e de uma logo para o Conselho.

Outro ponto que se mencionou, refere-se a questão da “Delegacia da Mulher”. Explanou-se que foi solicitado à Secretaria Executiva de Coordenação dos Conselhos que enviasse ofícios para o Delegado Regional e para o Delegado da

Polícia Civil requerendo respostas sobre a inauguração das instalações da Delegacia da Mulher de Criciúma que foi prometida para o mês de maio. Solicitado também informações sobre a organização da Delegacia da Mulher referente ao atendimento permanente, conforme exigência da lei (CRICIÚMA, 2017b).

– Referente ao ano de 2018

Ata nº 02 – Reunião ordinária realizada em 20/03/2018. Para esta primeira reunião ordinária do ano destaca-se a explanação sobre o projeto de implantação da Casa da Mulher no Município.

Explicou-se que muitas pessoas confundem “Casa da Mulher” com o “Abrigo da Mulher”, mas são projetos diferentes. A proposta do projeto Casa da Mulher, contará com atendimento humanizado, médicos, psicólogas, recepção, com salas de acolhimento, abrigo de passagem, brinquedoteca e demais dependências. Apoiará casos de violência doméstica familiar, casos de estupro, e fará encaminhamento aos órgãos de referência. O projeto após aprovado será apresentado ao CMDM.

Destaca-se a informação aos conselheiros sobre a reunião realizada com o coordenador do GGI-M Gabinete de Gestão Integrada do Município, a qual foi deliberado sobre ações do Plano de Segurança Municipal e que o Conselho da Mulher poderá está participando com ações que poderão ser desenvolvidas na questão da segurança pública e principalmente na área da mulher vítima de violência. O assunto foi discutido e aprovada a participação do CMDM nas reuniões para colaboração do plano municipal de segurança.

Outra explanação que se destaca é a notícia de que foi excluído do Plano Municipal de Educação a discussão sobre gênero. A conselheira informante conclui: “[...] como é que vamos falar em resolver o assunto se não podemos prevenir.”

Outro ponto ressaltado foi sobre o evento do dia 08 de março, Dia das Mulheres, para que no próximo ano haja uma melhor ação por parte do Conselho na divulgação dos eventos nos bairros do município sobre os direitos das Mulheres. Ressaltou-se a necessidade de uma melhor organização, um melhor planejamento, uma melhor divulgação na mídia para o próximo ano como, distribuição de panfletos que contenham a informação de lugares e telefones que atendam as mulheres.

Ressaltou-se a informação dada aos presentes que neste dia a ONG de Mulheres Negras estaria na Câmara de Vereadores para homenagear as Mulheres Negras, a contribuição delas para a construção desta cidade. Também será realizado uma homenagem a Vereadora Mariela, assassinada no Rio de Janeiro (CRICIÚMA, 2018b).

Ata nº 03 – Reunião ordinária realizada em 17/04/2018. Nesta reunião, destaca-se presença do representante da polícia militar que fará a apresentação do Projeto Catarina, cujo principal objetivo é realizar visitas de fiscalização as mulheres vítimas de violência doméstica por parte da polícia militar, e também para sanar algumas dúvidas do Conselho em relação ao projeto.

Neste projeto, são executados sete serviços: visitas preventivas, com o intuito de fornecer acompanhamento qualificado às vítimas; fiscalizar as medidas protetivas; assessorar e orientar às mulheres para as redes de proteção; comunicar ao poder judiciário as situações em que aja flagrante e/ou risco; agir de forma integrada com a rede de atendimento; certificar o término do acompanhamento; e, atender as situações de emergência.

Foi mencionado que além da polícia militar, outros órgãos estarão realizando trabalhos de assistência às vítimas.

O Tenente militar, apresentou uma documentação com números de atendimentos realizados em virtude do projeto, o qual conta, segundo informações da PM, com 100% de atendimento. Relatando a eficiência do programa.

Após, passou-se a palavra a conselheira, que ocupa o lugar da OAB no Conselho, a qual afirmou que após a reunião irá protocolar um ofício da Comissão Mulher da OAB, para que seja agendado uma reunião com o Prefeito, com a finalidade da criação de Centros de Referências de Atendimento às Mulheres para prestarem acolhida, acompanhamento psicossocial às vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher (sexual, patrimonial, moral, física, psicológica, tráfico de mulheres, assédio sexual e moral e etc.). Salientou que não se pode confundir os Centro de Referências com as Casas Abrigos, que são locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de morte iminente em razão da violência doméstica.

Deliberou-se que seja contatado toda a rede: os Conselhos, a PM, a Secretária de Assistência Social, o Judiciário, a Defensoria Pública, a Delegacia, ou seja, toda a Rede Catarina.

Prosseguindo, explanou-se sobre a Casa Abrigo da Mulher, que está em funcionamento acolhendo as vítimas de violência doméstica, da necessidade de montar uma equipe para irem, uma vez por mês, até a Casa e verificar como está sendo o atendimento (CRICIÚMA, 2018b).

Ata nº 04 – Reunião ordinária realizada em 14/05/2018. Destaca-se neste encontro a palestra sobre Feminismo promovida pelos acadêmicos de História da UNESC que ocorrerá no dia 07 de junho. Assim como, a roda de conversa também sobre o tema Feminismo que ocorrerá no Clube União Mineira no próximo dia 19 (CRICIÚMA, 2018b).

Destaca-se o convite realizado à Presidente do CMDM para no dia 17 de maio, na Câmara de Vereadores de Içara, realizar uma palestra sobre os 130 anos da Abolição da Escravatura e que terá uma fala de 01:00 hora (CRICIÚMA, 2018b).

Ata nº 05 – Reunião ordinária realizada em 17/07/2018. Nesta assembleia destaca-se a explanação sobre o Plano Municipal de Segurança do Município, o qual possui ações voltadas para as Mulheres. O ponto foi debatido e sugestões foram realizadas para alimentar o Plano.

Evidencia-se, a parceria realizada entre a AFASC, UNESC e CMDM no Projeto Amora. Para este projeto, a proposta é fazer “Palestras dinâmicas” com as mulheres atendidas pelos Clubes de Mães e de Idosos dos bairros do município de Criciúma, com duração de uma hora. Os encontros contarão com duas professoras e quatro acadêmicas, com datas e horários pré-agendados.

Outro ponto que ressalta-se, é a informação que a OAB – Mulher promoverá um debate na sede da OAB, onde será chamada as Vereadoras, A Deputada Estadual Ada De Lucca e a Deputada Federal Geovania de Sá e, entre outros convidados para um debate sobre Gênero a realizar-se na UNESC pelos alunos do DCE (CRICIÚMA, 2018b).

Destaca-se o convite realizado a todos presentes para participarem do evento a realizar-se no dia 25 de julho, na Câmara de Vereadores em homenagem às Mulheres Negras e, a Conselheira Raquel é uma das homenageadas da noite (CRICIÚMA, 2018b).

Ata nº 07 – Reunião ordinária realizada em 18/09/2018. Nesta pauta deliberou-se sobre a organização (local, data e horário, parceiros, material de divulgação e divisão de tarefas para cada equipe) do evento em referência ao Dia Internacional Não-Violência Contra a Mulher, no dia 25 de novembro. Sugeriu-se por

ser uma data alusiva a não violência contra a mulher, as falas a serem ditas no evento sejam só de mulheres para mulheres.

Destaca-se, a narração por parte de uma conselheira sobre uma vítima que passou por uma situação de assédio/estupro e foi à Delegacia da Mulher duas vezes e chegando lá a mesma foi desqualificada e desencorajada. Relatou-se também a falta de privacidade no local, pois as vítimas se sentem constrangidas, assim como o atendimento nada acolhedor e nada humanizado.

A posição do CMDM foi formalizar essas informações e levar para o Delegado para que seja tomado alguma medida, e acompanhar a vítima até a Delegacia para prestar esclarecimentos (CRICIÚMA, 2018b).

Ata nº 09 – Reunião ordinária realizada em 13/11/2018. Para esta reunião havia um único ponto de pauta a discutir: a ação do dia 25 de novembro, “Dia Internacional de Não-violência Contra a Mulher” em homenagem as “Mariposas”.

Nesta reunião destaca-se o relato sobre o suicídio da Professora Marileia ocorrido há umas semanas, com suspeita de não ter sido um suicídio, mas sim um feminicídio, ressaltou-se. Para este caso, deliberou-se que o Conselho deve se manifestar encaminhando um ofício para a Delegacia da Mulher, para que haja preocupação com a investigação e haja resposta ao ocorrido (CRICIÚMA, 2018b).

Ata nº 10 – Reunião ordinária realizada em 11/12/2018. Informou-se que o evento que seria realizado no dia 25 de novembro foi cancelado por condições climáticas e determinou-se que seja reagendado para o dia 8 de março de 2019.

Destaca-se o convite realizado a todas para a nova campanha da Fraternidade 2019 e Políticas Públicas, no dia treze (13) de dezembro, às 19:30 horas, Bairro Santa Barbara.

Explanou-se sobre a importância das Políticas Públicas a nível nacional, como também a importância de um Conselho Municipal com um maior poder de atuação, como exemplo o Município de Lages que já possui uma Secretaria da Mulher.

A partir do debate, ficou sugerido que o conselho deveria criar uma Política Pública Municipal, buscando apoio junto aos vereadores e vereadoras, amparado com um orçamento para fins de pesquisas e coleta de dados estatísticos municipais, estaduais e outros (CRICIÚMA, 2018b).

– Referente ao ano de 2019

Ata nº 01 – Reunião ordinária realizada em 19/02/2019. Nesta primeira reunião destaca-se a notícia de que a Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e ao Idoso – DPCAMI de Criciúma, terá uma mulher no seu comando. A responsável será a Delegada Juliana Freitas Zappelini que assumiu a administração, a partir de um apelo da comunidade, fazendo-se presente nesta reunião e se apresentando para os demais.

Após, passou-se a pauta sobre a organização do evento do dia 08 de março, bem como do evento a realizar-se no dia 28 também neste mês com a presença da Desembargadora Salete Silva Somariva, que de início a sugestão do tema é: “Violência Contra a Mulher e Políticas Públicas”.

Durante a explanação apresentou-se, uma imagem de imã de geladeira com os números de telefone que servirá de amparo para quando as mulheres sofrerem violência possuírem em mãos este contato. Foram discorridos sobre os números que seriam de importância destacar no imã (CRICIÚMA, 2019b).

Destaca-se, sobretudo, o evento a ser realizado pela Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma em alusão ao Dia Internacional da Mulher, no dia 06 de março de 2019, no Salão Ouro Negro. A palestra contará com a presença de Edenice Fraga, com o tema: “A Mulher Protagonista da Sua Própria História”.

Edenice Fraga nasceu em Florianópolis, na comunidade do Morro do Mocotó, especialista na área de atendimento a criança e ao adolescente em situação de risco e em Gestão de Segurança Pública, palestrante, escritora, poetiza, declamadora e possui dois livros publicados, Pássaro Sublime e Traços de Antonieta.

Foi a primeira mulher negra a alcançar o posto de Oficial Superior, dentro da Polícia Militar (PM) de Santa Catarina. Foi também destaque ocupando o cargo de Primeira Comandante do 6º Pelotão de Polícia Feminina de Blumenau e a primeira mulher a ser subcomandante de um batalhão da PM na Grande Florianópolis. Edenice exerceu também os cargos de Chefe do Centro de Comunicação Social, Subdiretora de Saúde e Diretora do Colégio da Polícia Militar de Santa Catarina. Também foi a primeira mulher membro da Academia de Letras do Militares Estaduais de Santa Catarina, acadêmica imortal Internacional da Federação Brasileira de Ciências, Artes e Letras – FEBACLA.

Frisou-se ainda, a informação sobre o evento que ocorrerá no dia 12 de março na aula inaugural do curso de Direito da UNESCO, alusivo ao dia Internacional da Mulher, o qual contará com o Professor Delton Filipi da Universidade Estadual de Maringá como palestrante com tema em relação a questão de gênero e raça (CRICIÚMA, 2019b).⁴⁵

Ata nº 03 – Reunião ordinária realizada em 16/04/2019. Destaca-se o compromisso realizado pela OAB ao Conselho para lutar pelo Centro de Referência.

Em seguida passou-se a discussão sobre os trâmites para instalação do Centro de Referência, melhorar o projeto, realizar mapeamento para compra de terreno, etc.

Prosseguindo, elucidou-se sobre o atendimento da mulher nos CREAS, CRAS e na Delegacia da Mulher. Que todas as mulheres vítimas de algum abuso ou as que registram boletim de ocorrência sobre referido assunto, são encaminhadas ao setor de psicologia, se assim desejarem.

Até a presente data já foram atendidas 300 mulheres, sendo que para aproximadamente 80 mulheres foi instaurado inquérito ou foram para medida protetiva. Informou-se que o atendimento as mulheres são realizadas por estagiárias, onde é filtrado os atendimentos. Que o CREAS é o órgão em Criciúma responsável por todas as vítimas de violência, e que tanto o CREAS como o CRAS realizam atendimento psicossocial às mulheres necessitadas. Ficou deliberado agendar uma reunião com o CREAS, CRAS e Delegacia da Mulher.

Em seguida, sugeriu-se que o Conselho convoque uma reunião com todas as Entidades que estão diretamente ligadas as questões das Mulheres e que nesta reunião cada uma informe o seu objetivo e sua finalidade, para assim, oportunizar a construção de integração e o trabalho seja efetivamente realizado em rede, para que cada instituição esteja na mesma linha de trabalho.

Deliberou-se que o Projeto Amora irá continuar no ano de 2019 e, em seguida, passou-se a eleição de conselheiros para o próximo mandato (CRICIÚMA, 2019b).

⁴⁵ Este evento contou com a presença dos professores Dr^a. Crishna Mirella de Andrade Correa e Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe, ambos da UEM, vieram a convite do Grupo de Pesquisa em Gênero e Raça (NEGRA/UNESC), coordenado pelas professoras Fernanda da Silva Lima e Lucy Cristina Ostetto.

Ata nº 04 – Reunião ordinária realizada em 21/05/2019. Nesta reunião destaca-se a informação sobre a palestra a realizar-se no dia 29 de maio, promovida pelo Comitê de Saúde da População Negra. A palestra terá como tema “Saúde da População Negra”, com a participação da Doutora Camila, no Salão Ouro Negro, Paço Municipal.

Explanou-se, sobre a relevância de incentivar a iniciativa de criação de Conselhos Municipais nos demais municípios da região e que a OAB e outras entidades, como o próprio CMDM de Criciúma, têm condições reais de ajudar na implantação dos Conselhos Municipais.

Outro assunto relevante foi sobre as questões de como melhorar o projeto do Centro de Referência. Que para se construir um projeto de qualidade para o Centro de Referência é necessário conhecer outros que existam no país, verificar o trabalho realizado e, assim, ter esse trabalho como modelo a ser seguido. Ficou deliberado que na próxima reunião serão apresentadas informações de outros Centros de Referência.

Falou-se sobre o aumento de número de mulheres depressivas e questionou-se o que pode ser pensado em termos de política públicas para acolher estas mulheres que se encontram em estado de depressão. Foi sugerido a criação da Procuradoria da Mulher na Câmara de Vereadores, que pode ser usado para fazer atendimento às mulheres, com psicólogas especializadas na área, ficando esta questão para ser discutida na próxima reunião (CRICIÚMA, 2019b).

Ata nº 06 – Reunião ordinária realizada em 18/06/2019. Nesta reunião foi esclarecido que o Conselho está trabalhando em dois projetos distintos, o do Centro de Referência e o da Casa Abrigo Regional, os quais se interligam.

Conforme deliberado em reunião anterior, e novamente explicado nesta, a Casa Abrigo está fechada, só abrindo quando há vítimas de violência. Os municípios da AMREC estão procurando o município de Criciúma para realizar abrigo nesta casa, já que os mesmos não possuem nos seus territórios. Em vista disso, na reunião anterior chegou-se à conclusão de que se é para ter uma Casa de Abrigo fechada, ou seja, funcionando somente quando é acionada em virtude de uma vítima, que se faça um convênio entre os municípios e assim coloque-a em funcionamento com atendimento todos os dias e por 24 horas.

Com base nesta reunião, decidiu-se levar o projeto para conhecimento da AMREC, onde já está sendo realizado os devidos encaminhamentos, a partir de

levantamentos solicitados com as DEPCAMI dos municípios para verificar porque o fluxo não chega na rede dos municípios. Assim, decidiu-se em estudar a possibilidade de regionalizar a Casa Abrigo da Mulher.

No terceiro ponto da pauta, deliberou-se marcar reunião para realização de Fluxograma da Mulher, a partir do contato com o CREAS, CRAS, DEPCAMI, Rede Catarina, Hospital São José, IGP e outros, com o objetivo de trabalhar a interação dessas instituições para a realização de abrigo para mulheres. Que seja informado por essas entidades quais as dificuldades de escoamento de demanda, quais os seus dados, como cada uma realiza seu atendimento perante uma mulher vítima de violência ou de qualquer tipo de abuso e para onde é encaminhada posteriormente. A reunião ficou definida para o dia 16 de julho.

Explanou-se sobre a percepção obtida pelo Projeto Amora nos bairros, no sentindo de um aumento significativo de mulheres com depressão. Ficou sugerido que o Conselho procure a Secretaria Municipal de Saúde para buscar dados e soluções sobre o feminicídio causado muitas vezes pela depressão. Diante disto, realizou-se diligência à Secretaria Municipal de Saúde e foi informado por esta que estão cientes e que estão acompanhando esses casos, como também a CVV – Centro de Valorização da Vida.

Sugeriu-se ainda, chamar um representante do CVV – Centro de Valorização da Vida e outro da Secretaria Municipal de Saúde para uma conversa com o CMDM, com o objetivo de conscientizar de como os envolvidos podem se colocar diante das situações de depressão e feminicídio.

Diante dessa situação, chamou-se a atenção para o já deliberado em reunião anterior, ou seja, sobre o projeto de instalação da Procuradoria da Mulher na Câmara de Vereadores, com o objetivo de realizar atendimento as mulheres, com psicólogas especializadas na área, uma advogada e uma assistente social.

O projeto objetiva trabalhar em duas frentes: atendimento as mulheres que procurarem encaminhamento no serviço da rede com acolhimento e orientação para os serviços; e, política pública à mulher como: fiscalização, articulação de audiência pública, campanhas educativas e encaminhamentos para órgãos federais, ou seja, um órgão distribuidor de serviços e articulador. Deliberou-se que seja nomeado uma comissão para comparecer a Câmara de Vereadores e apresentar o projeto. Neste projeto a parte de estruturação e organização seria com a Câmara de Vereadores (CRICIÚMA, 2019b).

Ata nº 07 – Reunião ordinária realizada em 16/07/2019. Nesta reunião destaca-se a presença dos representantes das instituições convidadas, Hospital São José, Secretaria de Saúde, Delegacia da Mulher, IGP, CREAS, CRAS, que trabalham com vítimas de violência.

Posteriormente, cada um dos representantes passa a expor as atribuições, levantamentos dos dados e como se dá o procedimento de atendimento a uma vítima de violência doméstica na sua instituição, conforme deliberado na última reunião.

Destaca-se a explanação realizada pela representante do Hospital São José, a qual coloca que as principais dificuldades para realização de atendimento de uma vítima de violência doméstica é o medo sentido por esta, o acompanhamento pelo próprio agressor e, especialmente, a falta de um local específico para acolhimento após a alta da paciente. Isso porque a vítima em muitas situações não tem onde ficar e tem que voltar para casa.

A representante do Hospital foi questionada sobre violência obstétrica, respondeu que é uma discussão que não acontece no Hospital.

Explanou-se que a discussão sobre o funcionamento da Casa de Abrigo para as mulheres deve ser retomada, pois deve haver um funcionamento efetivo, pois, é compromisso do município garantir um espaço para o acolhimento das vítimas de violência, independentemente de sua da gravidade.

A representante da Delegacia da Mulher presente nesta reunião, afirmou que graças ao trabalho do CMDM, pôde-se garantir uma estrutura muito melhor para atendimento as vítimas de violência doméstica, contudo, há ainda que estruturar cabines individuais para o atendimento, uma vez que as cabines são duplas.

Seguidos os trâmites e explicações, finalizou a reunião com a deliberação de marcar uma reunião com Ministério Público e todas as entidades que compõem a rede e o conselho a fim de dar conhecimento do tema e viabilizar a implantação de um Protocolo de Atendimento às mulheres vítimas de violência (CRICIÚMA, 2019b).

Ata nº 08 – Reunião ordinária realizada em 20/08/2019. Nesta pauta destaca-se a emanção do Decreto SG/ nº 1033/19, de 02 de agosto de 2019, que nomeia profissionais responsáveis pelo atendimento às mulheres vítimas de violência domésticas acolhidas na Casa Abrigo municipal.

Destaca-se a preocupação do CMDM em definir a equipe de profissionais que atenderá as mulheres vítimas de violência doméstica acolhidas no abrigo. O Abrigo contará com duas psicólogas, duas assistentes sociais e uma assistente de

serviço e, sempre que houver efetivamente acolhimento de mulher vítima de violência, será desenvolvido pelas profissionais um plano específico para a respectiva vítima.

Retomando a pauta, explanou-se sobre a reunião ocorrida com a Reitora da UNESCO e o Deputado Rodrigo Minotto, para tratar da criação de um Centro de Referência para as mulheres vítimas de violência. A proposta é desenvolver o projeto em parceria com a UNESCO.

Registrou-se, que os Centros de Referência são espaços de atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que devem proporcionar o acolhimento necessário à superação de situação de violência, colaborando para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania. Consignou-se, que Deputado Rodrigo Minotto se comprometeu em buscar viabilidade para a iniciativa junto a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado (CRICIÚMA, 2019b).

Ata nº 09 – Reunião ordinária realizada em 15/10/2019. Esta pauta retomou o assunto sobre a reabertura da Casa Abrigo da Mulher, uma vez que ainda não se encontra em funcionamento e, portanto, é urgente estabelecer e executar um fluxograma de encaminhamentos para o atendimento às mulheres vítimas de violência domésticas para acolhimento. Destaca-se a preocupação do CMDM de se trabalhar em rede.

Outra informação que se aponta é a informação de que a planta da estrutura do Centro de Referência já está concluída e o próximo passo é apresentar o projeto ao Prefeito e ao Secretário Municipal de Saúde, que se mostraram a favor e sensibilizados com a causa (CRICIÚMA, 2019b).

Ata nº 10 – Reunião ordinária realizada em 19/11/2019. A última reunião do ano iniciou-se sobre a organização do evento relativo ao dia 25/11, em comemoração ao Dia Internacional de Combate a Violência Contra a Mulher.

Informou-se que foi solicitado à Secretaria de Estado de Assistência Social, instituição responsável pelo Abrigo da Mulher de referência no Estado, informações sobre número de município que possuem Abrigo da Mulher, e foi constatado que de 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios apenas 11 (onze) possuem o abrigo.

Apontou-se, a importância de se pensar em realizar um consórcio ou uma regionalização com os municípios, como alternativa, para que seja concretizada a abertura da Casa Abrigo da Mulher funcionando 24 horas por dia com atendimento especializado para as mulheres, mas, no momento ainda não está sendo possível.

Hoje no município de Criciúma é o CRAS, que presta este atendimento à mulher vítima de violência e, deve-se pensar num plano de ação de atendimento voltado para estas vítimas, voltado para todas as áreas de vulnerabilidades; realizando palestras, etc. Atualmente se trabalha em três níveis, prevenção, proteção visando fazer cessar a situação de violência e se necessário o abrigo (CRICIÚMA, 2019b).